

"Vocês não nos podem deixar sozinhas a fazer isto, que a gente assim fica desamparada e não sabe o que fazer!": intervenção socioeducativa e promoção de autonomia num lar de terceira idade

Rita Pereira Rodrigues

M

2023



Universidade do Porto

Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

"Vocês não nos podem deixar sozinhas a fazer isto, que a gente assim fica desamparada e não sabe o que fazer!": intervenção socioeducativa e promoção de autonomia num lar de terceira idade

Rita Pereira Rodrigues

Relatório de Estágio apresentado à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, para obtenção do grau de Mestre sob orientação da Professora Doutora Alexandra Sá Costa

Resumo

Este relatório de estágio enquadra-se no âmbito do Mestrado em Ciências da Educação, no domínio Educação, Comunidades e Mudança Social: Envelhecimento e Intervenção Socioeducativa e pretende descrever, analisar e refletir o percurso de um estágio curricular, com a duração de 5 meses, no Centro Social Arcanjo Gabriel pertencente à Associação de Trabalhadores e Reformados da Portugal Telecom.

Tendo como referência o aumento da esperança média de vida, as transformações sociodemográficas em Portugal e a experiência vivenciada numa Estrutura Residencial para Idosos, pretende-se construir uma análise crítico reflexiva sobre os processos e dinâmicas de intervenção institucional com a terceira idade, incluindo a metodologia de intervenção da animação sociocultural, desenvolvida no contexto. Assim, ao perspetivar determinados modos de intervenção, procura-se dar conta das formas e dos sentidos de envolvimento e participação dos/as séniores no trabalho de animação exercido no dia a dia. Para além disso, e sendo um dos focos deste trabalho, visa-se refletir sobre a heterogeneidade do grupo e de que forma o grau de dependência/demência dos sujeitos tem implicações no modo de pensar a animação sociocultural e o trabalho com pessoas idosas.

Este processo, fruto de um conjunto de técnicas, tais como a participação observante e o estabelecimento de conversas informais, deu origem à construção e desenvolvimento de um projeto de intervenção. Este baseou-se na realização de entrevistas e grupos de discussão focalizada com os/as idosos/as a fim de não só explorar estratégias capazes de aprimorar o poder de decisão e autonomia dos mesmos/as, mas também de incentivar o seu envolvimento na preparação das atividades. Em simultâneo, os impactos da pandemia COVID-19 no quotidiano institucional não passaram despercebidos assinalando-se a necessidade de criar um dispositivo que reativasse o contacto com a família e comunidade.

Optou-se, assim, pela realização de um Jornal da instituição, o qual compila registos das conversas com as pessoas, um resumo dos meses de estágio e das atividades que se foram desenvolvendo no centro e ainda um jogo de estimulação cognitiva construído com os/as próprios/as utentes. Com este, espera-se que o centro se aproprie do projeto e que o mesmo tenha a continuidade que se procurava também atingir.

Por fim, importa destacar a mobilização de teoria sobre a temática do envelhecimento, o conceito de empoderamento e a animação sociocultural fundamentais para problematizar a experiência de estágio, e o papel das Ciências da Educação numa Estrutura Residencial para Idosos.

Palavras-chave: envelhecimento; animação sociocultural; empoderamento; participação; institucionalização

Abstract

This internship report is part of the Master in Educational Sciences, in the domain Education, Communities and Social Change: Aging and Social-Educational Intervention and aims to describe, analyze and reflect on the course of a curricular internship at the Arcanjo Gabriel Social Center belonging to the Association of Workers and Retirees from Portugal Telecom with a duration of 5 months.

Having as a reference the increase in the average life expectancy, the sociodemographic transformations in Portugal and the experience lived in a Residential Structure for the Elderly, it is intended to build a critical reflective analysis on the processes and dynamics of institutional intervention with the elderly, including the intervention methodology of sociocultural animation, developed in the context. Thus, by looking at certain modes of intervention we seek to account for the forms and meanings of involvement and participation of seniors in the work of animation, carried out on a daily basis. Furthermore, and as one of the focuses of this work, we intend to reflect on the heterogeneity of the group and how the degree of dependence/dementia of the subjects has implications in the way of thinking about socio-cultural animation and work with the elderly. At the same time, the impacts of the COVID-19 pandemic on institutional daily life did not go unnoticed, pointing out the need to create a device that would reactivate contact with the family and community.

This process, the result of a set of techniques, such as observant participation and the establishment of informal conversations gave rise to the construction and development of an intervention project. This was based on interviews and focused discussion groups with the elderly in order to explore strategies capable of improving their decision-making power and autonomy and to encourage their involvement in the preparation of the activities. I also choose to create a Journal of the institution, which compiles records of conversations with people, a summary of the internship months and the activities that were developed in the center, and also a cognitive game built with the users themselves. With this, it is hoped that the center will take ownership of the project and that it will have the continuity that was also sought.

Finally, it is important to highlight the mobilization of theories on aging and sociocultural animation, which are fundamental to problematize the internship experience, and the role of Educational Sciences in a Residential Structure for the Elderly.

Keywords: aging; sociocultural animation; empowerment; participation; institutionalization

Résumé

Ce rapport de stage fait partie du Master en Sciences de l'Education, dans le domaine Education, Communautés et Changement Social : Vieillesse et Intervention Socio-Educative et a pour but de décrire, analyser et réfléchir sur le déroulement d'un stage curriculaire de 5 mois au Centre Social Arcanjo Gabriel appartenant à l'Association des Travailleurs et Retraités de Portugal Telecom.

En prenant comme référence l'augmentation de l'espérance de vie moyenne, les transformations sociodémographiques au Portugal et l'expérience vécue dans une structure résidentielle pour personnes âgées, l'objectif est de construire une analyse réflexive critique sur les processus et les dynamiques de l'intervention institutionnelle auprès des personnes âgées, y compris la méthodologie d'intervention de l'animation socioculturelle, développée dans le contexte. Ainsi, en examinant certains modes d'intervention, nous cherchons à rendre compte des formes et des significations de l'implication et de la participation des personnes âgées dans le travail d'animation, réalisé au quotidien. Par ailleurs, et c'est l'un des axes de ce travail, il s'agit de réfléchir à l'hétérogénéité du groupe et à la manière dont le degré de dépendance/démence des sujets a des implications dans la manière de penser l'animation socioculturelle et le travail avec les personnes âgées. Parallèlement, l'impact de la pandémie de COVID-19 sur la vie quotidienne des institutions n'est pas passé inaperçu, soulignant la nécessité de créer un dispositif permettant de réactiver le contact avec la famille et la communauté.

Ce processus, résultat d'un ensemble de techniques, telles que la participation observatrice et l'établissement de conversations informelles, a donné lieu à la construction et au développement d'un projet d'intervention. Celui-ci s'est basé sur des entretiens et des groupes de discussion ciblés avec les personnes âgées afin d'explorer des stratégies visant à améliorer leur pouvoir de décision et leur autonomie et à encourager leur implication dans la préparation des activités. Nous avons également décidé de créer un Journal de l'institution, qui compile des enregistrements de conversations avec les personnes, un résumé des mois de formation et des activités qui ont été développées dans le centre, ainsi qu'un jeu cognitif construit avec les utilisateurs eux-mêmes. On espère ainsi que le centre s'appropriera le projet et qu'il aura la continuité recherchée.

Enfin, il est important de souligner la mobilisation de la théorie sur le thème du vieillissement et de l'animation socioculturelle, qui a été fondamentale pour problématiser l'expérience du stage et le rôle des sciences de l'éducation dans une structure résidentielle pour personnes âgées.

Mots-clés: vieillissement ; animation socioculturelle ; autonomisation ; participation ; institutionnalisation

Agradecimentos

Aos meus pais que sempre acreditaram em mim e apoiaram as minhas escolhas. A eles que me acompanharam durante todo este percurso, tornando-o mais fácil e, por isso, serei eternamente grata. Agradeço o seu esforço e dedicação para que eu continuasse os meus estudos e alcançasse os meus objetivos.

À minha avó Conceição que ajudou a criar-me. Graças à sua voz fui capaz de ultrapassar os momentos mais difíceis e ter vontade de continuar. Ao seu sorriso contagiante e ao seu amor e apoio incondicionais.

Ao meu avô, que apesar de já não se encontrar entre nós, sempre me recebeu com um sorriso. Vou sempre recordar a sua inteligência e vontade de aprender novas coisas.

Ao resto da minha família por estar sempre ao meu lado e ouvir as minhas inquietações.

À Raquel, a melhor pessoa que a FPCEUP me deu e, hoje, a minha melhor amiga, que esteve sempre ao meu lado. Agradeço o esforço, a dedicação, a generosidade e a amizade. Obrigado por me ouvires e passares tempo comigo.

À minha orientadora, e professora, Alexandra Sá Costa que sempre me apoiou e dedicou o seu escasso tempo a apoiar o meu trabalho.

Aos/às idosos/as do CSAG que tornaram este estágio especial. O meu maior agradecimento pelos momentos passados juntos, pelas conversas e pelas aprendizagens que me transmitiram durante o tempo que passei na instituição.

Por fim, à equipa técnica do CSAG que me acolheu em todas as formas possíveis. Um especial agradecimento à minha supervisora local que me apoiou desde o início desta experiência e também à educadora social. Ambas deram-me conselhos que irei ter em consideração no meu futuro enquanto profissional das Ciências da Educação.

Lista de Abreviaturas

ASC - Animação Sociocultural

ATRPT – Associação de Trabalhadores e Reformadas da Portugal Telecom

CSAG – Centro Social Arcanjo Gabriel

ERPI - Estrutura Residencial para Idosos

IPSS - Instituição Particular de Solidariedade Social

Índice

Introdução.....	11
Capítulo I – Enquadramento Teórico	14
1.1 Envelhecimento – diferentes concepções sobre as pessoas idosas.....	15
1.2 A pessoa idosa institucionalizada: o processo de institucionalização e os impactos no quotidiano.....	18
1.3 Empoderamento	20
1.3.1 A evolução do conceito e dimensões do empoderamento.....	20
1.3.2 Empoderamento, Participação e Terceira idade	23
1.3.3 A animação sociocultural como estratégia para o empoderamento.....	25
Capítulo II – Caracterização da Instituição.....	30
2.1 A História e o Regulamento da Instituição.....	31
2.2 Descrição dos espaços, modos de funcionamento e organização.....	33
Capítulo III – Percurso Metodológico.....	40
3.1 Acolhimento na Instituição: a importância das conversas informais e da inserção nas dinâmicas profissionais.....	41
3.2 Opções Metodológicas: da recolha de dados ao desenvolvimento do projeto de intervenção.....	44
3.3 Preocupações éticas relativamente ao contexto e ao modo de intervir com a terceira idade.....	49
Capítulo IV – O dia a dia na instituição: uma reflexão sob a intervenção socioeducativa no Centro.....	52
4.1 A intervenção socioeducativa no CSAG: das atividades do dia a dia às grandes celebrações.....	53
4.1.1 As atividades do dia a dia: as fichas cognitivas e as tardes musicais..	54
4.1.2 As grandes celebrações em discussão.....	57
4.1.3 A necessidade de quebrar com uma rotina imposta e a passagem para uma intervenção co-construída.....	64
4.2 A heterogeneidade do grupo: o nível de dependência e a intervenção socioeducativa.....	66
4.3 Respondendo a pedidos da instituição: o meu contributo na página do <i>Facebook</i> e a adaptação de jogos para os/as utentes	69
Capítulo V – Construção e Desenvolvimento de um Projeto de Intervenção: entrevistas e grupos de discussão como estratégias de empoderamento da população sénior.....	71
5. Construção e Desenvolvimento do Projeto de Intervenção “O Jornal do Centro: entrevistas e grupos de discussão como estratégias de empoderamento da população sénior	72
Considerações Finais.....	78

Índice de Tabelas

Tabela 1 – Plano de Atividades da Instituição

Tabela 2 – Análise de Conteúdo

Índice de Apêndices

Apêndice I – Guião da Entrevista realizada com a Diretora da Instituição

Apêndice II – Guião para a realização dos Grupos de Discussão Focalizada

Apêndice III – Propostas de Intervenção

Apêndice IV– Consentimento Informado para Entrevista

Apêndice V – Consentimento Informado para Grupos de Discussão Focalizada

Apêndice VI – Propostas de Atividade

Apêndice VII– Jornal do CSAG

Introdução

O presente relatório de estágio enquadra-se no âmbito do Mestrado em Ciências da Educação da FPCEUP, no domínio Educação, Comunidades e Mudança Social: Envelhecimento e Intervenção Socioeducativa, resultando da experiência vivenciada durante o estágio na Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI) – Centro Social Arcanjo Gabriel.

Este relatório procura refletir sobre a temática do envelhecimento em contexto institucional, tendo em consideração o trabalho desenvolvido durante o estágio. Este, teve início em outubro de 2022 e terminou em fevereiro de 2023, com o cumprimento de uma carga horária que excedeu as 340 horas previstas.

A motivação e interesse pela temática do envelhecimento surgem não só dado o meu histórico familiar e o contacto constante com a terceira idade, mas também de experiências com instituições de resposta social aos/às idosos/as, ao longo da Licenciatura em Ciências da Educação e no Mestrado. Ambas proporcionaram-me uma visão sobre as pessoas idosas que se afasta dos estereótipos, geralmente, associados a esta população e um maior interesse sobre o trabalho com a terceira idade e as questões que este levanta.

Para além das motivações pessoais que influenciaram a escolha desta temática é importante perceber a relevância do ponto de vista socioeducativo e científico, uma vez que “[a]s últimas décadas do século passado registaram um aumento ininterrupto do número de idosos que transformou as sociedades mais desenvolvidas em sociedades envelhecidas” (Cabral, 2013: 11). Associados ao crescimento desta população e ao avanço da idade, surgem cada vez mais, outro tipo de problemas que poderão justificar uma outra forma de pensar questões relacionadas com o apoio à terceira ou quarta idade, no sentido que

“Na última década, surgiram em Portugal reformas que se demostraram relevantes para o prolongamento da esperança média de vida. Contudo, as políticas existentes de proteção ao idoso ficam muito aquém das fragilidades manifestadas por esta faixa etária, pondo em causa uma vida condigna, de acordo com os direitos de cidadania.” (Sá, 2018: 23)

Por sua vez, esta faixa etária é, na maioria das vezes, associada a estereótipos que tendem a denegrir a sua imagem ao focarem-se apenas na idade cronológica dos sujeitos.

Assim sendo, é importante considerar outras formas de olhar a terceira idade e perceber que modos de pensar a animação sociocultural poderão ser os mais adequados quando se pretende empoderar esta comunidade e evitar a sua exclusão social.

Tendo estas ideias em consideração, é importante salientar que o estágio realizado no Centro Social Arcanjo Gabriel não partiu de nenhum projeto específico, previamente pensado e delineado, dado o desconhecimento do contexto. Esta experiência teve como finalidade um melhor entendimento sobre a prática e os modos de organização e funcionamento quotidianos de uma instituição como esta, nomeadamente ao nível da intervenção realizada pelos/as profissionais junto da população idosa (entender e analisar problemas, necessidades, interesses e potencialidades), as técnicas mobilizadas e os cuidados a ter, o papel e as lógicas de animação sociocultural presentes e os modos de relacionamento institucionais. Assim sendo, a redação deste relatório será um reflexo das aprendizagens adquiridas ao longo do estágio curricular, momento em que tive a oportunidade de experienciar, pela primeira vez, um contexto profissionalizante e colocar em prática diferentes contributos teóricos e metodológicos que, ao longo de todo o meu percurso académico, fui aprendendo.

Desta forma, o presente relatório encontra-se organizado em cinco capítulos, para além da introdução e das considerações finais.

No primeiro capítulo, são anunciados os princípios teóricos que guiaram todo o processo de intervenção, debruçando-se, numa primeira etapa, sobre a temática do envelhecimento e as diferentes conceções que têm surgido para caraterizar as pessoas mais velhas. De seguida, é abordado o processo de institucionalização e quais os efeitos do mesmo no quotidiano da pessoa idosa. Segue-se um subcapítulo sobre o empoderamento, trazendo-se para a discussão algumas conceções à sua volta, o sentido que terá esta questão em relação ao envelhecimento, e como poderá a animação sociocultural ser considerada uma estratégia para o empoderamento.

Seguindo para o Capítulo II, apresenta-se a instituição onde o estágio foi realizado, desde uma descrição dos seus espaços, modos de organização e funcionamento e a caraterização dos/das utentes.

Já o Capítulo III dá a conhecer o percurso metodológico ao longo do estágio, abordando, inicialmente, o momento de entrada e o processo de integração/adaptação na instituição e como as relações se foram desenvolvendo com os diversos atores. São também

apresentadas as opções metodológicas, as técnicas de recolha e interpretação dos dados e aquelas mobilizadas no projeto de intervenção, bem como as preocupações éticas presentes ao longo do estágio.

Quanto ao Capítulo IV, descrevo, a partir deste, o percurso de estágio ao mesmo tempo que reflito sobre as práticas onde estive envolvida. Com a presença constante na instituição e o meu envolvimento na dinâmica institucional, captam-se lógicas de organização e trabalho com pessoas idosas e, por isso, procura-se compreender e refletir sobre os diferentes modos de pensar a metodologia de intervenção da animação sociocultural desenvolvida no contexto, as dinâmicas relacionais expostas no lar e as particularidades que caracterizam as relações entre os/as idosos/as. Este capítulo inclui também a descrição e reflexão sobre os pedidos da instituição que foram surgindo ao longo do meu percurso e que caracterizam também este estágio curricular.

Já no Capítulo V procura-se dar conta do processo de construção e desenvolvimento do meu projeto de intervenção, refletindo-se sobre as razões que justificaram a sua criação, os objetivos traçados e que aspetos definem agora este percurso.

Por último, as considerações finais visam ser uma reflexão sobre a importância do estágio realizado e também sobre o contributo de um/a especialista em educação e formação em instituições de resposta social aos/às idosos/as.

Capítulo I – Enquadramento Teórico

1.1 Envelhecimento – diferentes concepções sobre as pessoas idosas

Já não há dúvidas que a sociedade do século XXI está envelhecida. De acordo com a PORDATA, no ano de 2020 uma pessoa, em Portugal, podia esperar viver até aos 80,7 anos, verificando-se uma enorme evolução desde 1970 onde a esperança média de vida se limitava aos 60,1 anos de idade. No entanto, o envelhecimento nunca deixou de constituir-se uma etapa do ciclo vital do ser humano e com os avanços na medicina esta chega agora cada vez mais tarde, pois, tal como aponta Fernandes (2005: 223), “[e]nvelhecer é desde o nascimento um processo natural e contínuo [e a] longevidade cresce constantemente de ano para ano em razão do progresso técnico da medicina e da melhoria das condições de vida”.

Torna-se, assim, necessário refletir sobre esta temática, trazendo para a discussão algumas concepções sobre as pessoas idosas que têm contribuído para a construção de diferentes perspetivas sobre as mesmas, e considerar de que forma estas questões são importantes para se pensar a intervenção nesta área.

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (2015: 12), o envelhecimento, em termos biológicos, “é associado ao acúmulo de uma grande variedade de danos moleculares e celulares” sendo normal que, com o avançar da idade, o ser humano tende a sofrer uma perda gradual nas reservas fisiológicas sendo comum o surgimento “de diversas doenças e um declínio geral na capacidade intrínseca do indivíduo”. A morte classifica-se como término desta etapa e claro, o fim da vida de um sujeito. Esta trata-se de uma definição baseada apenas em argumentos da biologia, no entanto, ao olhar para a forma como a velhice tem sido encarada ao longo do tempo, iremos constatar que esta visão está na base da maioria dos estereótipos associados às pessoas idosas. Contudo, diferentes perspetivas foram surgindo ao longo da nossa história e se Aristóteles (384-322 A.C.), na sua obra “Tratado de Retórica”, define a velhice por quarta idade – a senilidade – distinguindo-se pela deterioração e doença, “para os Romanos a idade intelectual de máximo exponencial seria aos 80 anos, mostrando o papel importante da experiência dos velhos na sociedade” (Ribeiro, 2007: 8).

A noção de envelhecimento apenas baseada na biologia tem persistido na nossa sociedade ao longo dos anos e segundo Neri e Freire (in Schneider & Irigaray, 2008: 586), “o envelhecimento ainda está ligado à deterioração do corpo, ao declínio e à incapacidade”. Logo, é comum pensar-se em alguém idoso/a como uma pessoa com dificuldades de locomoção, com algum tipo de doença e à espera da morte.

Nas palavras de Ferreto (in Carvalho, 2014) a

"sociedade atribui ao conceito de velho como uma fase de decadência, daí os seres humanos sentirem receio em atingir a velhice, termo que para eles é sinónimo de medo e de rejeição, em tudo o que se refira a esta etapa da vida".

Do mesmo modo, Fernandes (2005), explica que para além do termo velho também “idoso” tem sido utilizado “de forma indiscriminada para caracterizar o estágio de desenvolvimento da vida humana”. Este acrescenta que o medo associado ao envelhecimento está relacionado “com a privação do poder, da independência e da autonomia, isto é, do controlo sobre si próprio e sobre o seu meio ambiente” (Fernandes, 2005: 237).

Por outro lado, a reforma também parece ser um fator que permite identificar as pessoas pertencentes a este grupo, ou seja, ser velho/a começa, a partir de metade do século XIX, a ser sinónimo de inatividade, tal como o excerto aponta:

“A situação de reforma, ao passar a ser uma situação comum a um determinado grupo etário, conferiu-lhe identidade e tornou-o identificável (Guillemard, 1980). Portanto, a reforma passou a funcionar como um mecanismo social que permite sair do mundo “activo”, não porque já não se tem capacidade para trabalhar, mas por normas ou critérios formais” (Velo, 2009: 12).

Relativamente a esta questão, Fernandes (2005: 224), aponta para um critério “meramente administrativo” que tende a classificar como velhas ou idosas as pessoas que chegaram à idade de se reformar. Assim, as pessoas idosas que já não contribuem ativamente para as sociedades surgem “como um problema nas sociedades individualistas e competitivas”. Ao invés de “sede do saber” um sénior pode, hoje em dia, ser ignorado e envelhecer poderá ser símbolo de “marginalidade” social.

Oliveira (2012: 20), reflete em torno das atitudes face ao envelhecimento, destacando dois grupos de representações sobre a velhice: uma imagem negativa que complementa aquela já mencionada e que perspetiva o/a idoso/a enquanto alguém em situação de “pobreza, solidão, doença, dependência”, ou “desprovido[s] de interesse”; e um olhar mais positivo, que encara a velhice como uma fase de maior “liberdade, maior estabilidade económica, mais disponibilidade e tempo para o lazer”.

A mesma autora, defende que estas representações não têm uma relação direta com o processo físico de envelhecimento e a idade cronológica, e ao invés disso, encontram-se ligadas ao contexto histórico e económico, o que vem de encontro à noção de que o envelhecimento se constitui como “um fenómeno profundamente influenciado pela cultura” (Schneider & Irigaray, 2008: 587). Os diferentes olhares sobre a velhice fazem com que esta seja considerada como “construção social e temporal feita no seio de uma sociedade com valores e princípios próprios, que são atravessados por questões multifacetadas, multidirecionadas e contraditórias” (Schneider & Irigaray, 2008: 587).

No mesmo sentido, Fernandes (2005: 229), declara que a velhice não pode ser considerada uma realidade homogênea, na sua “constituição morfológica”, uma vez que varia em função da classe social em que está inserida e nas etapas que tem de atravessar.

Segundo o mesmo autor, na terceira idade, mesmo que se verifiquem “elementos unificadores” é possível encontrar mais diferenças entre aqueles que pertencem a este grupo. Estas, são “uma função das trajetórias familiares, sociais e profissionais, conducentes à estruturação de modos diversos de gestão da velhice e nomeadamente da dependência e, consequentemente, as relações diversificadas com os serviços” (Fernandes, 2005: 238).

De acordo com Schroots e Birren (1980 in Paúl, 2017: 275) distinguem-se três componentes no envelhecimento: “a) o processo de envelhecimento biológico que resulta da vulnerabilidade crescente e de uma maior probabilidade de morrer a que se chama senescência; b) o envelhecimento social relativo aos papéis sociais apropriados de expectativas da sociedade para este nível etário; e c) o envelhecimento psicológico definido pela autorregulação do indivíduo no campo de forças pelo tomar decisões e opções adaptando o seu processo de senescência e envelhecimento.”

Tendo em consideração os argumentos anteriores torna-se evidente que o processo de envelhecimento varia de sujeito para sujeito em função das suas experiências e do contexto onde este se encontra, tal como aponta Martins (2013: 143), o processo de envelhecer “estende-se ao ambiente envolvente em que o indivíduo está inserido com as suas atitudes e comportamentos”.

Lenoir (1996 in Veloso, 2009: 11) relembra que até mesmo os critérios “naturais” que surgem para classificar os indivíduos no espaço social, como a idade “são manipulações sociais de certas características biológicas, físicas, e, portanto, são resultado de um trabalho social e não são uma característica inata nem uma propriedade que confira uma existência natural”. Da mesma maneira, Paulo Freire (in Martins, 2013: 142) acrescenta que “os critérios de avaliação da idade, da juventude ou de velhice não podem ser os de uso do calendário. Somos moços ou velhos muito mais em função da vivacidade, da esperança com que estamos sempre prontos a começar tudo de novo e se o fizemos continuar a encarar sonho nosso, sonho eticamente válido e politicamente necessário”.

Logo, refletir sobre o envelhecimento implica ter em consideração outros aspetos para além da idade. A imagem negativa que gira em torno do envelhecimento tem contribuído para uma contínua desvalorização e desempoderamento da terceira idade e, consequentemente, a sua exclusão social. Esta população é muitas vezes subestimada, assumindo-se que estas já não têm nada para oferecer ou em quem já não vale a pena investir, porém envelhecer vai para além da perda de capacidades sendo necessário quebrar com estereótipos e prestar atenção às especificidades de cada um/a tal como aponta Teixeira (2016: 24):

“Revela-se, assim, fundamental uma desconstrução de tais concepções, já que os/as idosos/as são pessoas com capacidades e poderes de decisão, portadores de diversas potencialidades e competências, as quais, por vezes, nem os anos de permanência no mercado de trabalho nem o período de vivência da reforma permitem dar conta na sua plenitude”.

Segundo Zimerman (2000:19), “o velho é um mais”, é o indivíduo cuja experiência acumulada ao longo do tempo ajuda-nos a ter acesso a uma outra forma de olhar o mundo e a vida. Além disso, Fontaine (in Ribeiro, 2007: 14) refere o envelhecimento como uma fase que pode fornecer muitas oportunidades de desenvolvimento pessoal.

1.2 A pessoa idosa institucionalizada: o processo de institucionalização e os impactos no quotidiano

Associadas a este alargamento dos anos de vida surgem cada vez mais necessidades e interesses a precisar de uma resposta adequada e profissionais preparados/as. O avançar da idade traduz-se, geralmente, no agravamento do estado saúde, existindo ainda preocupações de carácter social, tal como indicam Cabral et. al (2013: 11):

“No plano individual, uma maior longevidade traz mudanças radicais do quadro de vida no que respeita, em particular, ao estado de saúde e à participação na vida social. Com efeito, viver mais significa também estar mais exposto a doenças crónicas não transmissíveis, assim como a um declínio das redes pessoais e sociais”.

Esta questão é importante para se pensar a crescente necessidade de uma transferência de cuidados da família para organizações especializadas na resposta à terceira idade, porém importa refletir em torno do processo de institucionalização e o que geralmente acontece às pessoas idosas que se veem nessa situação.

Cuidar dos/das mais velhos/a nem sempre esteve ao encargo de instituições semelhantes àquela onde o estágio se realizou, mesmo hoje em dia, nem todos os/as idosos/as são colocados em lares, ficando ao cuidado das suas próprias famílias, persistindo a noção de que essa tarefa é uma obrigação familiar tal como explica Correia (2013:21):

“Estes discursos são baseados no pensamento dominante na sociedade e no que esta considera ser uma obrigação familiar para com os mais velhos, como uma espécie de troca de papéis pois, os que foram pais e mães dos seus descendentes precisam, agora, que estes sejam os seus “pais” e “mães”.

Contudo, muitas famílias deixaram de ter condições para o fazer, pois passaram a ter outras responsabilidades e muitas pessoas, embora sintam grande afetividade pelos seus familiares não têm tempo, condições financeiras ou até de habitação para cuidar de uma pessoa idosa que necessite de cuidados específicos.

O Estado passou então a intervir e assumiu algumas responsabilidades para com os mais velhos, como a criação de diferentes respostas sociais para esta comunidade, tais como Centros do Dia, Centros de Convívio, Serviço de Apoio Domiciliário (SAD), Estruturas Residenciais para Idosos, entre outros. Assim sendo, tal como afirma Lourenço (2014: 25), “[u]ma das principais marcas do processo de envelhecimento é, sem dúvida, a admissão do indivíduo idoso numa instituição”, e cada vez mais pessoas vêem-se sujeitas a este processo, não encontrando “dentro da família e da comunidade uma resposta satisfatória às suas necessidades existenciais”.

Da mesma maneira, Martins (2013: 205- 206) declara que “o internamento num lar ou residência é, muitas vezes, a única solução, já que os principais motivos recaem em problemas familiares, sociais, e de saúde (falta de recursos económicos, fracas condições habitacionais e inexistência de uma adequada rede de suporte)”. Este tipo de respostas sociais têm sido reconhecidas e legitimadas pelas diretrizes das políticas assistenciais, na medida em que são capazes de fornecer uma quantidade diversificada de serviços nas seguintes áreas: “social, médico-sanitária, psicológica, odontológica, de enfermagem, terapia ocupacional, animação, entre outras” tendo em consideração as características da comunidade que abrigam.

Contudo, ao olhar para o modo como alguns/algumas autores/as abordam o processo de institucionalização de idosos/as, há que considerar as implicações que o mesmo tem na vida destas pessoas.

De acordo com Ribeiro (2009: 12), “o processo de institucionalização, simbolizado pela saída de casa e do ambiente conhecido, é uma mudança que prejudica o normal funcionamento das actividades da vida diária, uma vez que a mesma envolve uma readaptação, a uma nova casa e um novo espaço”. Logo, ao mudar-se para um lar, o idoso vê-se, muitos vezes, sujeito a um sistema de regras e hábitos institucionais que se afastam das suas próprias rotinas e modo como este geria o seu tempo no passado, e por essa razão “o idoso institucionalizado vê com nostalgia a perda de uma vida ativa, onde até certo ponto podia ser o senhor do seu mundo e das suas ações” (Lourenço, 2014: 27). A rotina institucional tende a distanciar-se da personalidade e experiência de vida dos idosos, na medida em que as normas e horários são, geralmente, aplicados a todos/as da mesma forma e é neste sentido que Costa (1999:11) alerta para a “necessidade de os lares terem uma visão diferente, pois, o idoso é retirado do seu mundo social e congregado à volta de uma mesma finalidade e com um tempo previsto para a realização das suas atividades, incapacitando o que ainda de criativo persiste naquele ser humano”. Lourenço (2014: 33) compara a institucionalização ao aprisionamento, uma vez que os/as idosos/as institucionalizados/as tornam-se cada vez mais dependentes do ambiente institucional e o seus modos de funcionamento/organização do tempo, que muitas vezes “decorre de uma forma monótona e padronizada, que na gestão do

tempo ou de espaço e mesmo de uma forma quase estática”. Também Ribeiro (2009: 13) encara o processo de institucionalização como uma etapa em que os indivíduos que lá residem vêem-se obrigados a adaptar-se e seguir “regras e regulamentos, tais como horários das refeições, dos banhos, da limpeza dos quartos, das horas de visita, entre outras.”

Esta situação tem fortes implicações no modo como os/as idosos/as se perspetivam a si mesmos vendo a cada dia que passa a sua independência e autonomia comprometidas e, por isso, têm tendência a sentir-se “diminuído[s], u[ns] inút[eis], com perda da auto-estima, perda de sentimentos e desvalorização de si próprio[s]” (Lourenço, 2014: 33). Do mesmo modo, Martins (2013: 206) afirma que “[h]á pois, uma certa representação negativa destes equipamentos, onde as regras e horários são rotinizados e pouco flexíveis, provocando uma certa despersonalização do idoso, condicionando a sua autonomia, autoconceito, autoestima, privacidade, sentimento de pertença e de bem-estar”.

1.3 Empoderamento

1.3.1 Evolução do conceito e dimensões do empoderamento

A origem do conceito de empoderamento (*empowerment*) está relacionada com as mudanças paradigmáticas das ciências sociais, ocorridas por volta dos anos 1970, nos Estados Unidos. Segundo Pinto (2011: 44), este “não tem uma génese única, e como tal também não é um conceito monolítico”, encontra-se sujeito “a alguma variação de entendimentos na sua operacionalização”.

Nas palavras de Baptista (2018: 21), o termo empoderamento, no seu sentido literal, exprime mais poder, porém é necessário compreender que este vai para além da autoridade que se pode exercer sobre algo ou alguém, adquirindo ao invés disso, um sentido “transformador e emancipador”. Assim sendo, importa olhar para as diferentes formas que surgem para definir este conceito e perceber, posteriormente, a pertinência desta questão na temática do envelhecido.

Pinto (in Baptista, 2018: 21), ao escrever sobre empoderamento, explica que este conceito está intimamente ligado ao poder, sendo que este pode assumir dois significados. Por um lado, traduz-se na “capacidade desempenhada sobre indivíduos, sobre coisas ou ideias” e por outro, pode ser também a “capacidade de ação”, verificando-se assim que existem duas formas de poder: “o poder sobre” e “o poder de”. No que concerne à primeira, pode afirmar-se que esta se encontra relacionada com a habilidade de um certo sujeito influenciar ou dominar outros indivíduos ou objetos, já a segunda assume o indivíduo como alguém capaz de agir, sendo ele portador de seu próprio poder.

De acordo com Pinto (in Pinto, 2013: 51) o *empowerment* caracteriza-se como

“um processo de reconhecimento, criação e utilização de recursos e de instrumentos pelos indivíduos, grupos e comunidades, em si mesmos e no meio envolvente, que se traduz num acréscimo de poder - psicológico, socio-cultural, político e económico - que permite a estes sujeitos aumentar a eficácia do exercício da sua cidadania”.

Este conceito tem evoluído enfatizando-se a necessidade e a importância de os indivíduos se emanciparem, se libertarem e de se tornarem autónomos quer em situações pessoais quer coletivas, como em situações sociais, culturais, económicas e políticas que possam ser injustas (Pinto in Baptista, 2018). Sendo assim, procura-se que os sujeitos se sintam empoderados, como cidadãos/ãs e como pessoas com direitos, necessidades e tendências, para enfrentar as situações que os oprimem. Recorrendo a vários autores e teorias que evoluíram ao longo dos anos, Pinto (2011) define empoderamento como um processo participativo de aumento de poder e controlo voltado para os cidadãos e acesso a recursos valorizados pelos sujeitos, caracterizado pela transmutação e manifestação do poder. A experiência de empoderamento implica a identificação e reconhecimento de bloqueios de poder e, portanto, o desenvolvimento e execução de estratégias que minimizem ou mesmo eliminem esses bloqueios. O objetivo é que o sujeito seja capaz de exercer influência e força no seu ambiente., levando em consideração os seus desejos e vontades (Pinto, 2011).

De acordo com Fonseca (2011), o empoderamento era, inicialmente, associado à “transação de poder”, na medida em que se referia à transferência de poder de um indivíduo para outro. No entanto, com o avançar dos tempos, poderá falar-se em empoderamento quando estamos perante um processo em que as pessoas adquirem controlo sobre as suas próprias vidas, de uma forma ativa. A mesma autora acrescenta que um fator comum às várias definições diz respeito à sua finalidade pretendendo consciencializar as pessoas do seu “poder”, de modo a tornarem-se capazes de influenciar resultados e assumir controlo das suas vidas.

Laverack e Wallerstein (in Fonseca, 2011: 16) são autores que se aproximam deste argumento quando associam este conceito à “organização e mobilização de indivíduos, organizações / grupos ou comunidades” com o intuito de gerar mudanças sociais e políticas, fundamentais para atenuar a sua condição de desempoderados. Anos mais tarde, Laverack (in Fonseca, 2011:16) volta a definir o empoderamento, caracterizando-o como a forma como os indivíduos sem “poder” atuam com o objetivo de ganhar um maior controlo sobre os acontecimentos que interferem na sua vida ou saúde.

Uma outra definição pertinente é a de Rappaport (in Fonseca, 2011: 16) que ao defender algo semelhante, acrescenta que o processo de assumir controlo pode ocorrer em três níveis: individual, organizacional e comunitário.

A nível individual ter-se-á em consideração aquilo que Zimmermam preconiza sobre o empoderamento psicológico (EP). Para definir empoderamento, o autor enumera três

dimensões que acompanham este conceito: intrapessoal, interacional e comportamental. A primeira, caracteriza-se por aquilo que os sujeitos pensam sobre si, incluindo: “i) a capacidade percebida pelo indivíduo para influenciar sistemas sociais e políticos; ii) o sentimento de competência perante uma dada situação (um pré-requisito para a participação ou um produto da mesma); iii) o controlo específico percebido ou percebido (crenças sobre a capacidade de influenciar várias esferas da vida, de influenciar resultados) (Zimmerman, 2000); iv) a autoeficácia associada (noção da capacidade para desempenhar os comportamentos necessários para a prossecução dos objetivos); v) a motivação; vi) e a percepção de competência, porque são as percepções que vão permitir ao indivíduo o envolvimento em comportamentos passíveis de produzir os resultados desejados. A segunda abrange: “i) o conhecimento e competências no domínio dos sistemas referidos previamente, ii) a compreensão sobre o funcionamento do contexto, que remete para uma consciência crítica (recursos disponíveis e modos de os obter, e conhecimentos sobre a sua gestão); iii) compreensão de agentes causais; iv) desenvolvimento de competências; v) transversalidade de competências em várias esferas da vida; vi) mobilização de recursos, ou seja, as opções de ação de que dispõem, representando a ponte entre as percepções do indivíduo e a tomada de ação para exercer controlo”. Já a componente comportamental caracteriza-se pelas ações, mais uma vez, sobre os sistemas sociais e políticos na conquista de determinados resultados, envolvimento na comunidade, participação organizacional e estratégias de coping (de gestão do stress ou adaptação à mudança, por exemplo).

Seguindo para o nível organizacional, o empoderamento engloba os processos organizacionais e as estruturas que agilizam a participação dos seus membros, a partir do desenvolvimento das suas competências e construção de uma identidade grupal; bem como a eficácia organizacional para alcançar os fins e caminhar para uma efetiva transformação na comunidade. Neste caso, o empoderamento torna possível o “aumento do controlo no seio de contextos organizacionais e influenciar decisões na comunidade mais alargada”. (Fonseca, 2011: 17). Segundo a autora, as organizações que promovem oportunidades aos indivíduos para assumirem controlo das suas vidas, facilitando a sua confiança e as suas competências individuais podem caracterizar-se como “organizações empoderantes”, que por sua vez, se distinguem das “organizações empoderadas”, ou seja, as que se desenvolvem eficazmente, conseguem influenciar o seu ambiente, influenciam decisões políticas, ou oferecem alternativas de provisão de serviços.

Por fim, o empoderamento a um nível comunitário reside nas ações coletivas que visam a melhoria da qualidade de vida da comunidade e o acréscimo da participação cívica; e nas relações existentes entre organizações e agências comunitárias que contribuem para a monitoramento da qualidade de vida (Zimmerman in Fonseca, 2011) .

Baptista (2018:22) destaca ainda duas dimensões do empoderamento pertinentes para esta reflexão, isto é, a forma transitiva e a intransitiva. A primeira forma requer a presença de algum complemento para que a ação adquira sentido, servindo de exemplo o indivíduo que pratica a ação de capacitar alguém, verificando-se a transferência de poder de uma pessoa ou grupos para outros, “um sujeito age sobre outro dando-lhe poder”. Neste caso, um profissional que tenciona dar poder a alguém, passa por “agente de empoderamento que controla e define os termos da interação” e o sujeito que recebe esse poder é alguém desempoderado com um papel passivo, o que faz com que “a ideia de empoderar alguém remete para sujeitos incapazes de exercer a sua própria ação de poder” (in Baptista, 2018: 22). Já no que diz respeito à forma intransitiva, esta não pressupõe a existência de um complemento para que tenha significado, sendo a ação “exercida por e para os sujeitos e comunidades”, e o poder conquistado pelos próprios. Aqui a finalidade de empoderar não é “dar poder”, mas “agir de forma a tornar os sujeitos de educação capazes de aumentar as suas capacidades e recursos, adquirindo assim poder e controlo sobre a própria vida” (Baquero, 2012 in Baptista, 2018: 22).

1.3.2 Empoderamento, Participação e Terceira idade

Transportando o empoderamento para a temática do envelhecimento salientamos que muitas das questões abordadas pelos/as diferentes autores/as mostram-se relevantes quando pretendemos refletir sobre a intervenção com esta comunidade.

Iniciando com a perspetiva de Pinto (in Baptista, 2018: 30), esta defende que “a prática de *empowerment* não impede a corporalização da velhice”, na medida em que o envelhecimento não deixa de se traduzir num corpo cujas marcas do avançar da idade se vão tornando cada vez mais perceptíveis. Contudo, essa questão não pode continuar a ser um entrave ao empoderamento das pessoas idosas, destacando-se a necessidade de tornar esse corpo num “meio de poder”. A mesma autora aponta para a necessidade de ter em consideração a multiplicidade dentro de um só grupo, ao invés de padrões, uma vez que não reconhecer a diferença é caminhar para o “desempoderamento” dos grupos mais vulneráveis. Ora isto pressupõe o afastamento de uma visão redutora acerca da terceira idade que tende a desempoderar quem pertence a esta comunidade ao assumir que a sua existência não tem importância. Assim, é essencial olhar para além da dependência, da doença e do corpo envelhecido apenas à espera da morte e focarmo-nos numa perspetiva que valoriza as suas potencialidades. Isto não quer dizer que não devem ser ignoradas, pois tal como Saleebey (in Pinto, 2013) defendia, o modelo do *empowerment* não requer que as limitações, incapacidades e fraquezas não sejam sinalizadas, devendo-se fazer sobressair as forças do sujeito.

Baptista (2018: 24-25) argumenta que empoderar a população sénior, segundo estes parâmetros, é uma questão pertinente, de modo a que as pessoas idosas sejam capazes de “identificar e excluir aquilo que impede o seu desenvolvimento e os faz estagnar ou mesmo regredir, crescendo assim em empowerment individual e alcançando um envelhecimento ativo e bem-sucedido”. Continuando, esta acredita que instituições que se dedicam a esta comunidade como é o caso das Estruturas Residenciais para Idosos (ERPI), entre outras que promovem diferentes iniciativas direcionadas à mesma, deverão investir em práticas profissionais que não tenham como resultado a exclusão de alguns/algumas. Cabe a estas instâncias proporcionar meios ou situações através dos quais os/as idosos/as possam “atingir o máximo potencial enquanto realizam atividades significativas, assim elimina-se e previne-se a possibilidade de subdesenvolvimento, estimulando-se o empowerment organizacional”.

Charpentier e Soulières (in Baptista, 2018) admitem que a prática de *empowerment* torna-se possível assim que as pessoas idosas passam a ser percecionadas enquanto “cidadão adultos” e não como apenas “beneficiários de serviços”. Isto implica ainda que deixem de ser infantilizados e que a sua autonomia lhes seja retirada. Estes autores apresentam quatro paradigmas que devem ser tidos em conta no *empowerment*: o *empowerment* estrutural, o *empowerment* tecnocrático, o *empowerment* dos utentes de serviços sociais e de saúde e o *empowerment* do quotidiano. O primeiro reconhece que os constrangimentos sociais do poder dos/as idosos/as estão associados à discriminação face a este grupo, e que os mesmos podem ser solucionados com estratégias de âmbito social e político aplicadas na sociedade. Como exemplo destacam-se medidas de políticas sociais que promovam o exercício da cidadania social, alertem para os direitos sociais, possibilitem o bem-estar e que prestem especial atenção às necessidades dos idosos (Baptista, 2018). Já o segundo, prende-se com a necessidade de acompanhar a adaptação de um sujeito idoso ao seu envelhecimento, sendo essencial uma compensação face a possíveis alterações que possam advir desse processo, de modo a que este possa realizar as suas vontades. Com este pretende-se prolongar o envolvimento e autonomia de uma pessoa idosa, participando em processos de tomada de decisão importantes para si mesmo e para a comunidade: “[p]or isto, é fundamental preparar e formar os idosos para que consigam formular os seus próprios problemas e se emancipem, desta forma são criadas condições para que o outro consiga resolver e dar voz aos seus problemas”.

Por sua vez, o *empowerment* dos utentes de serviços sociais e de saúde enfatiza a importância da participação não apenas na definição de necessidades, mas também no planeamento dos serviços, verificando-se uma parceria com técnicos e possibilidade de poder de decisão (Charpentier e Soulières, in Baptista, 2018). Neste caso, considera-se que os/as idosos/as devem ter um papel ativo em processos de tomada de decisão relativamente a assuntos lhes dizem respeito. Estes/as devem incluídos/as em momentos reservados para a

procura de respostas às suas necessidades, privilegiando-se aquilo que são as suas vontades. De acordo com Marques (in Baptista, 2018) os profissionais, familiares e cuidadores tendem a olhar para a pessoa idosa como alguém incapaz, que precisa que outros indivíduos assumam o controlo da sua vida, porém, mesmo que alguns necessitem de algum tipo de apoio, deve continuar-se a incentivar o seu envolvimento e a respeitar sua privacidade e autonomia. Finalmente, o *empowerment* quotidiano refere-se a um nível mais pessoal, à relação que se estabelece com os outros e o seu poder de escolha ao longo dos seus dias. Aqui são consideradas, pelos autores, situações de institucionalização, visto que tendem a despoletar mais facilmente o desempoderamento das pessoas. Em alguns casos, o/a idoso/a vê o seu poder de decisão comprometido ao ter que adaptar-se às regras e hábitos institucionais, para além de serem vítimas de um discurso que os infantiliza. Do mesmo modo, Sá (2018: 137) reflete sobre esta questão destacando o “caso dos idosos institucionalizados, que têm que lidar com a perda das suas casas, da sua independência, da sua privacidade sendo forçados a adaptação de novas rotinas e espaços assumindo por vezes controlo das suas vidas”.

Por fim, Laverack e Wallerstein (in Fonseca, 2011: 26) declaram que a participação das pessoas idosas na definição dos problemas é fundamental para se garantir que as metas traçadas permitem unir os indivíduos, caso contrário uma minoria dominante continuará a tomar decisões que não têm em conta a realidade de todos/as. Ainda em relação a este assunto, Fisher e Gosselink (in Fonseca, 2011: 31) argumentam que empoderar as pessoas idosas traz benefícios “aos sujeitos enquanto indivíduos e enquanto grupo, contribuindo não só para um incremento do bem-estar, mas também do sentimento de autorrealização e orgulho”.

1.3.3 A animação sociocultural como estratégia para o empoderamento

Numa sociedade em constante transformação, é esperado não só o alargamento das necessidades dos seus indivíduos, como se viu anteriormente, como também começam a surgir novos interesses ao nível do lazer, da realização pessoal sendo as exigências variadas por parte da terceira idade. Ainda de acordo com Rabelo e Neri (2013), “[a]s demandas psicossociais da população idosa são crescentes” envolvendo “uma multiplicidade de fatores económicos, culturais, educacionais que estão associados a contextos de desigualdade social, exclusão e vulnerabilidade social”, o que, mais uma vez, realça a importância de uma postura profissional flexível, atenta ao outro e desligada de qualquer preconceito sobre a velhice, tanto na prestação de cuidados como na animação sociocultural.

De acordo Martins (2013: 234), já na antiguidade se podia falar em animação sociocultural “nos trovadores medievais, artistas de rua, artistas de teatro, de cantigas e danças, na educação popular (Séc. XVIII), ateneus de operários e organismos associativos ,

etc.". Porém, nos dias de hoje a Animação Sociocultural é encarada como um "fenômeno recente" sendo que Baptista (2014: 2) complementa esta questão ao declarar que a "origem do conceito de animação, enquanto prática ligada à intervenção social, educativa e cultural, surge somente a partir de meados do século XX", graças à reestruturação da estrutura social causada pelo surgimento das sociedades industriais e o colapso das chamadas sociedades primitivas. Todos os problemas dessas mudanças estão relacionados com a integração social, envolvimento da comunidade, comunicação interpessoal e identidade cultural. Nas palavras de Lopes (2019: 62) a Animação Sociocultural veio tornar-se mais tarde, "uma pedagogia participativa e mobilizadora no sentido de tornar as pessoas protagonistas do seu próprio desenvolvimento".

Pensada de formas distintas por diferentes autores, a Animação Sociocultural pode ser considerada "um conceito polissêmico, multiforme e ambíguo" (Sánchez, in Teixeira, 2016: 33). Do mesmo modo, Martins (2013: 234), refere que "a ASC não é um conceito preciso ou limitado, já que as definições são múltiplas", existindo, ainda assim, um aspeto comum a algumas formas de a descrever, perspetivando-a como "um conjunto de ações realizadas por indivíduos, grupos ou instituições numa comunidade ou território, com o objetivo de favorecer a participação ativa dos seus membros no processo de desenvolvimento pessoal, social e cultural".

Ao longo do tempo tem sofrido um grande processo de evolução sendo, nos dias de hoje, "um campo fundamental da acção educativa que abrange públicos muito diversos (em idade, estatuto social, instrução escolar)" estando "presente em áreas de atividade social muito diversas" (Canário, 1999: 70) . No que remete às suas funções, mostra-se também bastante diversificada tendo sido realizada uma enumeração por parte de Besnard (in Canário, 1999:76) que dá a conhecer aquelas que podem ser algumas das finalidades da animação sociocultural: em primeiro lugar, "uma função adaptativa e de integração" que tem como objetivo a promoção da socialização dos sujeitos; "uma função recreativa" relacionada com os tempos de lazer; "uma função educativa", onde a animação sociocultural pode ser entendida como uma "escola paralela", na medida em que permite o aprofundamento de certos interesses específicos; "uma função ortopédica", a fim de regular a vida social; e por fim, "uma função crítica", que pretende apoiar o desenvolvimento de um pensamento crítico essencial para um exercício pleno da cidadania e da democracia.

Posteriormente, em relação às diferentes lógicas que a animação sociocultural pode assumir, Gillet (1995) distingue a animação consumista da abstrata. Relativamente ao primeiro formato, os sujeitos parecem assumir um papel passivo e tal como o nome indica estes vêm-se limitados a consumir um produto que lhe é proposto. Neste caso, as dimensões sociais da animação passam despercebidas, sendo esta uma "animação concreta" que se foca apenas no seu "valor de uso", priorizando a atividade, o programa, o instituído, o

consenso, a socialização e a prática. Já no que toca ao modelo abstrato, o autor refere que são privilegiadas dimensões como a ação, o ator, o projeto, o instituinte, a sociabilidade, o conflito, a práxis, valorizando ao contrário da anterior a dimensão social, bem como o valor de troca de conhecimentos e valores. As ações baseadas neste pressuposto, para além de entenderem os indivíduos como produtores de cultura, têm como finalidade o exercício de um poder transformativo dos mesmos.

Neste sentido, parece também importante abordar os diversos estilos de animadores/as enunciados por Larrazábal (in Teixeira, 2016: 34). O autor destaca três posturas distintas: “o/a animador/a autoritário/a”, que ao impor a sua vontade, tende a desvalorizar o ponto de vista dos indivíduos que irão participar na atividade, por exemplo; “o/a permissivo/a”, que confunde a inexistência de regras com o respeito pela liberdade das pessoas para quem trabalha; e “o/a democrático/a”, que ao assumir os/as participantes como protagonistas da ação, procura adequá-la àquelas que são as suas necessidades e interesses.

Esta última postura acaba por ir de encontro à definição de Canário (1999:78), para o qual, o animador é

“essencialmente um intermediário e agente de comunicação (...) suscitando e orientando iniciativas, promovendo a optimização de recursos (nomeadamente endógenos), favorecendo a participação individual, organizando a vida dos grupos, favorecendo a autonomia dos indivíduos e dos colectivos [e] criando condições favoráveis à comunicação entre pessoas, grupos e instituições”

A Animação Sociocultural vista nesta perspetiva abstrata mostra-se como a mais adequada à área da terceira idade, sobretudo em contexto institucional, tendo em consideração a missão de diferentes estruturas como os lares, os centros de dia ou de convívio. Esta deve distanciar-se da lógica tradicional de ocupação de tempos livres uma vez que se traduz numa “conceção redutora da animação” (Canário, 1999) e ao não investir nas potencialidades dos/das idosos/as tende a perpetuar os estereótipos e a discriminação contra velhice. Segundo Osório (1998: 255) é crucial que a animação seja capaz de tornar o envelhecimento “um espaço e um tempo positivos para aumentar as possibilidades de educação permanente”. Tendo em consideração as dimensões do empoderamento pode considerar-se tanto que o modelo abstrato como uma postura democrática serão aquelas, através das quais os/as idosos/as terão mais facilidade em ser incluídos em processos de tomada de decisão, definição de necessidades, planeamento, entre outras questões, dada a visão que circula sobre os mesmos.

Jacob (in Correia, 2013: 37) declara que a animação sociocultural direcionada à terceira idade deve ter em consideração sete faces, sendo elas a “motora”, a “cognitiva”, a “expressão plástica”, a “comunicação”, a de “desenvolvimento pessoal e social”, a “lúdica” e

a “comunitária”. A partir destas pretende-se trabalhar questões diversas que vão desde a manutenção da condição física dos/as idosos/as, o funcionamento do cérebro, a comunicação, o desenvolvimento de competências sociais e pessoais, a interação social, o convívio, entretenimento, entre outras... Todavia, embora conceba a animação sociocultural com base nestas dimensões, o mesmo autor privilegia uma animação que preze os direitos das pessoas idosas, tais como “o direito à escolha, privacidade, individualidade, integração e participação sociais”(Jacob in Teixeira, 2013: 38). Na sua perspetiva, a animação para a terceira idade deve também ter um cuidado especial em situações que levem à infantilização desse público. Trindade (2010:1) complementa esta questão, ao olhar para os/as idosos/as como uma vantagem para a Animação Sociocultural, pois ao “terminar um ciclo de vida profissional”, dão “início de um outro ciclo de vida, em que, do ponto de vista social, as pessoas procuram melhorar a sua qualidade de vida, quer a nível físico, educativo ou social”.

Atentando à animação sociocultural no envelhecimento compreende-se a necessidade e importância deste método de intervenção ter em consideração particularidades deste público (Osório, 1998). Para além das idades avançadas, dos diferentes níveis de dependência ou cuidados necessários, há que ter em conta um outro tipo de variáveis, servindo de exemplo “o contexto residencial, as várias situações de convivência, quer sejam em casal, a viuvez ou até mesmo a solidão, assim como o património pessoal de que cada um/a é portador e do qual fazem parte a sua história de vida, vontades, gostos e interesses” (Teixeira, 2016: 38-39). Neste sentido, revela-se essencial que o/a animador/a adote uma postura democrática destituída de juízos de valor e estereótipos, de forma a investir verdadeiramente na terceira idade e apresentar aos/às idosos/as projetos que lhes façam sentido e que lhes permitem continuar a desenvolver-se como seres humanos. Para além disso, e encarando a animação sociocultural como estratégia para o empoderamento é fulcral que esta seja organizada de forma a que alguns momentos do dia, semana, ou mês sejam reservados para ouvir os/as próprios/as idosos de modo a que eles possam ver a sua voz reconhecida e a sua vida anterior respeitada.

Isto pressupõe uma contínua atualização de conhecimentos ao nível académico e prático, mas também uma boa relação com idosos que por vezes só é possível dedicando-se tempo e atenção aos mesmos, tal com defende Teixeira (2016: 39)

“(...) a consideração por todos estes aspetos somente se torna possível quando, da parte do/a profissional de animação, existe um conhecimento profundo das vidas em questão, permitindo uma intervenção adequada, o desenvolvimento de um trabalho mais consciente quanto às modalidades de animação a operacionalizar, sustidas em metodologias de intervenção participativas, com sentido e significado para a pessoa idosa.”

Ainda sobre o papel do animador, Fonte (2018: 245 in Magalhães, Pereira & Lopes (Cords.)), acredita que o animador ao ser também um sujeito que envelhece, tem o dever de “manter-se informado e permanentemente informado das reais necessidades dos indivíduos para quem e com quem promove as atividades

Capítulo II- Caraterização da Instituição

Capítulo III- Caraterização da Instituição

2.1 A História e o Regulamento da Instituição

Dada a minha inserção enquanto estagiária na equipa do Centro Social Arcanjo Gabriel, estrutura social que inclui, no seu âmbito de ação, a institucionalização de pessoas idosas, é necessária uma apresentação e caraterização da Instituição que me acolheu em todos os aspetos possíveis.

O Centro Social Arcanjo Gabriel, é uma Estrutura Residencial para Idosos (ERPI), ao serviço da Associação de Trabalhadores e Reformados da Portugal Telecom (ATRPT), uma Instituição de Solidariedade Social, sem fins lucrativos. A data da sua inauguração remonta a 19 de outubro de 1985, na Freguesia de Valadares em Vila Nova de Gaia.

Logo, para caraterizar o centro é importante recuar ainda mais ao passado e, portanto, à história da associação que a abriga. Esta é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) sendo que este tipo de organizações caraterizam-se por ser “(...) instituições constituídas por iniciativa de particulares, sem finalidade lucrativa, com o propósito de dar expressão organizada ao dever moral de solidariedade e de justiça entre os indivíduos, que não sejam administradas pelo Estado ou por um corpo autárquico”. A Associação foi fundada em 1975, com base na preocupação com os reformados da Empresa antes de 1968, que não usufruíam do complemento de reforma. O objetivo era criar uma entidade capaz de defender os direitos destes trabalhadores e, atualmente, associados. A sede está localizada na Rua do Almada na cidade do Porto.

O lar surge através da doação de Catarina Pope, esposa do antigo Diretor da Área de Telecomunicações dos TLP do Porto, Godfrey William Baden Pope, que tinha o sonho de fornecer à Associação o seu terreno, onde foi posteriormente instalada a residência.

De acordo com o Instituto da Segurança Social uma ERPI, carateriza-se como um “[e]quipamento social que visa o alojamento coletivo, temporário ou permanente, para pessoas idosas” (Instituto da Segurança Social, 2017: 7) . Relativamente aos seus objetivos, as ERPI devem “[p]roporcionar serviços permanentes e adequados à problemática biopsicossocial das pessoas idosas; [c]ontribuir para a estimulação de um processo de envelhecimento ativo; [c]riar condições que permitam preservar e incentivar a relação intrafamiliar; [p]otenciar a integração social” (id ibidem).

Quanto à sua ação, o lar visa assegurar a prestação de vários serviços aos seus residentes sendo estes:

“alojamento em quarto individual ou duplo; alimentação; cuidados pessoais de higiene e conforto; tratamento de roupas; assistência na doença e apoio nas atividades da vida diária; assistência médica (medicina interna); serviços de enfermagem de caráter geral;

acompanhamento a unidades hospitalares em situação de emergência; atividades de manutenção física e assistência social e cultural" (in Regulamento Interno de funcionamento da Instituição)

Para um bom funcionamento da instituição, são declarados no seu regulamento interno um conjunto de direitos e deveres quer do lar quer dos utentes. Assumem-se, assim, como deveres da Instituição:

“a prestação de todos os cuidados adequados à satisfação das necessidades das pessoas idosas tendo em vista a manutenção da sua autonomia e Independência, proporcionar uma qualidade de vida que compatibilize a vivência em comum com o respeito pela individualidade e a privacidade de cada pessoa, manter nas instalações um ambiente calmo, confortável e humanizado e oferecer os serviços necessários ao bem-estar dos utentes, nomeadamente nas áreas da higiene, segurança, alimentação e cuidados de saúde dentro das possibilidades económicas da associação.” (in Regulamento da Instituição)

Ao falar do conjunto diverso de serviços e atividades proporcionados aos/às residentes, há que referir o plano de atividades, onde consta a definição de todas as atividades a desenvolver ao longo da semana. Este é afixado no salão principal do centro para que todos/as possam ter acesso.

No que concerne à sua equipa técnica o CSAG conta com um conjunto alargado de profissionais: a diretora técnica formada em Serviço Social; a educadora social mestre em educação; a psicóloga que está na instituição uma vez por semana, uma animadora sociocultural, que tende a assumir na maioria dos casos a função de ajudante: “A animadora sociocultural passou o dia todo connosco (eu e a educadora social) deixando as funções de auxiliar para segundo plano (levar pessoas à casa de banho, distribuir o lanche, dar de comer, etc,...)” (N.T. 28); um médico, que está também um vez por semana na instituição e 10 enfermeiros/as que se distribuem pelos turnos (manhã, tarde e noite) conforme a sua disponibilidade, já que para alguns/algumas, o lar não é o único local de trabalho; um professor de ginástica, que realiza sessões três vezes por semana; uma administrativa, uma responsável por serviços, uma roupeira, vinte ajudantes de ação direta, sete trabalhadores/as auxiliares , três cozinheiras e duas ajudantes de cozinha. Para além disso, a instituição conta com uma cabeleireira todas as terças feiras e ainda um motorista que assegura os passeios ao exterior.

O CSAG, funciona 24 horas, todos os dias da semana, incluindo feriados.

Acerca do processo de admissão dos/as utentes, este organiza-se de acordo com determinados critérios, ou seja, para alguém se tornar residente no lar necessita de ser sócio/a da instituição e/ou cônjuge de um/a sócio/a ou então ser beneficiário/a da Associação de Cuidados de Saúde da Portugal Telecom. Ademais, importa os/as candidatos/as terem

uma idade superior a 60 anos e motivos especiais de saúde, sociais ou outros que sugiram a sua admissão. Caso se verifique situação de carência do/a candidato/a, a Direção poderá prescindir de uma ou mais destas condições. De acordo com o regulamento, se for possível, a instituição poderá receber ascendentes de associados e membros da população onde a mesma está localizada. (in Regulamento da Instituição)

Sobre o processo de candidatura é necessário referir que em princípio as candidaturas serão aceites por ordem de inscrição, porém em determinadas condições será dada prioridade a quem reúna as seguintes condições: precário estado de saúde; perda de independência ou de autonomia; ausência ou perda de familiares que lhe prestavam apoio (in Regulamento da Instituição).

À sua entrada os utentes gozam, desde logo, de um conjunto de direitos sendo estes:

“A utilização dos serviços e equipamentos do lar nos termos acordados; a igualdade de tratamento independentemente da raça, religião, nacionalidade idade, sexo ou condição social; a serem correta e humanamente tratados, quer pelo pessoal quer pelos outros utentes, quer ainda por qualquer órgão administrativo; a participar sempre que possível nas atividades socioculturais que sejam promovidas. (in Regulamento da Instituição)”

Por sua vez, os/as residentes têm de garantir o cumprimento dos seguintes deveres:

“(...) prestar todas as informações com verdade e lealdade à instituição; pagar pontualmente o valor da comparticipação a que está obrigado; respeitar os outros utentes, as funcionárias e os dirigentes da instituição; aceitar as regras da disciplina geral e de higiene; não perturbar nem contribuir para a perturbação da disciplina e tranquilidade do lar e dos seus utentes. (in Regulamento da Instituição).

2.2 Descrição dos espaços, modos de funcionamento e organização

O estágio teve ainda em consideração os espaços físicos do CSAG, as suas formas de ocupação, organização e funcionamento que servem agora para complementar a caracterização da instituição.

Ao movimentar-me pelo centro fui capaz de melhor entender as dimensões do lar, ou seja se numa primeira fase eu passava maior parte do meu tempo nos salões, rapidamente fui conhecendo outros espaços, e tomando consciência de como o edifício era gigantesco, “[p]ercebi que o centro é muito maior do que julgava (...)” (N.T 3) .

Assim sendo, o centro, que tem vindo aumentar as suas instalações desde há alguns anos, encontra-se num espaço com uma área total de 10.000 m² composto por três pisos: no piso 0 estão localizados a secretaria, o gabinete da diretora, sala de reuniões, o museu da associação, os salões (de apoio - onde estão os/as utentes mais dependentes e o principal),

a enfermaria, a cozinha, a lavandaria, alguns quartos e ainda o cabeleireiro; já o primeiro piso, agrupa a maior parte dos quartos e conta também com o ginásio, a biblioteca e a sala de funcionários/as. As casas de banho comuns (masculinas e femininas) estão distribuídas pelo piso 0, existindo duas casas de banho para as pessoas com mais problemas a nível de acessibilidade, e a instituição tem ainda um sótão, onde estão armazenados alguns materiais. Já no piso 2 encontramos um terraço.

O centro tem ainda um edifício com ligação ao piso 0, no qual estão localizados o salão de jogos com uma mesa de bilhar e matraquilhos e a piscina que inclui os balneários e a casa das máquinas. Atualmente nenhum destes serviços é utilizado sendo que, no caso do salão de jogos, a sua inutilização está relacionada com as limitações derivadas à pandemia COVID-19.

Para além disso, a instituição suporta ainda uma pequena capela que é, por vezes, utilizada pelos/as utentes que assim desejarem, porém não é gerida por nenhum sacerdote.

Importa destacar o salão principal, uma vez que foi aqui que passei a maior parte dos meus dias. Neste existem dois espaços, sendo que os/as utentes podem circular livremente pelos mesmos. No primeiro espaço, a que podemos chamar sala de refeições, são desde logo visíveis mesas circulares que agrupam entre 3 a 4 pessoas e outras quadrangulares que dão lugar a duas pessoas. Cada utente tem um lugar designado, “[d]epressa prepararam os/as idosos/as para o almoço e vi que tinham lugares marcados [...]” (N.T 2)”, o qual tende a ser respeitado nas refeições à exceção, por vezes, do pequeno almoço, uma vez que os/as idosos vêm para o salão em horários diferentes. Junto da cozinha, podemos encontrar os mapas semanais da ementa que, segundo o regulamento da instituição, “são afixados até às 12:00 do sábado anterior à semana a que digam respeito”. Já na sala de estar, encontram-se vários tipos de cadeirões, sendo que um conjunto deles está próximo de uma das televisões. Ao longo da minha experiência fui percebendo que a posição dos mesmos não é fixa, distribuindo-se os cadeirões e/ou mesas consoante as atividades a ser desenvolvidas, e até quando se pretende transformar, simplesmente, o espaço.

“O dia começou com uma remodelação do salão principal. A BA, auxiliar que por vezes atua como animadora sociocultural, decidiu pedir autorização à Diretora para o fazer, a qual aceitou a sua proposta. As mesas para as refeições não sofreram alterações, mas a “zona das atividades”, os cadeirões ao redor da televisão, entre outros, foram colocados em locais diferentes. No caso das mesas, geralmente usadas para as atividades, passaram para junto das janelas e os cadeirões parecem agora mais distribuídos.” (N.T. 19)

Nesta sala, são realizadas a maior parte das atividades de animação sociocultural sendo que alguns dos armários distribuídos pelo salão incluem materiais que são utilizados

para estas atividades. A ginástica realiza-se também neste espaço e alguns dos instrumentos utilizados pelo professor podem ser também aí encontrados.

No salão principal realça ainda um quadro em cortiça onde são afixadas todo o tipo de informações, desde o plano de atividades, algum cartaz para uma atividade específica, o calendário (mensal) com os aniversários dos/das utentes, entre outros,... Muitas vezes pude observar os/as residentes a olharem para este quadro de forma a perceberem o que estava programado para cada dia.

Para além disso, são de evidenciar os espaços exteriores, aproveitados pelos/as utentes para realizarem algumas caminhadas e auxiliares que devem prestar apoio nesse sentido.

Seguindo para os horários e descrição das refeições, o Regulamento Interno da Instituição revela que:

“o pequeno almoço realiza-se entre as 8:00 e as 10:00 horas constituído por leite, café ou chá, pão com manteiga, doce, queijo, bolos ou bolachas; o almoço das 12:30 às 13:30 horas composto por sopa, um prato, doce ou fruta; o lanche das 16:00 às 17:00 de composição idêntica à da primeira refeição do dia; o jantar das 19:00 às 20:00 composto por sopa; um prato ligeiro; doce ou fruta; a ceia das 21:00 às 22:30, para quem desejar, sendo constituída por leite ou chá e bolachas” (in Regulamento da Instituição).

Com a minha presença no contexto sei que entre o pequeno almoço e o almoço é servido um lanche, sendo este facultativo, e ao longo do dia as auxiliares aproveitam para incentivar os/as utentes a beber água.

O regulamento acrescenta ainda, e tal como eu fui capaz de observar, que caso seja aconselhável ao seu estado de saúde, qualquer um dos utentes pode optar pela refeição da dieta avisando a cozinha com a possível antecedência. Para além disso, dietas especiais também são consideradas, dependendo da recomendação do médico.

Tendo em consideração a pandemia COVID-19 as visitas dos familiares encontram-se limitadas a um horário e regras específicas. Segundo o que consta no seu Regulamento “as visitas a utentes dependentes são permitidas entre as 14:00 e as 18:00 horas, devendo os visitantes fazerem-se anunciar à diretora ou a quem a represente no momento, e o horário de visitas a doentes com autonomia é fixado entre as 10:00 as 12:00 e entre as 14:00 e as 18:00 horas”. Durante o tempo de estágio as visitas eram realizadas em duas salas sendo necessária a utilização de máscara, “já as visitas aos quartos deviam ser feitas com a companhia da diretora ou quem a representasse”. Para além das visitas, os/as utentes podiam sair com os familiares sendo necessário um aviso/marcação prévia e, assim como as primeiras, estas são afixadas num corredor junto do gabinete da diretora e ainda no salão principal, sendo a rececionista quem se encontra encarregue desse processo.

No que diz respeito ao plano de atividades, este foi-me desde logo apresentado, sendo pertinente partilhá-lo em forma de tabela, para melhor compreender um exemplo de rotina de uma instituição para a terceira idade:

Tabela 2 - Plano de Atividades do Lar¹

Horas	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
9:30	Planeamento Diário				
10:00	Animação Cognitiva	Avaliação de Atividades Ginástica	Trabalhos Manuais	Animação Cognitiva	Trabalhos Manuais
11:00	Passeio ao Exterior			Passeio ao Exterior	
Almoço					
14:00	Planeamento Diário				
14:30	Ginástica Animação Cognitiva	Avaliação de Atividade Reunião da Equipa Técnica	Tarde Musical (salão de apoio)	Ginástica Animação Cognitiva	Tarde Musical (salão principal) Ida à Sede na Associação
Lanche					
17:00	Atividades Individualizadas				

Tal como podemos observar na tabela, duas partes do dia estão reservadas ao planeamento diário, e a partir da minha inserção nas dinâmicas profissionais constatei que estes momentos são de facto aproveitados pela Educadora Social para preparar o material

¹ Baseado naquele afixado na instituição

(fichas, mandalas, músicas,...) que será utilizado na atividade que segue ou até para outras iniciativas programadas para o futuro.

Relativamente à “Animação Cognitiva” os momentos reservados a esta questão consistiam na maioria das situações à resolução de «Fichas Cognitivas», isto é, sopas de letras, sudokus e outras fichas com diferentes atividades para treinar a memória, a escrita, entre outros...

Já em relação aos “Trabalhos Manuais”, é possível afirmar que durante o tempo de estágio estes estiveram voltados a situações específicas que a instituição optou por celebrar. Estes contam muitas vezes com o auxílio da animadora sociocultural.

As “Tardes Musicais” eram dinamizadas pela Educadora Social que, utilizando uma coluna, colocava músicas variadas, incentivando a participação dos/das utentes e, por vezes, outras funcionárias. Os/as utentes que assim desejavam participaram nestas sessões cantando e/ou dançando, sendo que aqueles/as mais batiam palmas, interagindo sempre que possível com a educadora social, por exemplo.

A Ginástica é dinamizada por um professor que, como referido anteriormente, se dirige à instituição, e que mobiliza alguns objetos do lar como arcos, lenços, bastões (entre outros) para promover o exercício físico. Nas suas sessões recorre também à música terminando com exercícios de relaxamento.

“Assim o fiz e ajudei a distribuir/recolher os materiais como arcos, por exemplo, e estive a observar o tipo de exercícios que eram solicitados, eram movimentos simples, os/as idosos/as deviam mexer os braços e as pernas para cima e para baixo, rodar o pescoço com auxílio de diferentes utensílios e ao som de música tradicionalmente conhecida como música “pimba”.” (N.T 2)

Os passeios ao exterior são assegurados por um motorista que se dirige à instituição nos dias estabelecidos e transporta em média 7 utentes para diferentes locais. Os/as utentes não saem da carrinha (dadas as limitações relacionadas com a pandemia) com a exceção daqueles/as que às sextas optavam por ir à sede da Associação.

Ao longo da minha presença no contexto fui percebendo que as participações e idas ao exterior eram contabilizadas e se as primeiras eram uma das funções da educadora social para o preenchimento dos registos da animação, as segundas podem ser registadas pelas auxiliares. Esta tarefa é um aspeto importante para a avaliação de qualidade exigida pela Segurança Social.

Até ao final do ano 2022 este foi o plano afixado, sendo gerido de acordo com as épocas especiais até que, com a passagem de ano, algumas atividades se alteraram, sendo exemplo os jogos tradicionais à sexta de manhã: “Antes de iniciarmos as atividades da manhã que passaram a ser jogos tradicionais (...)” (N.T 45)

2.3 Caracterização dos/das utentes

A caracterização dos/as idosos/as teve por referência uma pesquisa no site do instituição, a participação nas atividades diárias e as conversas que daí foram surgindo, tendo ainda acesso à lista de utentes que me permitiu ter uma visão mais abrangente do grupo.

No momento da minha entrada, o número de utentes a residir na instituição era de 76, dos quais 22 pertenciam ao sexo masculino e 54 ao sexo feminino, com idades variando entre 69 e 105 anos. No decorrer do estágio, alguns acontecimentos, como o falecimento de alguns utentes e a entrada de outros, vieram alterar estes números, e à minha saída contavam-se 74 utentes institucionalizados/as no centro, sendo 15 do sexo masculino e 59 do sexo feminino.

A partir de conversas com os/as residentes, alguns dos critérios de admissão foram sendo confirmados, ou seja alguns/algumas deles/delas admitem ter trabalhado na Portugal Telecom e outros/as são cônjuges ou familiares de associados.

“Ao longo desta conversa, ia referindo o nome de algumas pessoas que também estão também no lar e percebi que tanto o senhor G como o senhor AU trabalharam para os telefones.” (N.T 9)”

“Hoje a Diretora disse-me que o filho da senhora KK é que está ligado à associação. Ao falar a D. KK disse-me que o filho era mecânico dos telefones e mais ajudou na criação das cabines.” (N.T 9)

Para além das questões abordadas até aqui, também é importante considerar os níveis de dependência dos/das utentes, uma vez que se uma maioria das pessoas se encontra a necessitar de alguma forma de apoio no seu quotidiano, um pequeno número de residentes apresenta uma maior autonomia, usufruindo do centro para satisfazer as suas necessidades básicas, alimentando-se, dormindo e saindo sempre que deseja. Assim sendo, são evidentes níveis de autonomia bastante distintos, o que mostra novamente a heterogeneidade do grupo. No que diz respeito a esta temática e a partir da análise do documento fornecido pela instituição, compreende-se que são atribuídos níveis de dependência a todos/as os/as utentes numa escala de I a V, sendo que I e II dizem respeito a utentes autónomos, III a utentes semi dependentes e IV e V a dependentes.

Estas diferenças têm impactos ao nível da participação nas atividades que a instituição propõe.

Capítulo III – Percurso Metodológico

Capítulo III - Percurso Metodológico

Neste capítulo, procura-se refletir sobre a entrada na instituição e o processo de integração na mesma, o que inclui a relação que se foi estabelecendo com diferentes atores no terreno e as opções metodológicas que tornaram isso possível. Segue-se a apresentação do processo de construção e desenvolvimento do projeto de intervenção, o qual pressupõe também escolhas ao nível dos métodos. Não obstante, revelou-se imprescindível uma reflexão em torno de questões éticas, inerentes ao trabalho de investigação/intervenção.

3.1 Acolhimento na Instituição: a importância das conversas informais e da inserção nas dinâmicas profissionais

A oportunidade de realizar o estágio curricular no CSAG surgiu ainda no primeiro ano do Mestrado, tendo sido acordada uma visita à instituição, a partir da qual foi possível conversar com a diretora técnica da instituição e a psicóloga. Nesta reunião, foram discutidas as diferentes possibilidades da minha intervenção, sobretudo ao nível da animação sociocultural, uma vez que esta estava ao cargo de uma auxiliar sem formação académica e poderia dar um apoio nesse sentido. Neste processo, não posso deixar de referir a particular disponibilidade do Centro para me receber e desde logo apresentar alguns espaços da instituição, aumentando a minha vontade em poder vir a desenvolver o estágio naquele contexto.

No início do 2º ano do Mestrado realizou-se a reunião entre a minha orientadora da FPCEUP, a minha supervisora local, que seria a Diretora da Instituição, e ainda a educadora social, a qual veio oficializar a minha entrada na instituição enquanto estagiária de Ciências da Educação. Nesta, foram esclarecidos, fundamentalmente, os objetivos do estágio curricular, bem como os papéis a desempenhar por mim, enquanto estagiária:

“Em conjunto, foi acordado o meu horário (das 9:30 às 17:30 todos os dias exceto a quarta feira por ter aulas e o fim de semana) e ainda aquilo que irei fazer nos próximos meses, ou seja apoiar na elaboração e concretização do plano de atividades, devendo no final propor eu uma atividade e colocá-la em prática. Fiquei entusiasmada por duas razões: pelo horário, que me vai permitir passar muito tempo na instituição e conhecer desde logo as lógicas de funcionamento da instituição ao acompanhar a educadora social todo o dia; e por ter agora uma ideia do que vou fazer. (N.T1)”.

Ou seja, nesta reunião compreendi que a instituição tinha agora uma educadora social que eu estaria a acompanhar, alterando os pressupostos da primeira visita.

Recordando assim os primeiros dias, destaco, mais uma vez, o modo como fui recebida e os gestos que tornaram o meu estágio memorável, uma parte da minha formação

que mudou a forma como olho para a terceira idade e que, certamente, terá impacto no meu futuro. O nervosismo e o medo de entrar pela primeira vez num contexto profissional eram reais, pois não sabia qual seria a reação dos/as idosos/as nem a da equipa, porém com a atribuição de uma bata e de um cacifo senti que de alguma forma não era apenas a "estagiária", mas alguém que estava a ganhar um lugar naquela instituição, o que contribuiu assim para a construção de um sentimento de pertença. Este pequeno gesto deu-me segurança e vontade de seguir com o dia.

“Mal cheguei fui recebida com carinho tanto pela auxiliar que se encontrava na receção como pela educadora social que estarei a acompanhar diretamente. Foi-me atribuída uma bata, uma placa para colocar o meu nome e ainda um cacifo ao lado de todos os outros, o que, de algum modo, me fez sentir “parte” da equipa.” (N.T 2)

Logo após este acontecimento, a educadora social deu início às suas atividades e eu seguia atrás dela, entrando eventualmente no salão onde se encontravam os/as idosos/as, detetando uma variedade de reações, desde alguma confusão a sorrisos sempre que a profissional me apresentava. O acompanhamento da educadora social e a participação nas atividades programadas foram assim o ponto de partida para, logo nas primeiras semanas, começar a conhecer os/as idosos/as e desenvolver, por fim, uma relação de proximidade com alguns/algumas delas.

“Tentei incentivar o trabalho em equipa quando percebi que uma das utentes estava a sugerir palavras ao senhor com quem eu estava a trabalhar e fiquei extremamente feliz quando essa mesma utente e a sua amiga já pediam diretamente a minha ajuda. Em dois dias algo tinha mudado por isso acredito que devo continuar a investir na criação de relações de confiança que me permitem mais tarde melhorar a minha intervenção.” (N.T 3).

“Quando cheguei ao salão fiz questão de me dirigir à aniversariante para lhe dar os parabéns, pois é uma utente com quem já estou a estabelecer uma relação mais próxima, pedindo mais vezes a minha ajuda para algumas atividades e rindo-se quando digo algo para iniciar uma conversa. Fala muito comigo partilhando alguns acontecimentos do seu passado. Deu-me um beijinho e acho que nunca me senti tão bem!” (N.T 6).

No entanto, este caminho é marcado por altos e baixos, uma vez que nem todos os utentes participavam nas atividades e foi aqui que as dúvidas começaram a instalar-se. Por um lado, não sabia como abordá-los/as sem invadir o seu espaço e criar desconforto. Por outro, a minha timidez fez com que, em muitas situações, eu não tomasse a iniciativa de conversar com alguns/algumas, o que se acentuava sempre que levava uma resposta

negativa. Com o tempo fui aceitando isso mesmo, ou seja, que algumas pessoas não queriam conversar, não apenas comigo, mas também com a educadora social e outras auxiliares, mas o recurso ao humor foi algo ajudou a diminuir este sentimento de estranheza, e os sorrisos eram suficientes para eu saber que a minha presença não era um distúrbio para as pessoas.

Desta forma, ao olhar para todo o meu percurso, e não tendo acesso aos processos dos utentes, acredito que a criação de relações se tornou mais fácil devido às conversas informais que se foram mantendo ao longo do dia a dia na instituição. A mobilização desta técnica revelou-se importante quando se pretendia uma aproximação controlada ao contexto e às pessoas sendo possível, através da mesma, recolher informação variada sobre a instituição e questões envolventes, como rotinas e funções de vários elementos da equipa, por exemplo. Estas “escapam aos níveis de autoridade e procuram, ao mesmo tempo, satisfazer as necessidades sociais dos membros do grupo” (Robbins, in Teixeira, 2016: 54).

Por outro lado, a insegurança manteve-se durante algum tempo, desta vez relacionada com aquele que poderia ser o meu caminho na instituição enquanto estagiária do Mestrado em Ciências da Educação.

“Contudo, ainda estou “perdida” relativamente ao que quero e poderei fazer. Neste momento, vejo muitas atividades a serem postas em prática e parece que todas as minhas ideias se esgotaram ou poderão não fazer sentido. Tenho dificuldades em “ocupar o meu lugar”...” (N.T 10).

Ou seja, à medida que o tempo passava, a sensação de que eu poderia fazer algo “diferente” ia se afastando, até que decidi adotar uma outra postura e focar-me nas minhas observações e procurar, não o que eu podia fazer de diferente, mas que princípios eu gostaria de ter em consideração ao delinear um projeto de intervenção.

Assim sendo, para além de influenciarem o processo de adaptação à instituição, as conversas informais foram essenciais para eu perceber alguns aspetos sobre as atividades realizadas e a opinião dos/das utentes sobre as mesmas, sendo, por essa razão, capazes de “revelar determinados aspetos do fenómeno estudado em que o investigador não teria espontaneamente pensado por si mesmo e, assim, contemplar as pistas de trabalho surgidas pelas leituras” (Quivy & Campenhoudt, 2008: 69).

Ao inserir-me no contexto e ao adotar uma “posição de escuta”, foi possível compreender os fenómenos a partir do que os diferentes atores (idosos/as e equipa institucional) pensavam a seu respeito tendo em conta as sua própria experiência e, delinear, posteriormente, os princípios da minha intervenção. Assim, tal como Berger (2009: 189 - 190) explica, a partir deste posicionamento o/a investigador/a “envolve-[se] na temporalidade dos fenómenos, ou seja, envolvemo-nos na ordem do aparecimento e desenvolvimento dos fenómenos a que nos tornámos sensíveis”, sendo que essa ordem “não é produzida por

aquele que escuta, que ele não domina, de uma ordem irreversível que o faz assistir ao desenvolvimento progressivo de um conjunto de acontecimentos”. Quando escutamos, fazêmo-lo porque “o outro fala e é responsável pelo aparecimento, pela emergência de um gesto, de um sentido, de uma significação, de uma palavra”, logo ao intervirmos com os sujeitos, e pretendendo fazer algo para e com eles revela-se necessário partir do seu ponto de vista.

3.2 Opções Metodológicas: da recolha de dados ao desenvolvimento do projeto de intervenção

O contacto com um contexto heterogéneo, complexo e diverso, contribuiu para a decisão de adotar “estratégias múltiplas de pesquisa de terreno” (Burgess, 1997:158). Estas são o resultado da seleção de um conjunto de técnicas de recolha de dados, coesas com o contexto em estudo, e de que ressaltam a observação participante/participação observante, as notas de terreno, as conversas informais e a análise de conteúdo.

A participação observante marca este estágio curricular, na medida em que estive simultaneamente a intervir diretamente no e com o contexto, refletindo sempre sobre os efeitos da minha ação. Segundo Peruzzo (2017: 172), a participação observante é uma técnica que “pressupõe um nível mais elevado de participação ou envolvimento do investigador no grupo pesquisado”. No estágio, o recurso a esta técnica para além de fazer todo o sentido, acabou por ser mobilizada até de forma inconsciente dada a minha participação nas atividades da instituição. Ao recordar a minha experiência, acredito que esta postura prevaleceu em momentos onde me foi atribuída uma maior responsabilidade, ao ter ficado encarregue de algumas atividades quando a educadora social e/ou animadora social não se encontravam presentes ou até em situações, nas quais me foi dada liberdade para propor e dinamizar atividades para os/as utentes. Nestes casos, tornou-se evidente que, enquanto estagiária, atuei “como parte do grupo investigado”, observando-o ao mesmo tempo.

No entanto, não posso de todo ignorar os momentos em que tive um papel mais secundário, sobretudo, numa fase inicial, quando ainda não estava ambientada, assumindo uma postura mais próxima à observação-participante. Esta é definida por Amado (2014: 153) tendo “como princípio a necessidade de o pesquisador manter sempre algum grau de interação com a situação estudada, afetando-a e sendo por ela afetado”, podendo assim assumir que, dependendo da situação, a minha postura sofria alterações.

De forma a registar todas as experiências descritas anteriormente, optou-se pela escrita de notas de terreno, que pretendem dar conhecimento “de como as situações sociais são vistas pelos seus atores e quais os significados que vários fatores têm para os participantes” (Amado, 2015: 177). Estas eram escritas diariamente sendo enviadas em

documentos semanais à minha orientadora e, por fim, anexadas num só. Nem sempre fui capaz de manter este hábito dada a intensidade de algumas semanas de estágio o que, de algum modo, poderá ter comprometido a autenticidade das mesmas, no entanto tentava escrever pequenos tópicos que permitissem recordar certos acontecimentos.

O recurso a esta técnica potenciou momentos de descrição, interpretação e reflexão acerca das experiências e situações observadas e a análise das mesmas constituiu-se também como uma etapa fundamental à construção do projeto de intervenção e à realização deste relatório, contribuindo com aspetos importantes para cada capítulo e, consequentemente, à construção de conhecimento sobre a realidade vivida, o que vem de acordo com a tese de Bardin (1977) sobre análise de conteúdo, sendo esta um “[c]onjunto de técnicas de análise de comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis) destas mensagens”.

Nesse sentido, importa especificar este processo, visto que também ele pressupõe opções metodológicas. Em primeiro lugar, procedeu-se a uma leitura flutuante de todas as notas de terreno o que me permitiu, desde logo, ponderar possíveis categorias de análise, sublinhando com diferentes cores o documento integral. Dada a generalidade da maioria das categorias, considerou-se que seria importante criar subcategorias de forma a melhor agrupar as unidades de sentido.

A tabela seguinte ilustra o resultado final:

Tabela 2 - Análise de Conteúdo das Notas de Terreno

Categorias	Subcategorias	Indicadores
Caracterização da Instituição	Modos de funcionamento e Regras existentes	As unidades de sentido aqui presentes descrevem o quotidiano institucional, destacando regras e modos de atuação estipulados
	Espaço	As unidades de sentido descrevem os espaços da instituição

	Equipa	As unidades de sentido inerentes a esta categoria apresentam-se como menções da estagiária sobre a equipa técnica
Utentes	Caracterização dos/das Utentes	As unidades de sentido aqui presentes caracterizam alguns/algumas utentes do lar.
	Relação entre utentes	As unidades de sentido desta subcategoria, descrevem as relações estabelecidas entre os/as utentes do centro
Intervenção Socioeducativa	Ações Desenvolvidas	As unidades de sentido que descrevem o tipo de atividades desenvolvidas no centro
	Opinião dos/das Utentes	As unidades de sentido aqui presentes são registos que dão a conhecer a opinião dos/das utentes sobre as atividades propostas
	Contacto com a família	As unidades de sentido desta subcategoria descrevem ações e testemunhos que revelam formas de contacto/interação com a família, incluindo o contributo da estagiária nesse sentido.
	Reflexões da estagiária sobre	As unidades de sentido desta categoria apresentam-se como reflexões da estagiária sobre as ações desenvolvidas no lar ao nível intervenção socioeducativa.

	as atividades propostas	
Questões Éticas e Deontológicas sobre a Intervenção no envelhecimento	Reflexões sobre modos os modos de trabalhar com a terceira idade	As unidades de sentido desta categoria apresentam-se como reflexões da estagiária sobre trabalho com a terceira idade observado e questões éticas e deontológicas a ele associadas.
Acolhimento na Instituição	Integração pelos/as profissionais	As unidades de sentido aqui presentes são reflexões da estagiária sobre o processo de integração na instituição, incidindo na relação com os/as diferentes profissionais do centro e associação.
	Integração pelos/idosos	As unidades de sentido desta subcategoria são reflexões da estagiária sobre o processo de integração na instituição, incidindo na relação com os/as idosos e como esta foi evoluindo.

Para a elaboração desta tabela foram tidas em consideração as seguintes características: exaustividade, certificando-me em inúmeros momentos se as categorias eram suficientes para submeter à análise todo o texto; homogeneidade, ao tentar distribuir as unidades de sentido de acordo com um único princípio ou critério de classificação; mútua exclusividade, atribuindo-se uma parte de texto a uma e uma só categoria; objetividade, assegurando-me que as características das categorias eram claras.

A elaboração de propostas de intervenção (Apêndice III) também obedeceu a critérios metodológicos, enunciados em documentos apresentados à e discutidos com a Diretora da instituição. Os documentos elaborados, continham a descrição da metodologia de intervenção desejada e os princípios em que a mesma se baseava, os objetivos específicos e operacionais, as ações, uma rede PERT e já algumas sugestões de projeto. Ambas as propostas pressupunham a realização de grupos de discussão de forma a dar prioridade à voz dos utentes partindo do princípio de que discutiriam melhor em grupo. De acordo com Morgan (in Bonfim, 2009: 780), grupos focais constituem-se “como uma técnica de pesquisa qualitativa” que reúne informações através de interações em grupo.

Para Barbour e Kitzinger (in Bonfim, 2009:783), os participantes devem ser “selecionados dentro de um grupo de indivíduos que convivam com o assunto a ser discutido e que tenham profundo conhecimento dos fatores que afetam os dados mais pertinentes”. Bonfim (2009: 784) acrescenta que para a realização de grupos focais os/as participantes não precisam de se conhecer ou ter algum tipo de relação, sendo que “[o] contrário é, inclusive, mais recomendável”, no entanto no contexto em questão isto seria praticamente impossível já que as pessoas se encontram a residir no mesmo local. Optou-se mesmo assim por organizar grupos diferentes, sendo que alguns reuniam pessoas que, geralmente, convivem entre si e outros com residentes que pouco interagem. Para além disso, procurou-se ir de encontro a esta ideia trazendo para a discussão pessoas autónomas e que passam os seus dias no lar, variando apenas nas atividades que estas participam.

E, porque numa das propostas procurava-se abordar uma temática delicada nos grupos, isto é a relação com a família, estipulou-se a realização de uma entrevista semidiretiva com a diretora da instituição, sendo necessária a elaboração de um guião (Apêndice I) constituído por tópicos centrais e outros específicos, no sentido de orientar este momento, o que vem de encontro à tese de Amado (2014: 214):

“A entrevista deve ser estruturada em termos de blocos temáticos e de objetivos, constituindo esse “instrumento” o que passamos a designar por guião de entrevista. Este guião resulta de uma preparação profunda para a entrevista, além de ser um instrumento que, na hora, da realização da entrevista, ajuda a gerir questões e relações.”

A mobilização desta ferramenta visou facilitar a verificação de aspetos que pudessem não ser referidos pela entrevistada ou o afastamento dos temas por parte da mesma. Para além disto possibilitou ainda que a diretora da instituição falasse livremente, abordando alguns dos tópicos sem que fosse necessário levantar questões, instaurando-se “assim, em princípio, uma verdadeira troca, durante a qual o interlocutor do investigador exprime as suas perceções de um acontecimento ou de uma situação, as suas interpretações ou as suas experiências” (Quivy, 2008: 91-92). Neste, é essencial a formulação de questões abertas e que o/a interlocutor/a não seja interrompido/a de forma a não condicionar as suas respostas.

Quanto à descrição dos tópicos, estes seguiram uma ordem que me permitisse não só conhecer melhor a minha supervisora local e as características do seu trabalho, mas também obter o seu ponto de vista sobre os utentes, isto é, o modo como os/as caracterizava, a relação do lar com a família, os impactos da pandemia e a relevância das publicações na página do Facebook da instituição. Adquirir informação neste sentido, era importante na medida em que se pretendia propor outras formas de participação/inclusão da família.

Já em relação aos grupos de discussão/ conversas optou-se por um guião (Apêndice II) mais simples atribuindo-se a designação de guião de orientação de forma a conseguir,

como moderadora, guiar a conversa. Os tópicos elaborados foram de encontro aos anteriormente mencionados, procurando-se saber ainda mais sobre os próprios/as residentes e o que podiam partilhar sobre os tempos-livres (em várias etapas da sua vida), a opinião dos/das mesmos/as sobre as atividades desenvolvidas no lar, a reação das famílias às publicações do Facebook, já que é uma das formas das mesmas interagirem, fazendo-se sempre que possível um levantamento de ideias para o projeto de intervenção.

3.2 Preocupações éticas relativamente ao contexto e ao modo de intervir com a terceira idade

No que diz respeito à dimensão ética, esta foi uma preocupação constante durante todo o percurso de estágio, prevalecendo o respeito pelo público-alvo e as suas especificidades.

Para a realização das entrevistas e grupos de discussão focalizada foram elaborados Consentimentos Informados (Apêndices IV e V), procedendo-se à leitura dos mesmos e ao pedido de autorização por voz sempre que necessário. Esta é uma questão pertinente, uma vez que realça a necessidade de se adaptar determinados instrumentos e técnicas às características dos sujeitos que participam na nossa investigação ou projeto de intervenção.

A Carta de Ética da Ciências da Educação enfatiza a importância da construção do Consentimento Informado, uma vez que “[o]s/[a]s participantes têm direito a ser plenamente informados e esclarecidos sobre todos os aspetos relativos à sua participação na investigação, bem como a alterar os termos da sua autorização, podendo, inclusive, retirar o seu consentimento, em qualquer altura da investigação” (Sociedade Portuguesa das Ciências da Educação, 2020:11).

A transcrição destes momentos também obedeceu a estes critérios, na medida em que foram omitidas quaisquer expressões que de alguma forma, comprometem a identidade dos/das participantes, nomes de familiares, nomes de profissionais, moradas, entre outros. Uma das estratégias pelas quais se optou foi o recurso à codificação dos nomes dos/das utentes, para que a sua identidade não fosse, facilmente, comprometida. Também as notas de terreno obedeceram a este critério.

No que concerne aos restantes momentos, desde a observação participante às conversas informais, questões como confidencialidade e a privacidade foram novamente tidas em consideração, bem como o bem-estar e integridade das pessoas envolvidas nesta experiência. É essencial que todos os momentos sejam “pensados, conduzidos e comunicados de forma a evitar qualquer situação que possa constituir risco ou ameaça ao bem-estar e à integridade”, contribuindo-se para a promoção de “um ambiente de respeito mútuo e de sã convivência entre todos os envolvidos” (Sociedade Portuguesa das Ciências da Educação, 2020:12). Julgo que um dos momentos que ilustra esta questão está

relacionada com o meu posicionamento em relação à entrada nos quartos sem a permissão dos/das utentes, pois num dia que tive a oportunidade de conhecer mais espaços da instituição refleti sobre isso mesmo:

“Não entrei nos quartos porque senti que de alguma forma podia estar a invadir a privacidade dos/das utentes,(...)” (N.T 3)

Outra situação a destacar prende-se com a dignidades dos/das idosos/as procurando-se, em todo o percurso, evitar situações que gerassem desconforto nos/as mesmos/as.

Olhando para a minha experiência, é importante salientar que ir de encontro a este princípio nem sempre foi fácil, pois, algumas características do próprio contexto fizeram com que colocasse em causa algumas formas de agir com a terceira idade, sobretudo em relação às pessoas com demência.

“A auxiliar deu-me uma fralda e meias, afirmando que eu podia vestir a D. AR e eu fiquei sem saber o que fazer... Nunca o tinha feito e achei que estaria de alguma forma a invadir a privacidade da utente, sobretudo na questão da fralda e por não ser algo a que aquela utente está habituada.” (N.T 34).

Ao longo da minha presença no contexto, e mesmo em momentos de descrição e reflexão, procurei não emitir juízos de valor relativamente a determinadas opiniões ou conversas que ouvi e/ou participei, tanto no que diz respeito aos/às residentes como os/as profissionais do centro. A meu ver, esta postura era adequada, uma vez que privilegiava o respeito pelas suas convicções e valores, correndo o risco de quebrar as relações que fui estabelecendo entre todos/as.

Um dos momentos que também teve em consideração alguns princípios éticos foi o final da intervenção, tendo-se a preocupação de reduzir o tempo de permanência no CSAG. Assim, ao invés de quatro dias por semana, optou-se por ir três (terça e quarta de tarde e sexta o dia inteiro), para que os/as idosos/as, e até mesmo alguns elementos da equipa técnica, se fossem habituando à minha saída. É de salientar que, tanto da minha parte como da instituição, sempre foi transmitida a mensagem que a minha estadia no lar seria provisória tratando-se de um estágio ao abrigo de uma faculdade, no entanto não é possível ignorar as relações que se foram estabelecendo e que, por sua vez, justificaram uma constante reflexão sobre o processo de saída.

“A despedida de hoje foi semelhante à do “Natal”. Era perceptível a inquietação de alguns/algumas utentes quando perceberam que não estariam comigo no dia anterior à véspera de Ano Novo e saí com um aperto no coração. Cada vez mais entendo como

estas pessoas num instante se habituaram à minha presença e a saída do contexto está a tornar-se cada vez mais real e difícil.” (N.T 37).

“Hoje voltei à instituição depois de sexta-feira da semana passada e pude sentir a felicidade de certas utentes ao voltarem a ver-me depois de algum tempo, que até para mim já parece mais do que apenas três dias e meio. A D. AR exclamou quando me viu, como se estivesse admirada com a minha presença, e D. QQ, como já é habitual, disse baixinho e de forma carinhosa “Até que enfim!”. (N.T 40).

“Terminamos o dia com as despedidas habituais, desejando um bom fim de semana e os carinhos das utentes que já sentem a minha falta e por vezes esquecem-se que vou menos vezes...” (N.T 45).

Assim, foram desde sempre ponderados os riscos de uma saída abrupta tendo sido feita uma despedida oficial com a apresentação do resultado final do projeto de intervenção aos/às idosos/as e equipa. Esta questão, leva-me a refletir sobre um outro aspeto e que está relacionado com o tipo de relação que se deve estabelecer com as pessoas que são o “objeto” da nossa intervenção.

“Um dia foi para o hospital e agora sei que acabou por falecer... É uma realidade que a mim ainda me causa algum desconforto e receio. Medo de ter que lidar com isso caso venha a trabalhar numa instituição como esta, pois embora nos seja exigida uma certa “neutralidade”, torna-se claro que a empatia e o amor pelo outro tem que existir, o que pode vir a causar sofrimento em situações como esta.” (N.T. 28).

“Esta utente tem vindo a tornar-se especial e é hoje em dia, mais que um “objeto” de estudo, é uma pessoa que ocupa os meus pensamentos e que fica feliz quando me vê e é por isso que este contexto se torna desafiante. “Trabalhamos” com pessoas e diferentes personalidades e apesar de nos ser exigida uma determinada postura profissional, não deixamos de nos identificar mais com algumas do que outras.” (N.T 39).

Refletir sobre estas questões é um ponto fundamental neste relatório, uma vez que intervir e investigar no contexto das ciências sociais e das ciências da educação, pressupõe estar em contacto com as pessoas, tal como apontam Carvalho e Baptista (2008:26):

“Antes de mais, os técnicos de intervenção socioeducativa são «profissionais da condição humana», (...). No outro pólo da relação profissional estão pessoas, seres humanos com histórias, memórias, segredos, sonhos e vontades. Esta constatação impregna de sentido ético a complexa missão de conduzir a dinâmica relacional com sentido de magistério.”

Do mesmo modo, Canário (2003: 1) declara que “o conhecimento social é constitutivo da própria realidade e contribui para a modificar. Este processo de modificação, como toda ação social, pode ser perversa, ou seja, traduzir-se por resultados não esperados e ou não desejados”. Assim sendo, qualquer investigação/intervenção na área das ciências da educação deve preocupar-se não apenas com o impacto do conhecimento que irá produzir, mas também com o processo utilizado para isso mesmo.

Capítulo IV - O dia a dia na instituição: uma reflexão sob a intervenção socioeducativa no centro

Capítulo IV - O dia a dia na instituição: uma reflexão sob a intervenção socioeducativa no centro

O tempo dedicado ao estágio, a abertura do CSAG e a minha total integração no cotidiano da instituição constituíram-se como passos fundamentais para adquirir uma visão mais abrangente sobre uma diversidade de aspetos inerentes à intervenção com a terceira idade.

Neste sentido este relatório é também um exercício de reflexão sobre os modos de funcionamento da instituição e as diferentes formas de atuar com a população sénior, o tipo de ações desenvolvidas ao nível da animação sociocultural, a intervenção no campo da demência e a heterogeneidade do grupo.

4.1 A intervenção socioeducativa no CSAG: das atividades do dia a dia às grandes celebrações

Nas palavras da diretora, a animação sociocultural sempre esteve presente tendo-se realizado inúmeras atividades com os/as idosos/as e até família, no entanto a presença de uma pessoa licenciada em educação é relativamente recente. Com a chegada da educadora social foi delineado um plano de atividades que tive a oportunidade de conhecer no momento de entrada e o qual já foi descrito neste relatório.

O plano de atividades é afixado no salão principal para que todos tenham a oportunidade de consultá-lo. Ao longo da minha presença no contexto fui observando e até ajudando na sua concretização/preparação, desde as atividades mais simples àquelas que exigiram um maior esforço de ambas as partes. Sendo assim, este subcapítulo será também dividido em três setores que pretendem problematizar as diferentes facetas da intervenção socioeducativa no centro. O primeiro foca-se nas atividades do dia a dia seguindo o plano abordado, o segundo procura problematizar algumas das datas especiais que foram celebradas pelo CSAG ao longo dos meses de estágio e o terceiro traz reflexões sobre estas duas formas de organizar o tempo e pensar a intervenção.

Antes disso importa olhar para o plano de atividades de uma forma global e refletir sobre este modelo, nomeadamente as designações atribuídas (e seus objetivos) e os horários estabelecidos. Ou seja, por um lado, gera-se um conflito, entre a “Animação Cognitiva” e os seus objetivos com os dos “Trabalhos Manuais”, questionando-se se estes são realmente “estanques” e não se podem interligar, havendo por isso alturas diferentes para estas atividades; por outro, assiste-se a uma padronização dos dias na instituição quando se assiste à repetição deste plano e das atividades (e ordem das mesmas). É, claro, que ao entrar uma

instituição, uma pessoa idosa vê-se confrontada com um conjunto de regras e horários cuja existência é necessária, de modo a manter um bom funcionamento da organização e orientando, também, o trabalho dos/as diferentes profissionais. No entanto, coloca-se a questão da forma como este sistema deve ser aplicado ao nível da intervenção educativa. Daqui surgem questões como: o que estarão as pessoas, que não querem participar na animação cognitiva, a fazer durante esse horário? Será que estão disponíveis uma série de recursos a que os/as residentes podem aceder livremente?

O que se coloca, então, em causa são os modos de organização das atividades e a sua relação com objetivos adequados à população concreta do lar. Ou seja, será que é necessário um tempo para a estimulação cognitiva/ trabalhos manuais/ música ou poderão existir recursos sempre disponíveis pela instituição que cumpram esses objetivos (não sendo também clara a distinção entre estes três exemplos, uma vez que um – a estimulação cognitiva – parece ser um objetivo e os outros dois atividades que podem concorrer para esse objetivo e/ou para outros) que incentivem o poder de escolha dos/das idosos/as? Ao pensar sobre estas questões levantar-se-ão outras, possivelmente, relacionadas com a organização e modos de funcionamento, mas acredito que a possibilidade de quebrar, também, com esta lógica de horários para cada atividade poderá proporcionar uma maior promoção de autonomia, estimulando, através de diferentes opções de escolha, uma maior iniciativa por partes dos/das utentes que, de facto gostam de participar nas atividades do lar. Neste sentido, importa relembrar que a animação sociocultural constitui-se como uma vertente da educação não formal e que a própria educação ocorre em múltiplos contextos, durante toda a vida, não sendo necessário um plano ou até uma pessoa intermediária para os/as sujeitos se desenvolverem e realizarem aprendizagens significativas. Assim sendo, não esquecendo que a “Animação transcende a simples movimentação casuística dos contextos para os trabalhar propositadamente, através da metodologia de projeto, deixando bases efetivas para construir autonomia nos contextos onde atua” (Barros in Magalhães, Pereira & Lopes, 2018: 187) existe a possibilidade de pensar a distribuição de recursos com a intenção de produzir efeitos sobre os/as utentes e repensar a metodologia da animação sociocultural presente.

4.1.1 As atividades do dia a dia: as «fichas cognitivas» e as tardes musicais

Como se viu no Capítulo II, a semana no CSAG organiza-se de acordo com diferentes tipos de atividades, desde a animação cognitiva concretizada pela educadora social, à ginástica dinamizada por um professor com outras funções no seu dia a dia: “No dia anterior, o professor de ginástica já me tinha avisado que não ia conseguir dar a aula de hoje já que ia haver um evento na escola onde também trabalha (...)” (N.T 25). Contudo, embora distribuído de forma diferente, o que poderá ser exemplo de uma forma de ir de encontro aos diferentes objetivos da animação sociocultural enunciados por Jacob (2013) , em poucas semanas não

pude deixar de sentir que este plano se estava a tornar repetitivo, dada a contínua repetição de determinadas atividades como colorir mandalas e realização de fichas cognitivas, questionando a cada momento qual o sentido das mesmas. Ou seja, nas primeiras semanas algumas fichas foram sendo distribuídas e a minha preocupação em procurar formas distintas de intervir, sem a repetição dos mesmos instrumentos, manteve-se até ao final da experiência.

“Sempre que olho para as fichas tenho vontade de pensar noutras estratégias que permitam trabalhar a animação cognitiva, até porque nos seus tempos livres muitas/os utentes aproveitam para pegar nos seus livros e fazer sopas de letras e palavras-cruzadas, por exemplo.” (N.T 35)

E embora este modo de pensar se tenha atenuado dado os testemunhos positivos face às mesmas, não pude deixar de pensar naqueles/as que não se identificavam com este formato, diminuindo qualquer pessoa que participa nas mesmas, incluindo até os trabalhos manuais.

De acordo com Pérez (2018: 60 in Magalhães, Pereira & Lopes (Cords.)) , começam a surgir indícios científicos, que mostram “que o exercício intelectual, através de atividades e jogos de estimulação cognitiva, está a provar ser útil para pessoas de todas as idades”, apoiando-se na investigação de Karlene Ball, a qual verificou “que a estimulação cognitiva através do exercício não só atrasa o aparecimento de distúrbios cognitivos associados à idade, como também neutraliza e contrabalança com melhorias equivalentes à deterioração padrão produzida num período compreendido entre 7 e 14 anos”. Segundo o mesmo autor, entre uma coleção de jogos e atividades para estimulação intelectual, destacam-se aqueles que visam treinar habilidades como “memória, percepção, atenção, funções executivas e resolução de problemas”, sendo que, para isso, através da neuroanimação, é possível recorrer a diversos tipos de jogos e exercícios, tais como

“labirintos, jogos de associação e agrupamento, jogos de planeamento, jogos de memória, jogos de resolução de problemas, jogos baseados na busca por semelhanças e diferenças, jogos de ordenação lógica, jogos de ordenação temporal, jogos de ordenação matemática, jogos de manipulação e habilidades com objetos cotidianos, exercícios de reconhecimento corporal, jogos e exercícios de discriminação tátil, jogos e exercícios de discriminação alfabética, jogos e exercícios de discriminação de paladar, jogos e exercícios de discriminação acústica, além de exercícios diários de manutenção cognitiva, especialmente baseados em tarefas cotidianas, como concentração na memória e descrição de listas de detalhes de romances, animais de estimação, teatro ou filmes, entre outros” (Mañós in Pérez, 2018: 61).

Com o tempo de estágio foi impossível compreender de que forma as fichas cognitivas, que por sua vez se encaixam nesta descrição, foram capazes de atrasar possíveis distúrbios cognitivos. No entanto, o que se pretende discutir prende-se com a frequência e finalidade com que estas eram utilizadas, pois em certas ocasiões sobretudo quando não estavam previstas celebrações de datas especiais, estas pareciam surgir como forma de ocupar o tempo e não como necessidade.

Esta reflexão parece-me importante tendo em conta que já se refletiu anteriormente que a animação não deve ser encarada ou projetada como meio de ocupar os tempos livres. Nas palavras de Martins (2013: 254), “a ASC é uma tarefa de intervenção educativa no âmbito sociocultural”, o que pressupõe que projetos cuja metodologia de intervenção assenta na animação sociocultural tenham planeadas atividades/iniciativas com uma intencionalidade educativa e não sejam apenas formas de preencher os tempos livres. Esta questão também poderá transportar-se para aquela que é a função da animadora sociocultural sem formação na área, já que em alguns momentos gera-se uma dúvida relativamente às intenções e princípios que estão na base das suas propostas. Ou seja, tendo visto na maioria das vezes a sugestão, por parte desta profissional, de trabalhos manuais consoante épocas específicas e com base na sua utilidade, pergunta-se até que ponto foram as necessidades e vontades dos/as idosos/as realmente ouvidas e que efeitos significativos se pretendeu alcançar. Segundo Lopes (2018: 282 in Magalhães, Pereira & Lopes (Cords.)),

“o tempo não se ocupa, anima-se. O tempo é o que temos de mais precioso por isso é preciso transmitir vida, movimento, alento, sentido, autonomia, participação comprometida com o desenvolvimento social, cultural, educativo num interagir permanente e ligado ao bem-estar dos idosos”.

Seguindo para as “Tardes Musicais”, importa refletir sobre a forma como estas eram estruturadas e, conseqüentemente, os eventuais benefícios e/ou malefícios desta atividade. Por um lado, as músicas muitas vezes selecionadas iam de encontro aos interesses e experiências dos/das residentes, o que tal como se viu anteriormente, é um aspeto fundamental na animação sociocultural. Por outro com a utilização de uma coluna a música chegava até aqueles/as que se recusavam a participar, gerando situações de desconforto.

Ao falar sobre musicoterapia, Sá (2018: 139) explica que

“experiências musicais com idosos envolvendo atividades como improvisação, cantar canções conhecidas deles, execução de instrumentos musicais, técnicas de redução de stress, atividades de música e movimento, dança, atividades musicais de reminiscência, escrita de canções, discussão e reflexão de músicas e letras de canções e audição musical podem ser realizadas em grupos terapêuticos ou de setting individual com um intuito de: estimular atividade física (desde relaxamento a

movimento estruturados); influenciar estados de espírito, emoções e facilitar a transmissão para estados e reações emocionais desejáveis; facilitar a comunicação verbal e no verbal melhorar competências socialização; ser veículo de expressão emocional; proporcionar estimulação intelectual; estimular associações significativas para os idosos; e aumentar a qualidade de vida e a autoestima.”

Pensando nas Tardes Musicais compreende-se que estas não se configuram enquanto musicoterapia porém, ao olhar para algumas situações vividas e as reflexões produzidas em relação às mesmas o recurso à música vai adquirindo algum sentido, sobretudo ao nível da intervenção com as pessoas mais dependentes ou com demência.

“Estava com algumas dificuldades em perceber qual o sentido do que estava a fazer até que uma das senhoras que estava lá fora mostrou-se curiosa e começou a dançar connosco, sorria para mim quando lhe dizia que não conhecia a dança ou lhe perguntava se ela gostava da dança. “ (N.T 2)

Ou seja, para além de corresponder aos interesses gerais do grupo, a música (mesmo fora das tardes musicais) parece estimular de um modo diferente utentes em estado de demência, que geralmente se acalmavam, dançavam e cantavam.

“As auxiliares iam trazendo algumas utentes mais dependentes para baixo e por iniciativa de uma delas juntaram-nas a nós ficando a maior parte à volta da mesa. A educadora social decidiu dar-lhes os postais que estavam prontos para elas verem, mas o que as estimulou foi a música. A educadora social, e depois uma auxiliar, começaram a cantar uma música que elas gostam e num instante criou-se um ambiente de harmonia e felicidade.” (N.T 25)

De acordo com Pires (2022: 28) “[a] música está muitas vezes associada a memórias, quer sejam alegres ou tristes, e permite, também, que em casos de idosos com insónias, depressão ou até com demência ou Alzheimer, consigam interagir e superar melhor essas situações” , o que aliado ao genuíno gosto pela música, cantorias por parte dos/das mais autónomas, que dançaram e cantaram não apenas nas tardes musicais mas nas restantes atividades que envolveram música, revela a importância de continuar a investir nesta dimensão ao nível da intervenção com os/as residentes do CSAG.

4.1.2 As grandes celebrações em discussão

As atividades planeadas foram sendo geridas de acordo com certas ocasiões especiais, ou seja, estas tanto podiam ser alteradas optando-se por outra ou então podiam ser adaptadas.

A preparação da exposição de Outono é, desde logo, um exemplo de ambas as situações, pois os trabalhos manuais previstos foram estendidos durante alguns dias sendo o propósito dos mesmos a construção de quadros sobre a estação do ano, que seriam, posteriormente, apresentados. Os desenhos foram maioritariamente definidos pela educadora social e os/as idosos/as que, livremente, participaram na elaboração dos quadros limitaram-se a seguir as suas orientações, pintando algumas partes do desenho já feito e até a moldura com cores sugeridas pela profissional e colando diversos materiais como folhas, ramos, feijões, etc,...

Com a elaboração dos quadros acabou por se trabalhar a criatividade dos utentes, a sua motricidade, o trabalho em equipa e relações interpessoais.

A exposição dos quadros, podia até comparar-se a um grande evento de um museu, tendo em conta que os trabalhos foram espalhados pelo salão principal e os cadeirões foram colocados de forma a existir uma “plateia”. Após o discurso do Presidente da Associação, que esteve presente e que elogiou o esforço de todos/as, eu senti que de alguma forma aquelas pessoas estavam a ser reconhecidas, uma “exposição de arte” tinha sido criada por uns/umas e apreciada mais tarde por outros/as que, não conseguindo ou não querendo participar, foram com o tempo reparando nos quadros e elogiando-os demonstrando espírito crítico.

Na semana seguinte, um outro dia especial seria celebrado, ou seja, o Dia Internacional do Cinema, sendo que o filme escolhido partiu até de uma sugestão da minha parte – A Gaiola Dourada – substituindo a tarde musical programada. Para esta atividade, optou-se pela distribuição de pipocas, tornando-se evidente que mesmo aquilo que é planeado ao nível da animação sociocultural tende a influenciar outros serviços de uma instituição, sendo que neste caso, antes de ser preparado o lanche, as funcionárias contribuíram para a atividade preparando elas as pipocas. O espaço sofreu também alterações, uma vez que as cadeiras foram colocadas em filas todas elas viradas para a televisão, o que, por sua vez, exigiu uma distribuição que tentasse abrigar um maior número de pessoas. Após a visualização do filme, alguns/algumas utentes manifestaram a sua opinião mostrando-se divididos.

“(…) e aproveitei depois para perguntar a opinião de uma utente que costuma participar em todas as atividades. Foi sincera e disse-me que apesar de ter gostado do filme, não o achou adequado para todas as pessoas. Embora fossem portuguesas, as personagens falavam na maioria das cenas em francês, o que fez com que o filme fosse todo ele legendado, o que para este público-alvo poderá não ser a melhor alternativa, segundo a utente.” (N.T 15)

Avançando no tempo, chegava a altura do São Martinho e mais uma vez, os trabalhos manuais foram dedicados a esta celebração, fazendo-se cartazes com provérbios da época, para mais tarde alguns/algumas utentes serem gravados/as a lê-los. A tarefa acabou por exigir um maior esforço da minha parte, uma vez que tive que recortar pequenos retângulos em cartão e escrever com lápis os provérbios definidos pela educadora social e os/as utentes deviam apenas contornar com marcadores as frases que já tinham sido escritas, para no dia de São Martinho os lerem e participarem em gravações, mantendo-se o questionamento constante sobre o sentido desta atividade e que efeitos tinha nos/nas utentes.

Quando pensamos somente nesta fase da atividade poder-se-ia dizer que a motricidade, o treino da escrita e até da memória seriam possíveis objetivos da mesma, porém que impactos terá tido nos indivíduos ao nível do desenvolvimento pessoal? Será que a entenderam desta forma? Teria sido algo que eles/as próprios/as pensassem em fazer? Estas questões começaram a fazer parte do meu dia a dia:

“Comecei a pensar como esta atividade podia ter sido realizada de forma diferente de modo a garantir um maior poder de decisão por parte dos/das utentes, sobretudo quando a D. AB afirmou “ Eu conheço um muito engraçado. Penso que é assim «Vai à adega e prova o vinho!»”. Sinto que poderia ter sido interessante fazer primeiro um levantamento de provérbios conhecidos, partindo do princípio que os/as utentes são portadores de conhecimento e experiência.” (N.T 16)

E quando chegou, finalmente, o dia de São Martinho, procedemos com as gravações para além de celebrarmos o dia com a leitura da lenda e uma tarde musical. Neste dia alguns aspetos chamaram a minha atenção, destacando-se a alegria da utente que ia ler a lenda.

“A diretora apresentou a atividade e D. GG leu a lenda de São Martinho para todos/as. Esteve sempre animada pois sabia que a sua gravação ia para o Facebook e tinha dito à família para estar atenta.” (N.T 19)

Ou seja, a partir desta observação acredito que o simples facto de saber que a sua família veria mais tarde a sua participação teve impacto na autoestima da utente. Estas reações foram sendo observadas com a permanência na instituição, reforçando a importância da comunicação com a família e a partilha das suas opiniões aos/às próprios/as residentes. Acredito assim, que esta forma de interação com a família e o retorno das mesmas sobre as publicações e aparições dos/das idosos/as ajuda a fortalecer os laços familiares.

Por outro lado, com a música que se colocou a seguir, fomos capazes de ver utentes com demência a serem estimuladas a dançar o que me levou, novamente, a pensar sobre as potencialidades da música com esta comunidade.

De seguida, importa destacar um outro momento que em muito se distingue de todas as atividades que já foram e serão descritas, isto é, a apresentação de uma nova atividade – os grupos de reflexão e partilha. Aqui os/as residentes tiveram a oportunidade de, não só manifestarem a sua concordância (ou não) com a atividade, como também foram instigados/as a dar a sua opinião relativamente aos temas que podiam ser abordados. Na minha perspetiva, esta sessão foi um passo fundamental que a instituição tomou no sentido reconhecer os/as idosos/as como portadores/as de opiniões e vontades.

“Muitos levantaram o braço e eu senti que esta sessão acabou por ir de encontro àquilo que defendo em relação ao papel dos/das utentes, ou seja, para mim enquanto especialista em educação eu acredito que é importante reconhecer os sujeitos como portadores de conhecimento, interesses e vontades e que um projeto deve realizar-se não só para eles mas também com eles, o que pressupõe a atribuição de um papel mais ativo na preparação das “atividades” aos utentes.” (N.T 25)

Avançando para a época Natalícia, observaram-se dois momentos distintos: a preparação da Feira de Natal do CSAG e a Festa de Natal. No que respeita ao primeiro acontecimento, as atividades (à exceção da ginástica e dos passeios) basearam-se na realização de trabalhos manuais tanto para a feira como para a decoração dos espaços da instituição. Por sua vez, estes consistiram na construção de postais, anjos e bonecos de neve, sendo que o poder de decisão dos/das utentes se centrava na escolha dos materiais que podiam usar sendo estes previamente definidos pela educadora e pela animadora. Já em relação ao segundo momento, este exigiu uma semana de ensaios, uma vez que se optou pela encenação de um teatro. O guião foi escrito pela educadora social tendo em consideração as potencialidades de cada um/a, incluindo a capacidade de memorização e leitura, sendo que àqueles/as com maiores problemas de visão e/ou no discurso foram atribuídas falas menores. As suas preocupações em relação ao guião (tamanho da letra e dimensão do texto, por exemplo) foram sendo ouvidas e as falas foram sendo adaptadas sempre que necessário, para além de aceitarmos algumas sugestões do grupo. Pensando no guião, recordo como me questionei várias vezes sobre estratégias que podiam permitir a inclusão dos/das utentes até na fase de construção do mesmo.

Com estes ensaios, é possível discutir uma série de questões, desde a opinião dos/das utentes sobre a atividade, à relação entre eles/elas. Por um lado, foi claro que a atividade proposta era algo que estava a ser apresentado a alguns/ algumas utentes pela primeira vez, assistindo-se uma diversidade de reações:

“Queríamos entregar os guiões e assim que apareciam as pessoas que vão participar dirigimo-nos a elas, incluindo a D. AW que fez logo o gesto “não” com os dedos. Quando percebeu que era um teatro disse “Eu não sirvo para essas coisas, arranjem

outra pessoa! Eu?” A educadora social insistia carinhosamente até que ela respondeu “Vamos lá ver! Mas olhem que eu ando com muita tosse!” Já o senhor G estava mais animado que o normal e quando a educadora social lhe perguntou o que achava do guião disse que estava engraçado, vai ser o narrador. A D. AR queixou-se “Ah eu não consigo! Então ando assim com a minha boca!”. no entanto asseguramos-lhe que as falas não eram longas. Entregamos também um guião à D. AB que ficou muito admirada. “Só mesmo vocês para fazerem estas coisas!”, dizia e consegui perceber que estava interessada e de alguma forma entusiasmada, por ser algo diferente.” (N.T 33)

Por outro lado, este formato de atividade não era novidade para alguns, gerando-se até um conflito entre os/as utentes.

“A D. AZ insistia com os/as restantes para falarem mais alto ou com mais entoação, o que fazia com que tivéssemos de intervir e explicar que tinha que respeitar as outras pessoas.” (N.T 34)

“Tive que ser mais assertiva com eles/as e ficava admirada quando a D. AZ me ouvia, no entanto a hora do lanche aproximava-se e esta utente começou a ficar impaciente e o conflito instalou-se. A D. AZ dirigiu-se à D. AW, afirmando que ela devia falar mais alto e foi então que essa utente lhe respondeu “Eu sou nova nestas coisas mas se acha que pode fazer melhor então explique-me”, a D. E não respondeu e foi-se embora. Eu e a educadora social, que já tinha voltado, ficamos admiradas e para não piorar as coisas deixamo-la ir. Por outro lado, a D. AW estava realmente frustrada com a situação afirmando, “Ela falou diretamente para mim e eu não podia ficar calada! Algumas pessoas ouvem e não dizem nada mas eu não podia! Se fala diretamente para mim eu tenho que responder e com isto já não sei se participo amanhã!”. As suas amigas, a D. AR e a D. GG diziam para ela não se preocupar lembrando-a que a D. AR estava à espera da sua chamada (momento da peça).” (N.T 34)

Este conflito gerou-se dada a diversidade de experiências dos/das utentes, tanto no que diz respeito ao seu tempo de permanência no lar, onde sempre foram desenvolvidas atividades, como às suas vidas antes da entrada na instituição. Ao olhar para esta situação, entende-se que as utentes, apesar da sua idade continuam a ser pessoas com as suas próprias ideias e sentimentos, o que por sua vez tende a ser motivo de conflitos quando as duas partes deixam de se compreender. Nas palavras de Amorim (2010:81),

“[o] conflito é algo dinâmico e pode dotar os sujeitos de ferramentas, técnicas e de uma responsabilidade, não no sentido de se resolver com eficácia o conflito, mas de se saber retirar dele aquilo que, potencialmente, tem para oferecer, troca de experiências e aprendizagens. Daí podermos afirmar que o conflito pode ser altamente pedagógico”.

Transportando este modo de pensar o conflito para as situações vividas em contexto institucional, acredito que analisando e tentando resolver, não apenas este acontecimento como outros onde as pessoas com demência são muitas vezes mal entendidas, poder-se-ia aproveitar a experiência de uma pessoa para incentivar o trabalho em equipa, no primeiro caso, fazendo os mais experientes perceber que nem todos sabem como fazer teatro e, no segundo, que as pessoas podem agir de uma determinada maneira dada as suas condições psicológicas.

Por sua vez, com esta situação constata-se que o grupo é um exemplo de como a heterogeneidade é uma realidade em todas as etapas da vida humana, incluindo a velhice. Para além desta situação, com os contactos que fui estabelecendo, foi tornando-se claro que os/as residentes do CSAG são pessoas com experiências de vida muito diversas (profissões e escolaridades, formas distintas de passar o tempo, entre outros) o que tem implicações na sua forma de ser hoje em dia. Esta observação comprova o que Viude (2018:289 in Magalhães, Pereira & Lopes (Cords.)) afirma sobre a velhice “[a] heterogeneidade da velhice não se restringe a diferenças do envelhecer, em anos, mas no que nos tornamos ao envelhecer em função do como envelhecemos”. Esta questão é crucial na animação sociocultural, uma vez que é aqui que ela “encontra espaço para construir diferentes formas de intervenção com emprego de diferentes métodos de ação”, ou seja, para respondermos à diversidade deste grupo devemos ter em consideração distintos modos de intervir e pensar a animação sociocultural. Tal como aponta Martins (2013:249), “quando realizamos ações de animação, gera-se um conjunto de atividades que necessitam de conhecimentos de várias áreas científicas que se articulem com as técnicas utilizadas, as quais pretendem a transformação (pessoas e realidade) e procuram a satisfação e a qualidade dos intervenientes”. O mesmo autor declara que “[o]s campos da ASC são muito variados, tratando-se de um modelo de educação não formal (...) e que tem em conta o meio e os interesses dos indivíduos. Deste modo, “os programas de intervenção variam em função do tipo de sujeito e o grupos que se destina a animação”. Logo, espera-se que o/a animador, para responder à heterogeneidade do grupo, recorra a esta multiplicidade de saberes, elaborando propostas de intervenção sustentadas e em conformidade com as especificidades dos/das idososas.

A festa de Natal foi assim um dos principais eventos do lar permitindo, não apenas a inclusão de vários/as utentes (assistindo e/ou participando ativamente na peça de teatro), e, no fundo, a interação dos mesmos/as, bem como o estabelecimento de diferentes relações entre residentes e até elementos da equipa técnica a quem foi atribuído um papel. Permitiu também aos utentes verem o seu esforço e dedicação reconhecido por aqueles/as que assistiram e aplaudiram.

A última atividade a destacar é a celebração do Dia de Reis para o qual a educadora social decidiu criar uma música relacionada com a instituição. Esta atividade implicou a realização de ensaios por parte de algumas utentes (apenas mulheres cantaram), incluindo idosas dependentes e com demência. Assim sendo, com esta estratégia (que difere das tardes musicais), viu-se mais uma vez o potencial da música sendo que não só foi possível a interação entre utentes, como também estimulou e acalmou um utente com demência que, apesar de não ser capaz de decorar a letra, acompanhou as restantes lendo o seu papel.

De forma a terminar este subcapítulo é importante comparar os diferentes modos de intervir/pensar a animação sociocultural. Pensando sobre os vários acontecimentos aqui descritos torna-se evidente que, se algumas atividades procuram atingir objetivos específicos de uma lógica de pensar a animação sociocultural, outras, dada a sua complexidade, tendem a ter resultados “inesperados” cumprindo com uma variedade de objetivos dos diversos estilos. No entanto, as questões que aqui se colocam, é com que regularidade foram os/as idosos/as chamados/as a preparar uma atividade? Como foi introduzida a atividade? Alguma partiu da sugestão de algum/a utente?

Com exceção da sessão de apresentação dos grupos de reflexão e partilha, não tive a oportunidade de ver os/as idosas a serem chamados a dar a sua opinião sobre uma atividade que poderia ser desenvolvida, o que não quer dizer que não esteja a ser feito neste momento. Contudo, isto levou-me a pensar na necessidade de pensar em estratégias que poderiam permitir a participação dos/das utentes no momento de preparação do plano de atividades. Martins (2013: 248), enumera as estratégias de participação como uma das que podem ser selecionadas pelo animador como estratégias de intervenção em ASC. Com esta, “a assunção das responsabilidades e decisões são dos sujeitos participantes” e ao optar-se pela mesma procura-se “formas de participação ativas (individuais, coletiva) informais ou estruturadas” para o desenho do projeto, a planificação e avaliação das atividades, o que neste trabalho se entende por decisões de maior escala. Também Lopes (2018: 281) parece introduzir uma ideia semelhante ao afirmar que “é urgente promover ações de envelhecimento criativo e de vida ativa que impliquem a participação em todas as fases de um projeto de intervenção: conceção, execução, avaliação e não remeterem o idoso para um papel de passividade e de resignação”.

Ora, no capítulo V irá apresentar-se uma tentativa de ir de encontro a este raciocínio, através da descrição do processo de construção e desenvolvimento de um projeto de intervenção.

Uma outra reflexão importante sobre as estas celebrações prende-se com a justificação das mesmas, isto é, questionando-se a razão pela qual se optou por realizar

atividades/ programas dedicadas a algumas datas especiais. Ou seja, da mesma maneira que se questiona a intencionalidade de algumas atividades do dia a dia, não basta realizar uma atividade apenas porque se esgotaram as ocasiões ou se está a celebrar algo. É importante propor algo fundamentado em princípios teóricos concretos e nas características do público alvo.

4.1.3 A necessidade de quebrar com uma rotina imposta e a passagem para uma intervenção co-construída

Olhando, agora, de uma forma geral para estas duas formas de pensar e organizar a intervenção socioeducativa há ainda uma reflexão a fazer e que está relacionada com imposição contínua de atividades e a necessidade de se pensar numa intervenção co-construída.

É possível argumentar que a existência de rotinas tem um papel importante, também para a população nas faixas etárias aqui consideradas. Todavia, tal como se viu anteriormente, a institucionalização da pessoa idosa pode ser entendida como um processo penoso para esta comunidade e a rotina passar a ser vista como algo negativo, uma vez que o dia a dia nos lares, “são rotinizados e pouco flexíveis, provocando certa despersonalização do idoso, condicionando a sua autonomia, autoconceito, autoestima, privacidade, sentimento de pertença e de bem-estar, devido em parte à sua pouca participação nos cuidados que lhes são prestados” (Martins, 2013: 206).

Ao pensar no modo como a maioria das atividades ao nível da animação sociocultural, são planeadas entende-se que, apesar de facultativas e quebrarem com uma rotina mais funcional, proporcionando em alguns casos novas experiências -

“A D. AB estava mais uma vez admirada por fazer algo que nunca tinha feito, o que revela a necessidade de se manter um equilíbrio entre aquilo que os/as utentes gostam ou podem querer fazer e aquilo que se pode propor no sentido de lhes proporcionar novas experiências (...)” (N.T 38)

– estas continuam a ser impostas aos/às utentes e a ditar aquilo que são os seus dias, logo podem observar-se duas situações. Por um lado, aquelas pessoas que sentem necessidade de ocupar o seu tempo, participam nas mesmas, procurando constantemente as indicações de quem propôs as atividades. Um exemplo capaz de ilustrar esta situação prende-se com a pintura das mandalas, momento em que, geralmente, a educadora social é muitas vezes requisitada apenas para decidir as cores com que devem pintar. Também a partir de expressões como “Vocês não nos podem deixar sozinhas a fazer isto, que a gente assim fica desamparada e não sabe o que fazer!” e as constantes chamadas de atenção, parece que estamos perante a perda de iniciativa por parte de alguns/algumas utentes. Por outro lado,

as pessoas menos autónomas que não se identificam com as iniciativas propostas veem as suas opções limitadas e à espera que o dia passe.

Assim, revela-se essencial um modo de pensar a animação sociocultural que procure apresentar aos idosos atividades que estejam de acordo com as suas especificidades, proporcionando, para isso, momentos em que os mesmos possam dar a conhecer as suas ideias e necessidades, participando naquele que é o processo de diagnóstico de um projeto.

“Fui junto da D.AR e D. AW e disse-lhes o que íamos fazer “Hoje vamos fazer um calendário de advento! Sabem o que é?”, e responderam-me que não sabiam, então tentei explicar mas não me pareceram convencidas, sem perceberem a razão de o irmos fazer e comecei a pensar mais uma vez, na necessidade de incluir os/as utentes na preparação do plano de atividades, de modo a passar-se de uma atividade que lhes é apenas “imposta” a um projeto co-construído, sendo este um equilíbrio entre aquilo que as pessoas gostam de fazer, mas também um estímulo diferente que o/a educador/a ou animador/a possa introduzir.” (N.T 31)

Neste sentido, Martins (2013: 261) acredita que os “objetivos de animação com idosos coadunam-se com a promoção de pressupostos inovadores e de novas descobertas, valorizando a formação ao longo da vida, proporcionando-lhes uma vida mais satisfatória, harmoniosa, atrativa e dinâmica, com participação e envolvimento”.

Também Gineste e Pellissier (in Lourenço 2014: 29-20) refletem sobre esta questão, enunciando princípios que as instituições devem ter em consideração de modo a garantir a integridade e o respeito pelos valores dos/as idoso/as, sendo os seguintes:

“[a]s características, as necessidades e as expectativas, dos residentes constituem o fundamento de toda a decisão em matéria de organização, de intervenção e adaptação; [o] estabelecimento deve favorecer a manutenção e o reforço das capacidades das pessoas acolhidas, bem como o seu desenvolvimento pessoal, tendo ao mesmo tempo em conta a sua vontade pessoal; [a] qualidade das práticas passa, antes de mais, pela preocupação constante com a qualidade de vida; [o] estabelecimento deve favorecer e apoiar a manutenção da interação da pessoa com a sua família e os seus próximos e favorecer o seu entendimento na tomada de decisão; [a] pessoa acolhida tem direito a um meio de vida de qualidade, onde lhe sejam proporcionados cuidados e serviços de qualidade; [t]oda a pessoa acolhida em instituição tem direito a um meio de vida que respeite a sua identidade, a sua dignidade e a sua intimidade, que assegure a sua segurança e o seu conforto, que lhe permita dar sentido à vida e exercer a sua capacidade de autodeterminação”.

Importa assim passar de uma lógica *transitiva* do *empowerment* para a *intransitiva* e aproximar-se cada vez mais do *empowerment dos utentes de serviços sociais e de saúde*,

procurando cada vez mais o envolvimento dos/das utentes em momentos de discussão e mostrar-lhes que são capazes.

Esta situação não significa que a postura da educadora social se afaste da de “animador/a democrático/a”, uma vez que, na maioria dos casos, esta tenta atribuir uma maior liberdade e poder de escolha aos/às utentes e tende a agir em função daquelas que são as capacidades dos/das mesmos/as: “A educadora social atribuía tarefas às utentes que se iam juntando consoante as suas capacidades e interesses já que a D. QQ e D. AM continuaram com as suas mandalas”. Observando tanto a sua postura como a de outros elementos da equipa e as relações que mantém com os/as idosos/as considera-se que esta, para além de agir como “confidente, gui[a], conselheir[a], mediador[a], amig[a]”, é uma “profissional que realiza tarefas e atividades de animação, sendo capaz de dinamizar e estimular os outros para uma determinada ação” (Martins, 2013: 266). Os/as utentes são, a cada dia que passa, incentivados/as a participar nas diferentes iniciativas, o que também poderá constituir-se como um passo para as pessoas continuarem a descobrir-se e encontrar novos interesses.

No entanto, com a atribuição de tarefas, a animação, neste caso, assume uma lógica mais consumista, ao contrário da sessão que veio apresentar os grupos de reflexão e partilha. Assim, não basta apenas esperar que os/as idosos/as contribuam com ideias, o/a animador/a deve também apresentar novos estímulos.

De qualquer modo, ao analisar as diferentes atividades propostas compreende-se que há uma tentativa de ir de encontro às sete facetas da animação sociocultural (Jacob. 2013) destacando-se a ginástica como forma de garantir a animação motora e as restantes, desde as fichas às atividades incluídas nas grandes celebrações, vão assegurando a animação cognitiva, a expressão plástica (relacionando-se diretamente os trabalhos manuais realizados nos diversos momentos), a comunicação, o desenvolvimento pessoal e social, a animação lúdica e a comunitária.

Para além disso, não é possível ignorar a diversidade presente no CSAG podendo observar-se na instituição, casos muito distintos, desde pessoas autónomas que definem as suas próprias rotinas, circulando pelo lar e usufruindo dos vários serviços que este tem para oferecer, como por exemplo o ginásio, às pessoas mais dependentes que escolhem/podem ou não participar nestas atividades.

4.2 A heterogeneidade do grupo: o nível de dependência e a intervenção socioeducativa

Ao entrar no CSAG tornou-se desde logo claro que a heterogeneidade dos/das seus/suas utentes não se define somente pela diversidade de interesses ou diferentes formas de estar e agir. Assim sendo, um dos aspetos que mais marcou esta experiência é a preocupação com o elevado grau de dependência de algumas pessoas, a presença da

demência, os modos de atuar com esta e de que forma nos desafia a refletir sobre animação sociocultural e o seu potencial.

Ao olhar para o Plano de Atividades do CSAG, é, possível constatar que é feita uma distribuição por salões (salão de apoio e salão principal) e, se nas primeiras semanas a educadora social tentava ir de encontro ao que estava definido, com as celebrações o tempo dedicado exclusivamente a este grupo era cada vez mais reduzido. No entanto, esta não deixa de ser uma preocupação da mesma, referindo inúmeras vezes como gostaria de reservar algumas atividades para estas pessoas. Também a diretora do Centro demonstrou estar atenta a este grupo quando, ainda no início do estágio, comecei a interessar-me por esta comunidade:

“Falou-se também sobre a demência/dependência total e em como estas são cada vez mais uma realidade, sendo importante pensar em estratégias para lidar com esta comunidade. Algumas pessoas não têm qualquer reação na medida em que a diretora afirma que o trabalho com estas pessoas pode muitas vezes basear-se no toque, mas sobretudo em assegurar conforto e melhores condições de vida.” (N.T 6)

Num instante consegui perceber que não estava preparada para me dedicar totalmente a este grupo, e principalmente às pessoas com demência, sendo esta uma temática muito pouco abordada ao longo do meu percurso académico. Cada caso era diferente e uma multiplicidade de sintomas fazia com que eu duvidasse ainda mais de mim e em qualquer estratégia que eu pudesse arranjar para intervir com estas pessoas.

Contudo, muitos momentos do estágio foram dedicados a problematizar esta questão já que em muitas situações fui capaz de compreender como a integração destas pessoas na instituição tende a influenciar o ambiente da sala, por exemplo, o relacionamento entre utentes e de uma forma geral o trabalho com a terceira idade.

A segurança das pessoas pertencente a este grupo é um fator crucial, uma vez que as profissionais da instituição devem manter uma atenção redobrada às mesmas de forma a evitar situações de risco. Em vários momentos, dei por mim a olhar lá para fora, em dias de chuva com receio de uma utente cair e magoar-se.

“Nestes dois dias consigo afirmar que essa tem sido uma das maiores dificuldades, ou seja torna-se impossível dedicar-nos totalmente a uma pessoa ou atividades, uma vez que numa questão de segundos pessoas com demência podem fugir e é necessário ter um cuidado redobrado para que não aconteça nada de grave.” (N.T 15)

Surge então a dúvida de como controlar estes casos sem levantar questões éticas, uma vez que me vi obrigada em algumas situações a recorrer à "mentira" para voltar a trazer a utente para um local seguro. Para além disso, questiono-me até que ponto não se gera nas

profissionais (auxiliares e educadora social) que aqui trabalham um conflito de "prioridades". Isto é, de que forma vão gerindo o seu dia a dia e cumprindo uma diversidade de tarefas sabendo que devem estar também atentas a estas pessoas?

“Enquanto realizavam as fichas, uma utente com demência estava agitada, não podia ir lá para fora por causa do tempo, então precisávamos de estar atentas a ela. Confesso que foi um desafio, estava sob uma preocupação constante e foi difícil gerir as atividades e os requisitos daqueles/as que estavam a participar nas atividades, enquanto olhava lá para fora e em volta do salão para perceber onde estava essa utente.” (N.T 12)

Já no que concerne à postura dos/das restantes utentes face a este grupo, foi possível identificar diferentes formas de lidar com o mesmo. Se alguns não compreendiam, sendo claro que o barulho ou até a confusão gerada por algumas pessoas com demência, lhes causava desconforto, outras aprendem a arranjar as suas próprias estratégias para conviver com os diferentes graus de dependência.

“A educadora social juntou também uma outra utente com demência a duas mais autónomas e quando eu achei que podia gerar confusão elas duas arranjaram as suas próprias estratégias para lidar com senhora, sendo que uma delas até me piscava o olho.” (N.T 7)

Tendo em consideração a experiência vivida, é extremamente importante compreender que a heterogeneidade não se fica apenas por personalidades e gostos distintos. Neste caso, torna-se evidente que o trabalho com a população sénior pode exigir não só a desconstrução de estereótipos que tendem a associar este grupo ao declínio e à doença, mas também a tomada de consciência que as patologias que estão agora a surgir "requerem cuidados sociais e de saúde específicos (Livingston et al., in Ramos, 2020).

“Ou seja, embora a demência não seja a “especialidade” das ciências da educação, considero que a formação nesta área deve ter em consideração esta temática, uma vez que muitas pessoas com esta/este licenciatura/mestrado poderão vir exercer as suas funções em contextos onde a demência é uma realidade e influencia o quotidiano das instituições.” (N.T 38)

Por outro lado, defendo que a tentativa de incluir estas pessoas nas atividades da instituição pode ser benéfica para continuarmos a incentivar o respeito pelas mesmas enquanto seres humanos. No centro estas não estão sozinhas nem em situações de risco e poderão conviver com outras pessoas e ser estimuladas.

O confronto com a demência e até mesmo com os diferentes níveis de dependência marcaram assim este estágio, refletindo sobre que intervenção com esta comunidade fará

mais sentido. Ou seja, admito que enquanto estagiária, numa primeira experiência profissionalizante, as limitações que acompanham os diversos diagnósticos foram impactantes no meu modo de pensar, não encontrando uma forma de as contornar. Contudo, se olhasse para esta situação apenas como um mero obstáculo à animação sociocultural estaria a cometer um erro e a fugir às minhas convicções próprias de uma formação que nos incentiva a respeitar o ser humano e as suas condições.

“Sei agora que estou perante um grupo bastante heterogéneo, com diferentes personalidades, interesses, necessidades e claro, limitações (mesmo que estas não caracterizem por si só a pessoa, não podem ser ignoradas quando estamos a pensar realizar algo com elas).” (N.T. 19)

4.3 Respondendo a pedidos da Instituição: o meu contributo na página do Facebook e a adaptação de jogos para os/as utentes

Para além da concretização do plano de atividades, a passagem pelo centro caracteriza-se pela minha capacidade/disponibilidade em responder a pedidos da instituição e a liberdade que me foi atribuída para propor atividades, destacando-se a edição de vídeos que, posteriormente, foram publicados na página de Facebook do Centro e a dinamização de dois jogos com os/as utentes – o Quem quer ser milionário? e o Stop em equipas.

Em relação aos vídeos, o pedido para a edição dos mesmos surgiu a partir da minha demonstração de interesse ao nível das tecnologias e vontade em ajudar, uma vez que através do telemóvel poder-se-ia, com uma maior rapidez, trazer algo de novo às publicações na rede social. Assim sendo, o primeiro registo dessa solicitação surge com o Dia do Cinema onde juntei fotografias e outros pequenos vídeos desse dia. Mais atividades e dias no centro ficaram registados neste formato que era transmitido às famílias. O Facebook era assim um dos meios de comunicação com a família e através dos vídeos lá publicados os familiares podiam saber mais sobre o que se passava na instituição.

“Enquanto lanchavam, percebi que a diretora queria que eu fizesse a montagem ainda antes de ela se ir embora para colocar no *facebook* e as famílias terem conhecimento. Assim sendo, fui para o gabinete e rapidamente fiz uma seleção dos vídeos e fotografias que tinha tirado e através de uma aplicação para telemóvel, “CapCut”, consegui fazer um vídeo, com algumas animações, texto e música sobre aquele dia.” (N.T 15)

De acordo com a Diretora do CSAG, a rede social, em ativo desde 2017, veio assumir um papel mais significativo durante a pandemia COVID-19 quando as famílias deixaram de conseguir entrar na instituição. Em tempos de crise, esta entre outras soluções como videochamadas, por exemplo, foram e continuam a ser os meios utilizados pelo Centro para

continuar a “preservar e incentivar a relação intrafamiliar” que a Segurança Social (2017:17) aponta como uma das funções das ERPI.

“Na altura da COVID, o Facebook foi muito utilizado até para dar informações às famílias. (...) Agora, nesta fase, as pessoas continuam a gostar de ver as nossas atividades, mas acho que o Facebook foi importante para demonstrar a nossa normalidade, quando eu falo é entre 2020 até meados de 2022, mostrar a normalidade dentro da anormalidade e quando havia surto a normalidade mas tudo muito claro e transparente.” (Retirado da Entrevista com a Diretora do CSAG)

Já no que diz respeito aos jogos, foram realizadas propostas (Apêndice Vi) para os mesmos que foram sujeitas à aprovação da diretora do centro. Estas seguiram as orientações da educadora social, que sabia o que deviam incluir, desde a descrição da atividade, os objetivos das mesmas, recursos necessários e, por vezes, algumas informações extra, como possíveis datas para a sua realização, por exemplo.

Com a realização do primeiro e a participação significativa de alguns/algumas utentes, o segundo pedido surgiu e jogamos o STOP em equipas com a junção de uma roleta com as letras do abecedário, realizada com o auxílio de uma plataforma digital. Ambas as atividades foram documentadas no Facebook da instituição.

Por fim, é importante referir os registos das atividades que tive a oportunidade de ajudar a preencher. O preenchimento destes permitia-nos saber quem participava em cada uma, independentemente do tipo de atividade, sendo que a educadora social registava num outro documento as participações. Isto ajudou-me não apenas a fixar o nome dos/das utentes, mas também a ter uma visão mais abrangente sobre o trabalho da profissional que estava a acompanhar.

“Enquanto ajudava a educadora social, refletia ainda sobre este lado do seu trabalho, ou seja, o preenchimento de documentação, a burocracia e se, antes, sem qualquer experiência, eu considerava esta questão a mais aborrecida de qualquer trabalho, tenho agora uma visão diferente sobretudo quanto à pertinência que estes registos podem ter quando se pretende fazer a avaliação de um projeto ou “mostrar” resultados a entidades exteriores.” (N.T 33)

Capítulo V - Construção e Desenvolvimento de um Projeto de Intervenção: entrevistas e grupos de discussão como estratégias de empoderamento da população sénior

Construção e Desenvolvimento do Projeto de Intervenção “O Jornal do Centro”: entrevistas e grupos de discussão como estratégias de empoderamento da população sénior

O estágio iniciou-se sem um projeto de intervenção previamente definido partindo-se do princípio de que a presença constante no contexto seria imprescindível para a elaboração do mesmo. Assim, ao longo do percurso de estágio foram privilegiadas técnicas de recolha de dados que permitissem caracterizar o contexto, incluindo não só as necessidades da instituição e as suas limitações, mas também as potencialidades do campo de ação e da comunidade envolvente, para aí se partir para a construção do projeto.

Em primeiro lugar é importante salientar que o percurso de estágio se marca, numa fase inicial, pela tentativa de compreender qual o papel das Ciências da Educação na instituição tendo em consideração as ações já desenvolvidas. Por outro lado, ao participar, desde sempre, na implementação do plano de atividades, fui prestando cada vez mais atenção ao público sénior e ao seu papel no centro até que uma ideia de intervenção começou a surgir.

Ou seja, para mim, enquanto estudante de Ciências da Educação, era mais importante envolver as pessoas na construção e preparação das atividades valorizando, assim, as suas ideias e protegendo a sua autonomia e poder de decisão, o que vai de encontro ao que Teixeira (2016: 56) defende sobre a necessidade de ter em consideração os/as idosos/as e as suas especificidades:

“é fundamental enaltecer a importância de perspetivar os/as seniores enquanto fonte de conhecimento, que importa valorizar e preservar, norteando o projeto em função do reconhecimento e valorização dos seus saberes, experiências e percursos de vida, e das suas capacidades enquanto sujeitos com poder e capacidade de decisão.”

Tal como se viu em momentos anteriores deste trabalho, esta assume-se como uma questão pertinente nestes contextos, uma vez que, após o processo de institucionalização, a pessoa idosa vê parte da sua autonomia comprometida.

Com o meu envolvimento nas atividades mencionadas no capítulo anterior fui sendo, também, testemunha da capacidade dos utentes para avaliarem as iniciativas que lhes eram propostas, compreendendo que iam muito para além de uma escala quantitativa: “Foi conversar com eles/elas para que estes/estas pudessem dar a sua opinião sobre a exposição dos quadros, pedindo, no final, que a avaliassem numa escala de 1 a 5 para os seus registos” (N.T 13). Através das suas opiniões, eram assinalados diferentes aspetos a que a intervenção com esta comunidade deve ter em consideração, desde algumas limitações/incapacidades, como por exemplo “Uma das utentes comentou que antes fazia muito *sudoku* mas que agora é muito complicado [...]” (N.T 2), ou “Uma delas foi a D. AS, que apesar de ter gostado,

confessou que não conseguiu desfrutar ao máximo, uma vez que tem problemas de visão” (N.T 13), ou simplesmente personalidades e interesses distintos. De qualquer modo, tornou-se evidente que este grupo era heterogêneo, possuidor de opiniões e cuja voz poderia ser ouvida no sentido de validar as suas ideias e transformá-las em ações para que os/as próprios/as se identificassem e se sentissem valorizados.

Para além disso, assinala-se como essencial a elaboração de um projeto que seguisse um princípio de continuidade quebrando-se com uma prática rotineira de celebração de datas específicas ou a repetição das mesmas ações. Ou seja, reconheceu-se que seria pertinente a elaboração de um projeto de intervenção que, de forma contínua, e com intencionalidade socioeducativa permitisse atingir as diferentes finalidades da animação sociocultural, mantendo-se a possibilidade de variar o conteúdo/ ações do mesmo e criar momentos através dos quais os/as idosos fossem chamados a dar a sua opinião e ter um papel ativo no planeamento dessas mesmas ações.

Este raciocínio, aliado aos impactos da pandemia COVID-19 na rotina institucional, fez com que se levantasse a possibilidade de junto com os seniores pensar na estrutura de um dispositivo que fosse de encontro à finalidade de reativar o contacto com as famílias sem que estas tivessem de se dirigir ao lar. Com a entrevista à diretora da instituição, este formato poderia ser, também, relevante para familiares que se encontram a viver no estrangeiro. Tal como se viu anteriormente o centro tinha já o hábito de partilhar as suas atividades na sua página do Facebook, porém com este dispositivo valorizar-se-ia a voz dos/das residentes relativamente às suas vontades e pontos de vista até sobre o que lhe é apresentado.

Tendo estas ideias em consideração elaborou-se uma proposta de intervenção que pretendia, através da realização de entrevistas e grupos de discussão focalizada explorar estratégias capazes de aprimorar o poder de decisão e autonomia dos utentes. Partiu-se do pressuposto que seria possível incluir o grupo em decisões de maior escala relativamente a ações dirigidas ao mesmo. A proposta, mais tarde, aceite pela diretora do centro continha ainda algumas sugestões de projeto procurando-se, caso fosse necessário, ter já um conjunto de soluções que pudessem orientar as conversas com o grupo, reconhecendo a tendência por parte dos/das utentes para esperarem que as atividades lhes sejam apenas apresentadas.

No que concerne à sua concretização é possível afirmar que este percurso foi pautado por imprevistos que não deixaram de fazer sentido para aquilo que se pretendia desenvolver e que podem até ser pertinentes, uma vez que também levantam questões sobre a vontade dos seniores e a importância de respeitar as suas próprias rotinas. Uma vez realizada uma entrevista com a diretora da instituição, esperava-se reunir um conjunto de pessoas para participar nos grupos de discussão programados, no entanto dadas as suas rotinas e até mesmo relações entre si, optou-se por entrevistar alguns/algumas idosos/as.

Ao olhar para esta situação, é importante refletir mais uma vez sobre os grupos focais e os requisitos ao nível das características e relações dos/das participantes. Ou seja, de forma a causar o menor ruído possível na instituição optou-se por procurar outras alternativas, como as entrevistas ou conversas informais, pois “é imprescindível assegurar um clima confortável para a troca de experiências e impressões de carácter muitas vezes pessoal, de modo que o grupo não resulte em incontornáveis discussões frontais ou em recusa sistemática de emitir opiniões” (Carlini-Coltrini, 1996; Gaskel, 2002 Morgan, 1988 in Bonfim, 2009: 784). Assim sendo, poder-se-á dizer que os grupos funcionaram como técnica complementar para a recolha de testemunhos e opiniões.

Quando questionados/as sobre aquilo que gostariam de ver a ser feito na instituição, nem sempre se conseguiu respostas nesse sentido. Ou seja, a partir do momento em que estes/as eram requisitados a participar diretamente na sugestão de atividades que fossem dirigidas a si, as respostas foram na sua maioria vagas e curtas.

“Eu não tenho muito jeito para isso!” (Retirado de uma Entrevista)

“Falaram dos seus tempos livres e sobre aquilo que gostam de fazer no lar, no entanto quando as desafiei a pensar em coisas que poderiam ser interessantes incluir no jornal tiveram mais dificuldade. Parecia que não sabiam o que dizer e até mesmo que não estavam habituadas a este posicionamento.” (N.T 43)

“Não temos capacidade para isso” (Retirado de um Grupo de Discussão Focalizada)

Podia ser interessante, mas eu também não sei como é que a gente vai fazer isso” (Retirado de um dos Grupos de Discussão Focalizada)

“As minhas ideias agora estão todas estragadas” (Retirado de um dos Grupos de Discussão Focalizada)

Todavia, surgiram alguns pontos de vista que contradizem esta questão:

“Olhe aqui no lar eu vou-lhe explicar! Tem ali um ginásio formidável, tomara muitas casas de fisioterapia, como aquela que eu ia ali ao hospital, e não tem ninguém para ir para lá orientar-nos a fazer seja o que for e estas coisas têm de ser orientadas por pessoas que saibam! (Retirado de um dos Grupos de Discussão Focalizada)

Esta situação verificou-se também em momentos prévios à construção e desenvolvimento do projeto pois, ao ter já uma noção dos resultados que se pretendia querer atingir com o projeto de intervenção, tentei em certas ocasiões incentivar a autonomia e o poder de escolha dos/das utentes. Isto tornou-se possível, dada a liberdade e responsabilidade que me foi atribuída pela instituição, visto que tive oportunidade de sozinha intervir com os/as idosos/as implementando o plano de atividades. Assim, optei por

questionar certas utentes acerca das atividades que gostariam de participar, dando-lhes de seguida opções de escolha.

Voltando ao projeto, fez-se, mesmo assim, um levantamento de sugestões, interesses e necessidades que poderão dar sentido à continuidade do projeto.

“O grupo também não correu como eu estava à espera, mas não considero que deva descartar a sua importância, uma vez que foi a partir dele que as pude conhecer ainda mais, algo que pode ser relevante para o desenho de outras atividades e para futuras *newsletter* caso se decida abordar uma temática que vá de encontro às especificidades do grupo.” (N.T 42)

Todas estas conversas foram reconhecidas como essenciais ao desenvolvimento do projeto e, através de uma escuta ativa, fui testemunha de histórias de vida distintas que, por sua vez, dão origem a múltiplas formas de estar e agir. A partir destes momentos e daqueles que levaram à concretização deste projeto, os/as idosos/as demonstraram ser portadores/as de conhecimento e opiniões, podendo estes ser incluídos em processos de tomada de decisão sobre si e sobre o lar de modo a planear, em conjunto com a equipa, ações significativas.

Deste modo, o projeto adquiriu o formato de um jornal cuja primeira edição compila, não só registos destas conversas que foram sempre entendidas e transmitidas como momentos onde os seniores foram chamados a contribuir com os seus pontos de vista, mas também um resumo das atividades realizadas ao longo do meu percurso pela instituição e uma sopa de letras construída através de palavras escolhidas pelos/as próprios/as utentes. No primeiro volume do Jornal podem então ser encontradas rubricas como: “Mais sobre este projeto...”, através da qual se deu a conhecer a finalidade deste projeto e exemplos das opiniões, interesses e vontades recolhidos; “À conversa com...”, que neste caso espelhou também a questão anterior, explicando-se que no próximo jornal, caso a instituição decida dar continuidade ao projeto, seria destacado/a outro/a utente; “Os nossos dias...”, espaço reservado às atividades realizadas quer pela instituição, quer pela estagiária, incluindo-se fotografias e a opinião dos/das residentes também como uma tentativa de privilegiar a sua voz; e o “O Cantinho da Estimulação” com o jogo cognitivo, de forma a ir de encontro com os interesses gerais do grupo, promovendo mais uma vez o envolvimento das pessoas. Relativamente à última “coluna” deste jornal, importa destacar uma observação pertinente sobre a estratégia utilizada:

“Para além disso, tendo em consideração a heterogeneidade do grupo e a forte presença de pessoas com demência acredito que estratégias simples como esta possam ser uma forma de incluir mais indivíduos, ou seja, através de intervenções individualizadas com sentido podemos contribuir para a contínua estimulação destas pessoas ao mesmo tempo que se prepara algo para a família/ comunidade.” (N.T 46)

Ou seja, com esta iniciativa planeada em função dos testemunhos que fui recolhendo e o desenvolvimento do próprio jornal, constatei que a partir da construção de um jogo cognitivo podia não apenas incluir diferentes utentes com diferentes níveis de dependência, que tal como se viu anteriormente tornou-se alvo da minha reflexão desde o início desta experiência, mas também mostrar as suas potencialidades e permitir o seu envolvimento.

Ao longo do Jornal, optou-se também por colocar os links das publicações feitas na rede social da Instituição, de forma aos familiares e comunidade conseguirem saber mais sobre cada uma das atividades mencionadas, uma vez que nem todas as pessoas estão registadas no Facebook, Esta escolha deve-se à possibilidade de o mesmo ser partilhado através do e-mail a todos os familiares e/ou responsáveis.

Analisando o desenvolvimento deste projeto, nota-se que apesar de existir uma clara intenção de atribuir a um grupo um papel mais ativo na elaboração do mesmo, o contexto nem sempre oferece as condições necessárias para que isso aconteça na sua totalidade. Neste caso, poderão considerar-se uma série de fatores, desde as relações entre os sujeitos, a interferência indesejada no seu dia a dia e a frequência com que são requisitados a dar a sua opinião. Por sua vez, poderá reconsiderar-se as estratégias escolhidas, pensando se apenas a escuta ativa e a discussão em grupo são suficientes para empoderar os idosos e promover o seu envolvimento na preparação das atividades. Tendo em vista a minha experiência no centro, acredito que ouvir o grupo é um passo fundamental quando se pretende reconhecer e dar visibilidade aos diferentes pontos de vista. De acordo com Martins (2013: 261), “umas das funções da ASC consiste em se converter os idosos em agentes e protagonistas do seu próprio desenvolvimento”, logo, ao “elaborarmos um programa de animação com idosos surgem objetivos pertinentes e/ou pressupostos inerentes ao processo de intervenção, possibilitando-lhes a sua realização pessoal, a compreensão do meio envolvente e a sua participação na vida comunitária. Pretendemos uma maior e melhor integração desse público específico na sociedade, valorizando a sua “voz” e opiniões (atitudes criteriosas, reflexões e ideias)”. O mesmo autor declara ainda que “[n]o âmbito da intervenção, o animador deve fazer que os idosos sejam, cada vez mais, competentes e responsáveis na condução do seu próprio processo de envelhecimento”. Ou seja, ao querer envolver os/as idosos na preparação das atividades, é como se estivesse a incluí-los na organização do seu projeto de vida, nesta fase, podendo a animação sociocultural ser uma estratégia de empoderamento da comunidade. Com este projeto, foi possível dar visibilidade à sua voz, não devendo parar-se por aqui. Neste sentido, é necessário continuar a ouvi-los/as, para desenvolver atividades que vão de encontro às suas necessidades e para que se sintam parte de um processo que está relacionado com a forma como querem viver o resto das suas vidas. Ou seja, este projeto, e a desejada continuação do mesmo, devem ser encarados não apenas como uma tentativa de

incluir os/as idosos/as na preparação das atividades, mas como uma forma de estes/as se envolverem na construção do seu projeto de vida, mostrando-lhes que são capazes. Todavia, incluir o mesmo numa fase inicial do planeamento das atividades e na procura de soluções poderá exigir outros posicionamentos, o que não significa que não seja impossível ou menos importante. Tendo em consideração esta situação poder-se-á dizer, tal como Canário (2003: 19), que “[e]ntre a investigação científica e a prática profissional no terreno da educação não é possível nem seria desejável uma relação de transferência simples ou de aplicação”- Ou seja, não sendo possível ignorar a inevitabilidade da realidade, é necessário estar consciente que nem todos os métodos ou técnicas irão funcionar em todos os contextos.

Relembrando o que Sá (2018: 137- 138 in Magalhães, Pereira & Lopes (Cords.)). refere sobre a institucionalização, a autora dá a conhecer os efeitos que esta tem ao nível da autoestima, da autoimagem dos idosos e do seu comportamento, ou seja, após esta mudança as pessoas poderão ter “falta de iniciativa interesse e apatia, levando a uma deterioração física e cognitiva”. Logo revela-se, para mim, necessário, atenuar cada vez mais estes efeitos procurando, constantemente, soluções que permitam incluir as pessoas idosas na construção do seu projeto de vida, ou simplesmente, no modo como tencionam passar os seus dias.

De um modo geral, e embora não tenha sido capaz de envolver inteiramente os/as idosos/as na preparação do projeto como desejava, posso afirmar que o Jornal é apenas o resultado final de uma intervenção que, desde o início, procurou ir de encontro a princípios concretos. Para a concretização do “Jornal do CSAG” os/as idosos/as foram chamados/as a participar em conversas, a partir das quais se adquiriu uma melhor visão sobre o grupo e as suas especificidades, o que poderá levar a iniciativas que não só estejam em concordância com a realidade mas que também revelem as suas ideias e decisões, promovendo a sua autonomia, ao mesmo tempo que se promove a relação com a família e comunidade.

Considerações Finais

De modo a finalizar este trabalho, é fundamental fazer as últimas considerações sobre o meu percurso de estágio, tendo sido a primeiro contacto com este tipo de instituição e aquilo que poderá assemelhar-se a uma experiência profissional de alguém com formação em Ciências da Educação.

Ao olhar para o meu percurso, acredito que o processo de acolhimento da instituição e de inserção no seu quotidiano têm atualmente um forte impacto no modo como reflito sobre questões associadas ao envelhecimento, a vida e o trabalho numa instituição para a terceira idade. O impacto com a realidade marca sem dúvida esta experiência, pois ao deparar-me com um enorme nível de dependência, o receio e a incerteza foram sentimentos que numa fase inicial fizeram com que eu pusesse em causa a minha decisão.

Contudo e, apesar da falta de experiência nesta área, torna-se rapidamente clara a diversidade de experiências, interesses e necessidades e, por isso, uma heterogeneidade que obriga ao rompimento com quaisquer estereótipos e preconceitos sobre as pessoas idosas caso se pretenda intervir junto das mesmas.

“O impacto com a realidade é algo que tem marcado este estágio. Embora tenha estudado o envelhecimento, estar agora numa instituição onde pessoas idosas residem, fez-me perceber que existem ainda muitos aspetos que merecem a minha atenção, e que antes tinham passado despercebidos por nunca ter lidado com eles, como por exemplo a demência.” (N.T 21)

Por sua vez, ao refletir sobre as práticas profissionais e a constante procura de sentido na intervenção observada nota-se uma clara vontade e insistência em realçar as potencialidades deste grupo, promover o seu envolvimento afirmando-se a importância de uma escuta ativa, do diálogo e da comunicação. Para além disso, a permanência no contexto deu asas ao desenvolvimento de relações de confiança, empatia e de respeito que vieram dar sentido a esta experiência, reconhecendo-se agora que um profissional das Ciências da Educação não poderá desligar-se do ambiente à sua volta. Desenvolver interações significativas poderá constituir-se como um passo crucial na intervenção com a terceira idade, pois estas permitem conhecer, realmente, as especificidades do grupo com quem se trabalha. Sendo, assim, poder-se-á dizer que do ponto de vista das Ciências da Educação revela-se essencial compreender a realidade sob o ponto de vista dos sujeitos que são também “objetos de conhecimento”. Estes têm “o domínio sobre o aparecimento e o desenvolvimento dos fenómenos” cabendo-nos a nós “completar ou de mediatizar [a nossa abordagem] com as significações que lhe dão os actores e que deverão ser apreendidas, pois elas são elementos constitutivos de todas as situações educativas, sejam elas complexas ou aparentemente mais simples.” (Berger, 2009: 190-191). Isto pressupõe, mais uma vez, o distanciamento face a

qualquer juízo de valor sobre a terceira idade, olhando para os elementos desta comunidade como produtores de conhecimento sobre a realidade vivida.

Apoiando-se em Guiddens (1998: 27), Canário (2003: 16-17) afirma que as Ciências da Educação “(...) formalizam processos de reflexividade social que permitem à sociedade pensar-se a si própria, examinando e modificando de modo permanente as práticas sociais em função da informação adquirida sobre elas”. Logo, ao refletir sobre este percurso acredito que o mesmo, incluindo o projeto desenvolvido e as reflexões que aqui se encontram, poderão constituir-se como um possível contributo para a instituição repensar as suas práticas e procurar cada vez mais formas de envolver os/as idosos/as no planeamento das atividades.

Uma outra questão pertinente relaciona-se com a animação sociocultural e a sua aplicação neste tipo de contextos, na medida em que esta é, claramente, uma prova de como na educação não existem fronteiras, sendo esta “um processo amplo e difuso – que ocorre em todos os tempos e espaços de vida” (Cavaco & Costa : 75-76: 2019), chamando a atenção para a “diversidade e amplitude os fenómenos educativos”. Com base neste pressuposto, as Ciências da Educação recorrem a diferentes áreas do saber para melhor compreender esses fenómenos. Esta experiência não poderia, assim, deixar de se basear nesta questão, o que obrigou ao “apelo a uma pluralidade de perspetivas e mesmo de linguagens distintas” (Canário in Antunes et al. 2019: 109), como a psicologia, a gerontologia, a medicina, entre outras,... Neste sentido, e dada a complexidade do contexto em que estive inserida revela-se cada vez mais importante uma constante atualização de conhecimento por parte dos/das profissionais que trabalham estas questões:

“A complexidade que caracteriza os fenómenos educativos justifica a formação de profissionais competentes do ponto de vista científico, técnico e humano, capazes de agir em função da especificidade da situação e do contexto, com intencionalidade, rigor, coerência, reflexividade e ética. (Cavaco & Costa in Antunes et al. 2019: :76)

Tendo em consideração o foco deste trabalho, uma das questões que poderá fazer sentido problematizar, está relacionada com o modo como a intervenção socioeducativa surge no plano de atividades destas instituições. Ou seja, em conjunto com outros/as profissionais, um especialista em educação poderá ter um papel fundamental ao apresentar uma visão alternativa sobre o que é a animação sociocultural, refletindo até que ponto esta tem que ser pensada em função do tempo que se ocupa para as atividades.

Os/As idosos/as institucionalizados/as que veem as suas vozes e vidas passadas reconhecidas poderão encontrar nestas instituições algum sentido e continuar a investir no seu desenvolvimento pessoal. Isto só será possível se os/as profissionais que atuam com esta comunidade basearem a sua intervenção desligada de qualquer juízo de valor ou ideia

estereotipada sobre o envelhecimento, propondo diferentes alternativas que vão de encontro à diversidade de interesses, necessidades e até limitações, reconhecendo que antes de ali chegarem, as pessoas idosas têm histórias de vida que moldam a sua personalidade. Deve, sobretudo, reconhecer-se que a possibilidade de nos continuarmos a descobrir e desenvolver não termina com a reforma, a idade avançada ou a institucionalização.

Para terminar, acredito que o contacto com a realidade e este estágio constituem-se, atualmente, como as experiências mais significativas da minha formação, pois pela primeira vez, foi-me dada a oportunidade de me afirmar enquanto especialista da educação, conhecer diferentes lógicas de trabalho e profissionais com uma forte paixão por aquilo que fazem, querendo a cada dia que passa fazer melhor para que os/as residentes se sintam acolhidos. A partir daqui, reconheço cada vez mais a importância desta resposta social e do trabalho que aqui se desenvolve, pois sem ela muitos/as idosos/as e/ou famílias ver-se-iam desamparadas, sem condições e/ou tempo suficiente para dar a devida atenção que esta comunidade necessita.

Referências Bibliográficas

Amado, João (2014). *Manual de Investigação Qualitativa em Educação*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Amorim, Isabel (2010). *O Encontro das Ciências da Educação com um “Eu” Profissional num Contexto de Trabalho Formativo: A Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Gondomar*. Relatório de Estágio. Faculdade de Psicologia e de Ciência da Educação da Universidade do Porto, Porto, Portugal.

Baptista, António (2014). Animação Sociocultural: imprecisões, ambiguidades, incertezas e controvérsias de uma ocupação profissional. In Fórum Sociológico. Série II (25). 23-31

Baptista, Simone (2018). *Gerontologia Educativa: a educação como mecanismo capaz de conceber empowerment à pessoa idosa*. Dissertação de Mestrado. Instituto Superior de Serviço Social do Porto, Porto, Portugal

Bardin, Laurence (1977) *A Análise de Conteúdo*, Lisboa: Ed. 70.

Barros, Rosanna (2018). Estratégias intergeracionais de animação socioeducativa como contributo para um Envelhecimento Ativo In *A animação sociocultural e a educação intergeracional -no contexto do envelhecimento no meio rural e urbano: atividades, técnicas e estratégias para uma vida ativa* (185-192). Magalhães, Alexandra; Pereira, José & Lopes Marcelino (Cords.). Chaves: Intervenção - Associação para a Promoção e Divulgação Cultural

Berger, Guy (2009). A Investigação em Educação: Modelos socioepistemológicos e inserção institucional In Educação, Sociedade & Culturas (28), 175-192

Bonfim, Leny (2009). Grupos focais: conceitos, procedimentos e reflexões baseadas em experiências com o uso da técnica em pesquisas de saúde In Physis Revista de Saúde Coletiva, 19 [3]. 777-796.

Burgess, Robert (1997). *A pesquisa de terreno: Uma introdução*. Oeiras: Celta Editora.

Cabral, Manuel (Cord) (2013). *Processos de envelhecimento em Portugal. Usos do tempo, redes sociais e condições de vida*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Canário, Rui (1999). *Educação de adultos: Um campo e uma problemática*. Lisboa: Educa.

Canário, Rui (2003). O impacte social das ciências da educação. O Estado da Arte em Ciências da Educação: Actas do VII Congresso da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, VII, 1-23.

Canário, Rui (2019). Ciências da Educação: saber científico, agir profissional e construção identitária In Antunes, Maria; Medina, Teresa; Caramelo, João; Magalhães, António & Ferreira, Manuela (Org). *Ciências da Educação em Portugal: Saberes, Contextos de Intervenção e Profissionalidade*. Porto: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação.

Carvalho, Adalberto & Baptista, Isabel (2008). Ética e formação profissional: Problemáticas antropológicas e dilemas éticos na intervenção socioeducativa. In Banks, Sarah & Nohr, Kirsten (Coords.), *Ética Prática para as Profissões do Trabalho Social* (19-32). Porto: Porto Editora.

Carvalho, Matilde (2014). *O cuidado paliativo a idosos institucionalizados: vivência dos cuidadores*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Medicina da Universidade do Porto, Porto, Portugal.

Cavaco, Carmen & Costa, Vanessa (2019). Formação em ciências da educação – diversidade de áreas e de contextos de intervenção? In Antunes, Maria; Medina, Teresa; Caramelo, João; Magalhães, António & Ferreira, Manuela (Org). *Ciências da Educação em Portugal: Saberes, Contextos de Intervenção e Profissionalidade*. Porto: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação.

Correia, Ana (2013). *A animação sociocultural e o trabalho com Idosos – uma experiência num centro de dia*. Relatório de Estágio. Faculdade de Psicologia e de Ciência da Educação da Universidade do Porto, Porto, Portugal.

Costa, Maria (1999). *Cuidar de Idosos: Formação, Práticas, e Competências dos Enfermeiros*, Formasau, 2ª Edição, Coimbra: Edições Sinais Vitais.

Fernandes, António (2005). Processos e estratégias de envelhecimento. Revista da Faculdade de Letras do Porto: Sociologia, 15, 223-247.

Fonseca, Mariana (2011). *Empoderamento, sabedoria e envelhecimento bem-sucedido: um estudo qualitativo numa comunidade*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Porto Portugal.

Fonte, Rui (2018). O contributo do animador sociocultural para um envelhecimento com vida ativa no mundo rural In *A animação sociocultural e a educação intergeracional -no contexto do envelhecimento no meio rural e urbano: atividades, técnicas e estratégias para uma vida ativa* (243-250). Magalhães, Alexandra; Pereira, José & Lopes Marcelino (Cords.). Chaves: Intervenção - Associação para a Promoção e Divulgação Cultural.

Gillet, Jean (1995) *Animation et animateurs*. Paris: L'Harmattan.

Instituto da Segurança Social, I.P. (2017). Guia Prático – Apoios Sociais – Pessoas Idosas.

Lopes, Marcelino (2018). Animação Sociocultural, Gerontodrama, Educação Intergeracional e Práticas Comunitárias In *A animação sociocultural e a educação intergeracional -no contexto do envelhecimento no meio rural e urbano: atividades, técnicas e estratégias para uma vida ativa* (279 -286). Magalhães, Alexandra; Pereira, José & Lopes Marcelino (Cords.). Chaves: Intervenção - Associação para a Promoção e Divulgação Cultural.

Lopes, Marcelino (2019). A animação sociocultural, a educação social e os desafios da contemporaneidade In *Revista Sorocaba* Vol.5 (2), 61-74.

Lourenço, Paulo (2014). *Institucionalização do Idoso e Identidade*. Dissertação de Mestrado. Instituto Politécnico de Portalegre. Portalegre, Portugal.

Martins, Ernesto (2013). *Gerontologia & Gerontologia e Animação Sociocultural em Idosos*. Lisboa: Editorial Cáritas.

Oliveira Lúcia (2012). *Atitudes sexuais e idadeismo na terceira idade*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, Porto, Portugal
Organização Mundial de Saúde (2015). *Resumo do Relatório Mundial de Envelhecimento e Saúde*. Estados Unidos da América: OMS.

Osório, Augustín (1998). Animação sociocultural na terceira idade. In Jaume Trilla (Coord.), *Animação sociocultural: Teorias, programas e âmbitos* (251-263). Lisboa: Instituto Piaget.
Paúl, Constança. (2017). Envelhecimento activo e redes de suporte social. *Sociologia : Revista Da Faculdade De Letras Da Universidade Do Porto*, (15).275- 287.

Pérez, Víctor (2018). Neuroanimação e Envelhecimento In *A animação sociocultural e a educação intergeracional-no contexto do envelhecimento no meio rural e urbano: atividades,*

técnicas e estratégias para uma vida ativa (59-66). Magalhães, Alexandra; Pereira, José & Lopes Marcelino (Cords.). Chaves: Intervenção - Associação para a Promoção e Divulgação Cultural.

Peruzzo, Cicilia (2017). Pressupostos epistemológicos e metodológicos da pesquisa participativa: da observação participante à pesquisa-ação In *Estudios sobre las Culturas Contemporáneas*, XXIII(III), 161-190.

Pinto, Carla (2011). *Representações e práticas do Empowerment nos trabalhadores sociais*. Tese de Doutoramento, Instituto de Ciências Sociais e Políticas - Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, Portugal.

Pinto, Carla. (2013). Uma Prática de Empowerment com Adultos Idosos. In Maria, Carvalho (Ed), *Serviço social no envelhecimento* (49-64). Lisboa: Pactor.

Pires, Ana (2022). *O impacto da música nas pessoas idosas*. Dissertação de Mestrado. Instituto superior de Lisboa e Vale do Tejo. Lisboa, Portugal.

Pordata, Fundação Manuel do Santos, Esperança de Vida e Mortes; Esperança de vida à nascença: total e por sexo (base: triénio a partir de 2001). Retirado em Março 6, 2023 de [https://www.pordata.pt/Portugal/Esperan%C3%A7a+de+vida+%C3%A0+nascen%C3%A7a+total+e+por+sexo+\(base+tri%C3%A9nio+a+partir+de+2001\)-418](https://www.pordata.pt/Portugal/Esperan%C3%A7a+de+vida+%C3%A0+nascen%C3%A7a+total+e+por+sexo+(base+tri%C3%A9nio+a+partir+de+2001)-418).

Quivy, Raymond & Campenhoudt, Luc Van. (2008). *Manual de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gradiva.

Rabelo, Dóris & Neri, Anita (2013). Intervenções psicossociais com grupos de idosos. In *Revista Kairós Gerontologia*, 16(6). 43-63.

Ribeiro, António (2007). *Imagens da velhice em profissionais que trabalham com idosos*. Dissertação de Mestrado. Universidade de Aveiro. Aveiro, Portugal.

Ribeiro, Solange (2009). *O Idoso e a Institucionalização: melhoria de vida ou segregação*. Dissertação de Mestrado. Instituto Superior de Psicologia Aplicada. Lisboa, Portugal.

Sá, Isabel (2018). Musicoterapia... Despertares In *A animação sociocultural e a educação intergeracional-no contexto do envelhecimento no meio rural e urbano: atividades, técnicas e*

estratégias para uma vida ativa (135-139). Magalhães, Alexandra; Pereira, José & Lopes Marcelino (Cords.). Chaves: Intervenção - Associação para a Promoção e Divulgação Cultural.

Sá, Paula (2018). *Envelhecimento e qualidade de vida—discursos políticos e narrativas de grupos de idosos sobre os seus quotidianos*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade do Porto, Porto, Portugal.

Schneider, Rodolfo & Irigaray, Tatiana (2008). O envelhecimento na atualidade: aspectos cronológicos, biológicos, psicológicos e sociais In *Estudos de Psicologia* 25 (4). 585-593.

Sociedade Portuguesa das Ciências da Educação (2020). *Carta Ética das Ciências da Educação*. Porto: Sociedade Portuguesa das Ciências da Educação.

Teixeira, Susana (2016). *O desafio de envelhecer: uma experiência firmada na centralidade e nos sentidos da escuta, valorização e reconhecimento dos saberes dos/as seniores do Centro Comunitário de São Cosme*. Relatório de Estágio. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, Porto, Portugal.

Veloso, Ermelinda (2009). Terceira idade: uma construção social In *Revista galego-portuguesa de psicoloxía e educación* vol. 17, (1,2). 1138-1663.

Viude, Andréa (2018). A intervenção domiciliária e a valorização da participação comunitária In *A animação sociocultural e a educação intergeracional -no contexto do envelhecimento no meio rural e urbano: atividades, técnicas e estratégias para uma vida ativa* (287-293). Magalhães, Alexandra; Pereira, José & Lopes Marcelino (Cords.). Chaves: Intervenção - Associação para a Promoção e Divulgação Cultural.

Zimmerman, Guite (2000). *Velhice: Aspectos biopsicossociais*. Porto Alegre: Artmed.

Zimmerman, M. (2000). Empowerment Theory: Psychological, Organizational and Community Levels of Analysis. In J. Rappaport & E. Seidman, *Handbook of Community Psychology* (43-63). New York: Kluwer Academic/Plenum Publishers.

Apêndices

Apêndice I – Guião para a entrevista realizada com a Diretora da Instituição



Guião de Entrevista

Destaque de alguns aspetos/palavras que caracterizam o Centro (Pergunta de Abertura)

Dimensão Profissional

- Percurso dentro da instituição
- Funções e Responsabilidade na Instituição

Objetivo: Compreender como chegou à instituição, o que tem desenvolvido desde então e qual a sua formação, dado o nosso principal interesse.

Intervenção com as famílias

- Atividades com a família pré-pandemia
- Contacto com a família (atualmente)

Objetivo: Compreender que tipo de atividades eram realizadas com a família e/ou comunidade antes da pandemia e quais foram os impactos da pandemia a este nível de modo a perceber qual a importância de uma intervenção nesse sentido.

Utentes

- Caracterização do Público-Alvo
- Relação com a família
- Seleção das pessoas para os grupos de discussão

Objetivo: Conhecer melhor os/as utentes e qual a sua relação com a família de modo a compreender que pessoas poderão participar nos grupos de discussão.

O trabalho com a terceira idade

- Principais desafios ao trabalhar nesta área (possíveis melhorias, políticas, apoios, etc,...)
- Necessidades da instituição? O que é prioritário fazer?
- O que gostaria de ver acontecer no futuro? Que expectativas tem em relação às atividades e projetos que poderão ser realizados para os idosos?

Objetivo: Conhecer o ponto de vista da entrevistada relativamente à opinião pública sobre a área do envelhecimento e ainda qual a sua visão relativamente às políticas existentes.

Apêndice II – Guião para a realização dos grupos de discussão



Rita Pereira Rodrigues
Estágio Curricular – Centro Social Arcanjo Gabriel

Guião de Orientação para os Grupos de Discussão Focalizada/ Conversas

- Ocupação dos tempos livres (na instituição, antes da institucionalização, enquanto trabalhava, depois de se reformar...)
- Em relação às atividades que aqui se realizam (passeios, trabalhos manuais, fichas, jogos,...) quais são as que mais gosta e as que menos gosta.
- Necessidades, limitações nas atividades que aqui se realizam
- Contacto com a Família (frequência, com quem costuma estar, gostava de estar mais vezes?)
- Facebook (têm facebook, quem na família tem Facebook? Porque usam? Segue ou seguem a página do centro? Qual a opinião da famílias/amigos sobre as publicações na páginas do centro?)
- Sobre que assuntos que gostam de conversar? Com quem? (Outros/as idosos/a, auxiliares, família,...)
- Opinião sobre uma atividade para a família e o que gostariam de fazer?

Apêndice III – Propostas de Intervenção



Rita Pereira Rodrigues
Estágio Curricular – Centro Arcanjo Gabriel

Projeto do Intervenção

Metodologia de Intervenção

Animação Sociocultural como uma tentativa de *“restituir aos indivíduos as suas capacidades e poderes de decisão”* (Teixeira, 2016: 35). A intervenção basear-se-á num modelo de animação que reconhece os sujeitos como produtores de cultura, capazes de tomar de decisões de maior escala relativamente ao projeto. Com esta intervenção, entende-se que a troca de ideias, saberes e valores entre idosos/as e “animadora” poderá ser o ponto de partida para a concretização de ações cuja finalidade assenta na reaproximação da família. Uma vez realizada a análise dos interesses e necessidades do grupo pretende-se que as ações a definir sejam pensadas a partir do **princípio da continuidade**, ou seja, é importante, com esta intervenção criar um dispositivo que permita de forma continuada, manter o contacto com as famílias e promover o desenvolvimento integral dos/das idosos/as.

Esta proposta tem em consideração os impactos da pandemia COVID-19 nas rotina institucional e a publicação de alguns registos das atividades do centro na plataforma *Facebook*.

Objetivos Estratégicos

- Reativar o contacto com a família
- Empoderamento dos/as idosos/as

Objetivos Operacionais

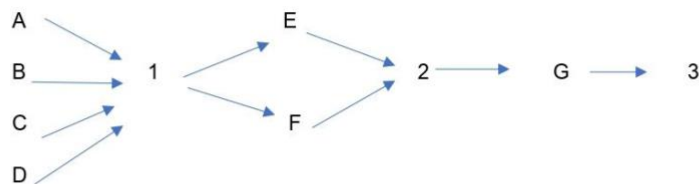
1. Explorar estratégias capazes de promover o poder de decisão e a autonomia dos/das utentes
2. Promover ações que estejam em concordância com as especificidades do grupo
3. Promover o desenvolvimento integral dos/das utentes

Ações

- A. Realização de uma entrevista à diretora e/ou psicóloga sobre os cuidados a ter dado os diferentes históricos familiares dos/das utentes
- B. Seleção de utentes para a participação em grupos de discussão focalizada;
- C. Definição de possíveis datas para a realização de grupos de discussão focalizada;

- D. Realização de grupos de discussão focalizada com os/as utentes;
- E. Definição de ações e atividades a desenvolver consoante a análise dos grupos;
- F. Criação de uma estrutura que promova o contacto com os familiares;
- G. Avaliação do projeto e definição de outras ações a desenvolver

Rede PERT



Algumas ideias:

1. Elaboração de Newsletters mensais (versão digital e manuscrita)

- Realização de entrevistas (ex-trabalhadores/as dos TLP);
- Resumo do mês;¹
- Trabalhos sobre uma temática à escolha

2. Elaboração de podcasts

- Realização de entrevistas (ex-trabalhadores/as dos TLP);
- Resumo do mês;
- Trabalhos sobre uma temática à escolha

¹A primeira newsletter poderá dar conta dos meses de estágio.

Projeto de Intervenção

Metodologia de Intervenção:

Animação Sociocultural como uma tentativa de “restituir aos indivíduos as suas capacidades e poderes de decisão” (Teixeira, 2016: 35). A intervenção basear-se-á no modelo de animação que reconhece os sujeitos como produtores de cultura, capazes de tomar de decisões de maior escala relativamente ao projeto. Com este, entende-se que a troca de saberes e valores entre idosos/as e “animadora” poderá ser o ponto de partida para o estabelecimento de parcerias que têm em consideração as especificidades do grupo.

Uma vez realizada a análise dos grupos de discussão, pretende-se que as ações a definir sejam pensadas a partir do **princípio da continuidade**, ou seja, é importante, com esta intervenção estabelecer ligações que permitam de, forma continuada, atender às necessidade e interesses do grupo ao mesmo tempo que se promove a interação com a comunidade.

Objetivos Estratégicos

- Fomento de relações de proximidade com instituições locais
- Empoderamento dos/as idosos/as

Objetivos Operacionais

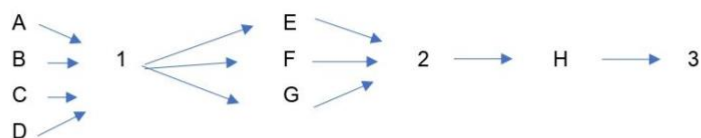
1. Explorar estratégias capazes de promover o poder de decisão e a autonomia dos/das utentes
2. Promover ações que estejam em concordância com as especificidades do grupo
3. Promover o desenvolvimento integral dos/das utentes

Ações

- A. Conversar individualmente com os/as utentes sobre os seus interesses, necessidades e limitações;
- B. Seleção de subgrupos tendo em consideração características em comum;
- C. Definição de possíveis datas para a realização de grupos de discussão focalizada;
- D. Realização de grupos de discussão focalizada com os/as utentes;
- E. Definição de ações e atividades a desenvolver consoante a análise dos grupos;

- F. Identificação de possíveis parcerias e instituições do concelho cuja missão vá de encontro aos interesses e necessidades levantados;
- G. Estabelecimento de parcerias com instituições da região;
- H. Avaliação do projeto e definição de outras ações a desenvolver

Rede PERT



Algumas ideias

1. Intercâmbio com uma escola/creche
2. Grupo de Teatro
3. Coro/Grupo Musical
4. Grupo de pintura
5. Dança
6. Desporto – Assistir a treinos de futebol/ Bilhar
7. Parque Biológico de Gaia
8. Cruz Vermelha Portuguesa - Complexo de neurointervenção (pessoas com demência)

Apêndice IV – Consentimento Informado para a Entrevista



Rita Pereira Rodrigues
Estágio Curricular

Consentimento Informado

Eu, _____ declaro que estou de acordo em participar numa entrevista conduzida pela estudante Rita Pereira Rodrigues, no âmbito de um Projeto de Intervenção a realizar-se durante um estágio curricular sob a orientação da Prof.^a Doutora Alexandra Sá Costa.

A entrevista irá realizar-se na instituição e serei convidada a falar sobre os/as utentes e o trabalho desenvolvido em instituições para a terceira idade. Este momento será gravado e, posteriormente, transcrito. A informação recolhida será usada para preparar o projeto de intervenção tendo em consideração as características do público-alvo, através do qual se pretende desenvolver um dispositivo que promova o contacto com a família e/ou comunidade.

Tenho consciência que o tratamento dos dados obtidos garante o anonimato da entrevistada, nunca sendo feito qualquer tipo de uso que possa revelar a identidade da participante. Sou inteiramente livre de participar ou não nesta entrevista, podendo-me retirar a qualquer momento. Sou igualmente livre de recusar responder a qualquer pergunta.

Se tiver qualquer questão ou apreensão com esta entrevista, poderá contactar as seguintes pessoas:

- Rita Pereira Rodrigues, estudante do Mestrado em Ciências da Educação da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, através do email up201807147@up.pt

- Professora Doutora Alexandra Sá Costa, através do email alexandra@fpce.up.pt

Compreendo os procedimentos acima descritos. As minhas questões foram respondidas de forma satisfatória e concordo em participar nesta entrevista. Foi-me dada uma cópia deste protocolo.

(Assinatura)

Data

Apêndice V – Consentimento Informado para os Grupos de Discussão Focalizada



Rita Pereira Rodrigues
Estágio Curricular – Centro Social Arcanjo Gabriel

Consentimento Informado

Eu, _____ declaro que estou de acordo em participar num Grupo de Discussão Focalizada conduzido pela estudante Rita Pereira Rodrigues, no âmbito de um Projeto de Intervenção a realizar-se durante um estágio curricular sob a orientação da Prof.^a Doutora Alexandra Sá Costa.

O Grupo de Discussão irá realizar-se na instituição e serei convidado/a a falar sobre as atividades realizadas na instituição, os meus interesses e necessidades com o objetivo de participar ativamente na construção do projeto de intervenção, o qual pretende desenvolver um dispositivo que promova o contacto com a família e/ou comunidade. Este momento será gravado e, posteriormente, transcrito.

Tenho consciência que o tratamento dos dados obtidos garante o anonimato dos/das participantes, nunca sendo feito qualquer tipo de uso que possa revelar a identidade dos/das participantes. Sou inteiramente livre de participar ou não neste grupo podendo-me retirar a qualquer momento. Sou igualmente livre de recusar responder a qualquer pergunta.

Se tiver qualquer questão adicional sobre o Grupo de Discussão, poderá contactar as seguintes pessoas:

- Rita Pereira Rodrigues, estudante do Mestrado em Ciências da Educação da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, através do email up201807147@up.pt
- Professora Doutora Alexandra Sá Costa, através do email alexandra@fpce.up.pt

Compreendo os procedimentos acima descritos. As minhas questões foram respondidas de forma satisfatória e concordo em participar nesta entrevista. Foi-me dada uma cópia deste protocolo.

(Assinatura)

Data

Apêndice VI – Propostas de Atividade

Proposta de Atividade

Título	Quem quer ser bilionário? ¹
Descrição	Esta atividade tem em consideração algumas iniciativas já desenvolvidas. Consiste na realização de um quiz (estilo programa de televisão), elaborado através de uma plataforma digital. Poderá ser exposto em grande ecrã para que mais pessoas possam participar. As perguntas serão de cultura geral e/ou relacionadas com o centro e devem ser adequadas para o grupo em questão. Irão surgir quatro possíveis respostas sendo uma delas correta. Poderão ser incluídas imagens ou até excertos de uma música, por exemplo.
Objetivos	→ Estimulação Cognitiva → Incentivar o Trabalho em Equipa² → Proporcionar um momento de lazer → Despertar o interesse pelas tecnologias
Recursos	→ Computador → Cadeiras e Cadeirões → Projetor ou Televisão → Microfone → Coluna → Prémio por decidir- lanche especial?

Exemplo de questões:

- Complete os provérbios
- Complete a música
- Quem é esta pessoa?
- Qual o nome da diretora do lar?
- Em que dias há passeio ao exterior/ginástica?
- A que horas é o lanche?

¹ O título poderá sofrer alterações consoante o prémio escolhido.

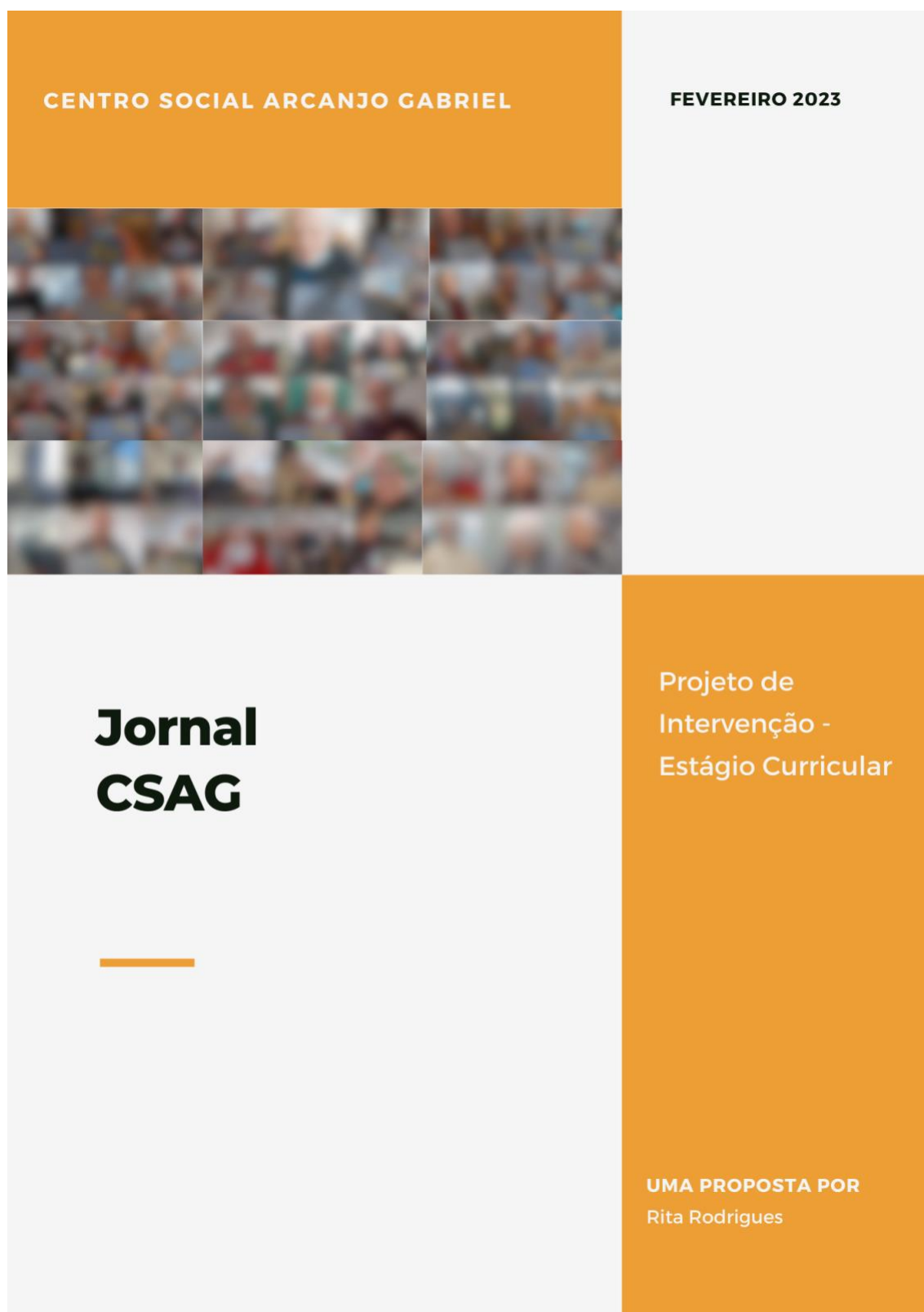
² Poderão ser selecionados/as porta-vozes, mas não se pretende incentivar competição ou qualquer conflito.

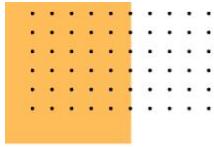
Proposta de Atividade

Título	Stop
Descrição da Atividade	Realização do jogo do stop em equipas (2 / 3 pessoas) O abecedário poderá aparecer numa roleta e com a letra selecionada os/as participantes devem escrever uma palavra para cada categoria.
Objetivos	• Estimulação cognitiva • Aumento da autoestima • Promover o trabalho em equipa • Promover um momento de lazer
Recursos	• Computador (caso se opte pela utilização da roleta) • Mesas • Papéis • Lápis e Canetas

Possível data de realização:

Dia 9 de Dezembro, Sexta-Feira às 15 horas





O que é?

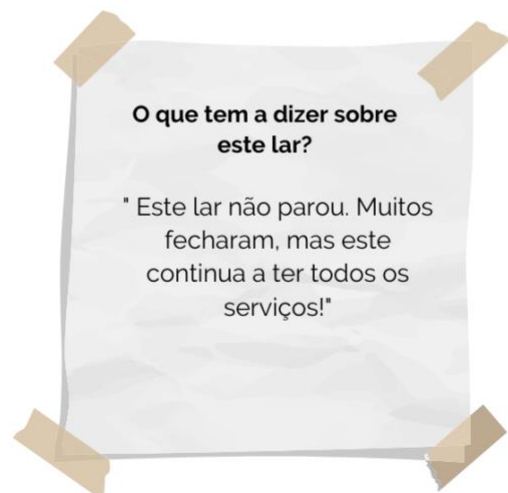
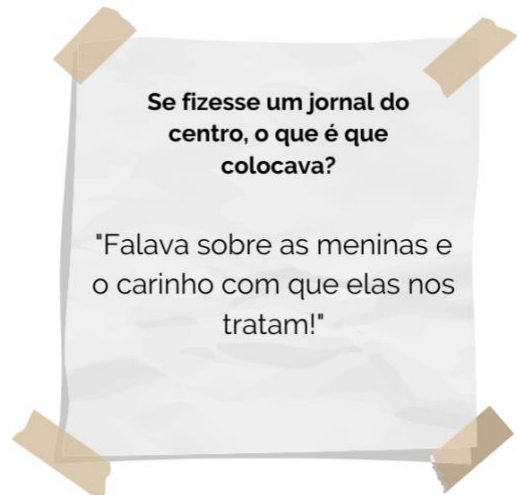
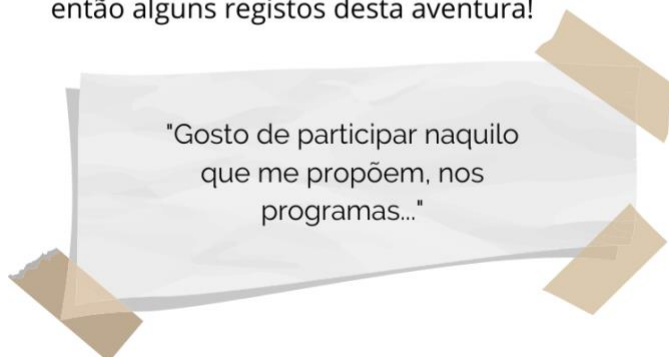
Este jornal é o resultado do nosso projeto de intervenção, a pensar nas pessoas que tanto gostam de acompanhar a vida no lar. É nosso, pois foi construído com os/as utentes a fim de explorar estratégias capazes de aprimorar o poder de decisão dos mesmos. Com este trabalho, poderá saber mais sobre o que se passou ao longo dos meses em que estive presente entre outras surpresas.

- Rita Rodrigues, estagiária do Mestrado em Ciências da Educação

Mais sobre este projeto...

Para se chegar até aqui foram realizados grupos e entrevistas de forma a perceber-se, de um modo geral, quais os interesses e necessidades dos/das utentes. Pretendia-se antes de tudo criar um dispositivo de contacto com a família, pois sabemos que a pandemia alterou a dinâmica do centro nesse sentido. E quem melhor que os/as próprios/as residentes para decidirem o que um jornal do centro devia incluir?

Espera-se que este seja um projeto contínuo que permita aos familiares e amigos saber mais sobre aquilo que aqui se passa! Aqui os utentes podem dar o seu testemunho e contribuir para a construção de algo. Seguem então alguns registos desta aventura!





"Sabe o que é que eu gosto? Daquelas fichas! Fazem-nos puxar pela cabeça!"

"Aqui gostava de jogar. Eu joguei durante muito tempo dominó!"

"Ao domingo, isso era sagrado, saía de manhã com ela [mulher] e só chegávamos à noite!"

Aqui podemos encontrar registos de conversas com alguns utentes, no entanto, é apenas uma amostra. Com estas conversas, procurou-se conhecer os/as utentes, como passam e passavam os seus tempos livres, que atividades gostam mais, qual a relação com a família e se estavam atentos às publicações do *facebook* já que também é uma forma de contacto com o exterior. Falamos ainda sobre tudo aquilo que os/as utentes quiseram partilhar.

E se o senhor "DD" e o senhor "A" gostam de falar sobre a sua carreira profissional, a D. "VV" afirma que está sempre pronta para ajudar naquilo que é preciso. O senhor "G" foi formador e recorda com felicidade esses momentos, diz que também aprendeu muito. A D. "AX" falou sobre as inundações em São Bento, será que podia haver um espaço para os nossos utentes comentarem as notícias mais importantes? Percebi ainda que são pessoas muito viajadas e cheias de histórias. Assim, realizou-se um levantamento de ideias e interesses que poderão estar na origem dos próximos jornais e atividades. Importa que os utentes tenham também um papel ativo na construção de algo que é para si.



À conversa com...

Para este primeiro jornal trazemos também a rubrica "À conversa com..." através da qual se pretende destacar uma conversa com um/a utente dependendo da temática a ser trabalhada em cada jornal. Neste caso, optou-se por partilhar a entrevista com a D. Rosa, sendo esta mais um exemplo das conversas com os/as utentes. A D. "AN" considerou este momento muito útil.

1. Eu começava por algo mais geral e pedia-lhe que falasse sobre os seus tempos livres.

Eu depois que me reformei, tinha o tempo muito livre de maneira que a minha vida era a vida de casa e depois ia passear, fazer turismo sozinha. Eu gosto muito de ver museus, igrejas antigas, galerias de pintura, todas essas coisas eu aprecio. O Porto tem muito que ver e eu saía, depois de almoço tinha tudo arranjadinho e lá ia eu fazer turismo, por aí fora.

2. E hoje em dia?

Hoje em dia é esta coisa (vida no lar) aqui assim. Tenho mais cuidado com o meu marido, pequenos pormenores que as funcionárias coitadinhas não podem fazer não é? Estou sempre ao pé dele para lhe dar apoio, por isso eu vim para aqui.

3. Já que estamos a falar sobre família, alguém da sua família costuma estar atento/a àquilo que é publicado no facebook?

Acho que sim.

4. E o que dizem sobre isso? Gostam de a ver?

Gostam! Quando apareço. Ai se gostam! Quando se plantou ali aquelas japoneiras que eu trouxe, foi no dia da primavera, a diretora, entrevistou-me para eu contar como é que foi, que trouxe aquelas coisas, como é que fiz.

Eu disse, que as semeiei, que aproveitei coisas e elas cresceram e eles (familiares) disseram que eu dava um boa repórter (risos), os outros deram-me os parabéns também.

5. E o que achou dessa experiência?

Ah foi boa! Fiquei contente porque eles disseram "Agora a senhora aparece muito no facebook, tá a dar uma boa repórter!"

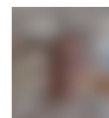
6. Então se tivéssemos uma atividade que envolvesse esse tipo de dinâmica, uma conversa... Algo que eu chegasse ao pé de si e perguntasse "Olhe hoje preciso que me fale sobre isto!" Algo que eu pudesse incluir num jornal do lar?

Ah isso só se fosse as atividades do lar ou qualquer coisa que se passa aqui, não é?

7. Eu perguntei a algumas pessoas se tinham sugestões de temáticas para um jornal do centro e eu acredito que um jornal tem muita coisa. Podia ser um resumo do que se passa aqui...

Um resumo claro!

(concordou com a realização de entrevistas para o jornal e falamos novamente sobre a localização do lar e na sua perspetiva é também um tema interessante)



**"O lar está muito bem situado! Está longe de movimento,
de transportes, não podia estar mais bem situado! Com o
mar tão pertinho! Campos viçosos e a floresta!"**

D. "AN"

**Um momento de reflexão que pode dar origem a muitos outros.. Quem será
o/a próximo/a?**

Os nossos dias ...

Este espaço será reservado ao resumo das atividades aqui realizadas. O primeiro evento a destacar é a nossa exposição de outono. Também ela é fruto do trabalho em equipa e todos/as ficaram muito contentes ao ver os quadros expostos no salão. Com estes quadros mostramos como aquilo que a natureza nos dá pode ser transformado em arte.



"A Mulher"



"O Homem"



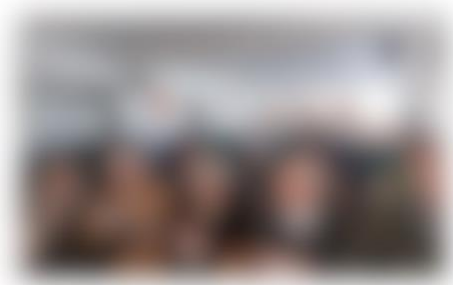
" O Vendaval"



"A Coruja"

Nestes quadros podemos encontrar folhas que caíram das árvores do centro, alguns ramos e até feijões. Este foi um trabalho que permitiu a cada utente explorar a sua criatividade e as suas potencialidades.

Existe um plano de atividades definido que os/as residentes podem consultar quando querem, pois está exposto no salão. Mas por vezes surgem alguns dias especiais que merecem ser festejados. O Dia do Cinema foi um deles. Houve pipocas enquanto se viu o famoso filme "A Gaiola Dourada" e foi uma tarde bem passada. Vejamos o testemunho de umas nossas utentes, D. "AB".



**"Um filme que, para mim,
representa bem pessoas
portuguesas, que precisam
de amearhar mais dinheiro e
migram para um país onde
há trabalho e ordenado..."**

Ver vídeo em: <https://www.facebook.com/profile.php?id=100064641853708&sk=videos=0>

O São Martinho veio a seguir! Durante o dia estivemos em gravações e lemos alguns provérbios conhecidos e depois de ouvirmos a D. "GG" a contar a lenda dançamos, cantamos e comemos castanhas.



Alguns provérbios

Vindima em Outubro
que o São Martinho te
dirá

Lido por D. "LL"

Mais vale um
castanheiro, do que um
saco com dinheiro.

Lido por S. "II"

Se o Inverno não erra
o caminho, tê-lo-ei pelo
São Martinho.

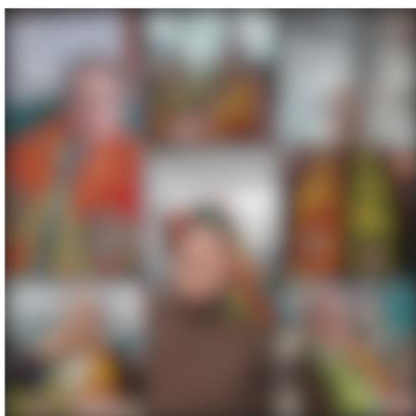
Lido por D. "AR"



Cartaz elaborado pela educadora social do centro

No São Martinho
semeia favas e vinho.

Lido por D. "XX"



Mundial' 22



Os/as residentes do CSAG também acompanharam a Seleção Portuguesa de Futebol na sua passagem pelo Mundial. Colocaram os cachecóis e os lenços, cantaram o hino nacional para mostrar o seu apoio, mas num instante o sonho acabou e os jogadores voltaram para casa. Boa Sorte para a próxima!

"Também quero um cachecol para a minha família ver lá no facebook"

Quem quer ser milionário no centro?

A estagiária também aprontou das suas e apresentou um questionário na televisão. Quis testar a sabedoria dos/das residentes e surpreendeu-se com a facilidade com que responderam às suas perguntas. O senhor "G" que até contribuiu com uma adivinha, afirmou no final:

"Eu gosto muito destas coisas!"

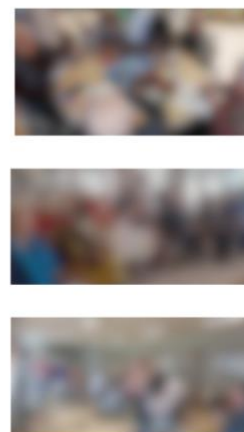


Natal' 22



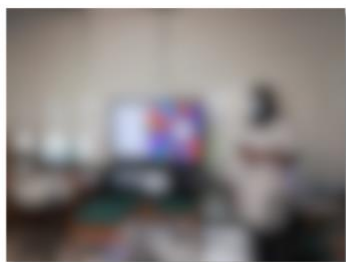
O Natal foi cheio de surpresas e para além da preparação de alguns presentes para a Feira de Natal que conseguiram ver perto da sala de visitas, alguns residentes tiveram a oportunidade de participar numa peça de teatro. Esta foi o resultado de muitos ensaios, muito esforço e muitas gargalhadas.

Alguns estavam nervosos, as falas eram compridas e não conseguiam decorar, mas chegou o dia e o espetáculo deu-se. Muitos riram-se e até as funcionárias participaram ao som da música do TOY. Depois de terminar fez-se questão de perceber qual era a opinião das pessoas!





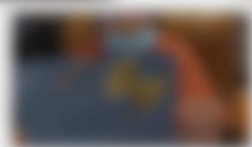
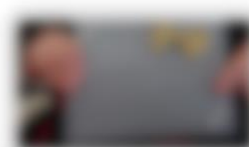
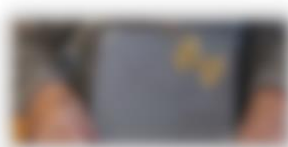
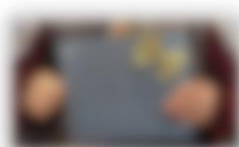
O Jogo do STOP



Também se jogou ao STOP em equipas! A estagiária lá decidiu brincar com a televisão e de repente apareceu uma roleta com o abecedário. Com a letra que aparecia os/as residentes tinham que escrever uma palavra para cada categoria. Contamos com ajuda de muitas pessoas incluindo a [Diretora da CSAG] e a psicóloga, mas o mais engraçado foi o público que também decidia ajudar. Percebemos que este é um jogo que dá para juntar mais pessoas! No final, depois de alguns cálculos, as vencedoras foram: D. "KK", D. "AR" e D. "AW".



Entramos no novo ano com presentes para os/as utentes. Todos receberam um cartão com uma característica que lhes foi atribuída e agora podem decorar os quartos com os mesmos. Os/as utentes foram fotografados com os seus cartões e esse registo serve agora de capa para o primeiro jornal do centro. Vejamos alguns exemplos:



O cantinho da estimulação



E como os nossos utentes também poderão ter acesso a este jornal importa incluir algo que lhes ocupe os seus tempos livres. Esta é uma sopa de letras realizada com palavras escolhidas pelos residentes e algumas funcionárias sobre o centro.

O	A	C	R	I	A	T	I	V	I	D	A	D	E	X
L	U	C	G	R	A	T	I	F	I	C	A	Ç	Â	O
E	L	A	O	O	S	E	D	A	D	I	V	I	T	A
T	D	A	L	L	Â	V	O	T	R	O	F	M	O	C
O	C	A	I	I	H	Ç	M	U	L	H	E	R	E	S
H	W	A	D	C	D	E	A	O	D	A	D	I	U	C
O	J	T	S	I	E	A	D	C	A	R	I	N	H	O
T	C	P	H	A	S	P	D	O	I	G	O	H	H	W
W	O	K	H	Â	Y	R	S	E	R	N	V	V	V	L
Z	R	R	A	S	L	H	E	E	D	O	U	L	I	M
H	A	W	O	G	C	O	Ô	V	N	A	G	M	L	N
U	Ç	R	C	V	N	V	Ç	D	I	P	Z	V	O	H
Z	Â	J	N	U	H	R	N	A	R	D	C	I	A	C
E	O	E	S	Z	R	Y	A	S	S	J	O	S	M	X
P	A	U	B	O	H	Â	C	B	B	W	S	H	I	A

Coração

Gratificação

Agradável

Amizade

Criatividade

Comunicação

Mulheres

Qualidade

Especial

Casa

Cuidado

Carinho

Canções

Convívio

Atividades

Localização

Diversidade

Conforto

Hotel

Acolhedor